



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO – UFPE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA – PPGA

OS MEEIROS DO CACAU DO SUL DA BAHIA: trabalho, corpo e documentação



EMILIANO FERREIRA DANTAS

**OS MEEIROS DO CACAU DO SUL DA BAHIA:
trabalho, corpo e documentação**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia do Departamento de Antropologia e Museologia, da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito para obtenção do grau de Mestre em Antropologia.

Área de concentração: **Etnicidade e processos identitários**

Orientador: Profº Drº Renato Monteiro Athias.

**Recife – PE
2014**

Catálogo na fonte
Bibliotecário Tony Bernardino de Macedo CRB-4 1567

D192m Dantas, Emiliano Ferreira.
Os Meeiros do Cacau do Sul da Bahia: trabalho, corpo e documentação / Emiliano Ferreira Dantas. – Recife: O autor, 2014.
176 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Renato Monteiro Athias.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.
Programa de Pós-Graduação em Antropologia, 2014.
Inclui referências e anexos.

1. Antropologia. 2. Etnografia. 3. Corpo. 4. Tempo. 5. Meeiro. I. Athias, Renato Monteiro (Orientador). II. Título.

301 CDD (22.ed.)

UFPE (CFCH2014-87)

EMILIANO FERREIRA DANTAS

“OS MEEIROS DO CACAU DO SUL DA BAHIA - trabalho, corpo e documentação”

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia do Departamento de Antropologia e Museologia, da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito para obtenção do grau de Mestre em Antropologia.

Aprovado em 07/03/2014.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Roberta Bivar Carneiro Campos (Representando o Orientador Prof^o Renato Monteiro Athias)
Programa de Pós-Graduação em Antropologia - UFPE

Prof^a Dr^a Josefa Salete Barbosa Cavalcanti (Examinadora Titular Interna)
Programa de Pós-Graduação em Antropologia - UFPE

Prof. Dr. Milton Roberto Monteiro Ribeiro (Examinador Titular Externo)
Universidade Federal Fluminense - UFF

**Para
Laís**

Agradecimentos

Agradeço a meu bom Deus pela força e perseverança.

Em especial agradeço a minha mulher, Laís Rodrigues, o companheirismo, a solidariedade, a compreensão, o incentivo e por acreditar em mim mais do que eu mesmo. Agradeço a todas as suas críticas, pois sem elas não conseguiria superar os meus limites.

Meus agradecimentos aos meus queridos filhos Irina, Valentin e João Miguel, que me despertaram para a melhor coisa da vida, a simplicidade.

Agradeço ao REUNI pelo apoio financeiro.

Agradeço a Antônio Jorge, por ter dado um grande incentivo, por ter possibilitado a minha ida até as fazendas e por viabilizar as empreitadas no campo da forma como imaginei. A este, meu sincero obrigado.

Quero agradecer a Helenita Oliveira Rodrigues, pelo suporte emocional, presencial e afetivo nas longas jornadas dessa parceria que é estudar, trabalhar e viver. A Ciema Mello, que me apresentou a antropologia e sempre incentivou meu trabalho com imagem.

Agradeço a Ana Lúcia Fugagnoli, por ter dividido minhas angústias e me ensinado a superá-las; e ao Dr. Choi, por tratar da minha saúde nos momentos de fadiga e exaustão.

Agradeço a todos os meus amigos meeiros, pois sem eles não existiria um motivo para todas as minhas reflexões e ideias. Sou grato por todas as gentilezas, as frutas, as comidas, as conversas, os ensinamentos sobre as plantas, a lida na roça e o tempo de ócio que passamos juntos.

Agradeço à Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC, e a todas as pessoas que me deram acesso a documentos, informações, entrevistas e livros. Em especial, referente a essa instituição, registro meu agradecimento a João Cordeiro, do Centro de Documentação e Memória Regional – CEDOC, que, além de prestar uma grande ajuda para a pesquisa, tornou-se um amigo.

Agradeço aos professores do Programa de Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco, que contribuíram com indicações de leitura e pelo conhecimento. Aos meus amigos de turma pelas experiências, discussões e trocas de ideias.

Agradeço ao amigo Carlos Shintomi, que se tornou um guia para minhas empreitadas nas fazendas e que tanto contribuiu com informações para pesquisa.

Agradeço ao meu orientador Dr Renato Monteiro Athias, por todas as orientações, por ter acreditado no trabalho e me mostrado caminhos possíveis de realizar uma dissertação.

Agradeço à pré-banca, representada pelas professoras Dra. Josefa Salete Barbosa Cavalcanti e Roberta Carneiro Bivar Campos, por terem dado indicações tão importantes para o trabalho.

Agradeço o apoio, gentileza e amizade de Ademir Fornazaro por incentivar nas horas mais difíceis.

Agradeço a Malthus de Queiros por ler, tecer comentários e dar o auxílio necessário a um trabalho tão longo e cheio de caminhos tortuosos.

Agradeço a Ana Maria, pela ajuda nos trabalhos burocráticos e pela amizade. Agradeço a José Bento, pelo suporte no Recife durante o período que tive que me ausentar.

Por fim, agradeço a Carlos e Rejane, por tudo que fizeram, por tudo que fazem e pelo que vão fazer para me ajudar na minha vida de estudante e profissional.

Resumo: Esta dissertação se debruçou sobre os parceiros agrícolas da lavoura do cacau do sul da Bahia, intitulados meeiros, com a intenção de pesquisar as mudanças nas relações sociais e de trabalho após o estabelecimento do contrato de parceria. Tal tipo de relação trabalhista passou a ser adotada na microrregião de Ilhéus e Itabuna após a proliferação do fungo chamado popularmente de vassoura-de-bruxa, que devastou, a partir 1989, grande parte da produção cacaueira da região, anteriormente reconhecida como uma das maiores produtoras de cacau do mundo. Associada ao fungo, ocorreu a baixa do preço do cacau no mercado internacional, gerando um contexto de crise que perdura por mais de 20 anos. Para o desenvolvimento da pesquisa, foi realizada uma etnografia que articulou imagem e texto, na qual foi privilegiado o uso de pesquisa documental, entrevistas e observação participante. Com isto, foi possível elaborar uma percepção ampliada do grupo, capaz de esclarecer sua organização, com aspectos relacionados ao cotidiano, ao modo de vida e alianças, todos elementos vinculados às novas relações de trabalho e às novas possibilidades de exercício da autonomia em meio a uma crise na produção de cacau.

PALAVRAS-CHAVE: Meeiro; trabalho; etnografia; corpo; tempo.

Abstract: This dissertation has focused on agricultural partners from Cocoa farms in Southern Bahia, known as sharecroppers, with the intention of researching the changes in social relations and work after the establishment of the partnership contract. This type of employment relationship has been adopted in the micro region of Ilhéus and Itabuna after the proliferation of the fungus popularly called witches' broom that devastated, since 1989, much of the region's cocoa production, previously recognized as one of the major cocoa producers in the world. Associated with the fungus, was the low price of cocoa on the international market, generating a context of crisis that endures for over 20 years. To develop the research, ethnography was conducted that articulated image and text, with emphasis on the use of documentary research, interviews and participant observation. Therefore, it was possible to develop an expanded perception of the group, able to clarify their organization with aspects related to everyday life, their way of life and alliances, all elements linked to new working relationships and new autonomy exercise possibilities amid a crisis in cocoa production.

KEYWORDS: sharecropper, work, ethnography, body, time.

Listas de Figuras

Figura 1– Mapa da microrregião de Ilhéus e Itabuna.....	16
Figura 2 – Gráfico da produção de cacau de 1972 até 2005	27
Figura 3 – Gráfico das oscilações do preço do cacau de 1990 até 2004	44
Figura 4 – Capa da cartilha da parceria.....	53
Figura 5 – As representações visuais dos trabalhadores do cacau I.....	60
Figura 6 – As representações visuais dos trabalhadores do cacau - II	60
Figura 7 – As representações visuais dos trabalhadores do cacau - III	61

Lista de Fotografias para “descobrir”

Fotografia 1.....	41
Fotografia 2.....	43
Fotografia 3.....	46
Fotografia 4.....	48
Fotografia 5.....	62
Fotografia 6.....	62
Fotografia 7.....	63
Fotografia 8.....	63
Fotografia 9.....	64
Fotografia 10.....	64
Fotografia 11.....	70
Fotografia 12.....	71
Fotografia 13.....	71
Fotografia 14.....	73
Fotografia 15.....	74
Fotografia 16.....	75
Fotografia 17.....	75
Fotografia 18.....	76
Fotografia 19.....	77
Fotografia 20.....	77
Fotografia 21.....	78
Fotografia 22.....	79
Fotografia 23.....	80
Fotografia 24.....	88
Fotografia 25.....	89

Listas de fotografias para “contar”

Prancha A - O tempo da Roça	95
Prancha B - As técnicas do Corpo	99
Prancha C - Família de Crispino de Jesus	110
Prancha D - Família de Joel Henrique de Moura.....	111
Prancha E - Osmar de Oliveira	116
Prancha F - Clóvis Francisco dos Anjos	117
Prancha G - Família de Genivaldo Cecílio dos Santos	124
Prancha H - Família de Genivaldo Cecílio dos Santos	125
Prancha I - Família de José Pereira dos Santos	126
Prancha J - Família de José Pereira dos Santos	127
Prancha L - Limpando a roça Ferramenta biscó	140
Prancha M - Limpando a roça Ferramenta biscó	141
Prancha N - Desbrotando Ferramenta facão	145
Prancha O - A roça: comer e beber.....	146
Prancha P - Colher com podão.....	149
Prancha Q - Bandeirar Ferramenta podãozinho	150
Prancha R - Quebra do cacau Ferramenta bodogó	152
Prancha S - Birração	154
Prancha T - Ritual da quebra do cacau A união do grupo	156
Prancha U - Ritual da quebra do cacau A união do grupo.....	157
Prancha V - Ritual da quebra do cacau A união do grupo.....	158
Prancha W - Ritual da quebra do cacau A união do grupo.....	159
Prancha X - O mel de cacau	160
Prancha Y - O mel de cacau.....	161
Prancha Z - O mel de cacau.....	162

Lista de Quadros

Quadro 1 – O local e os interlocutores da pesquisa	17
Quadro 2 – As relações de trabalho antes de 1989 até o surgimento da parceria.....	22
Quadro 3 – Crescimento da população de 1872 á 1980	26
Quadro 4 – Total de trabalhadores na microrregião de Ilhéus e Itabuna de 1940 até 1970..	27
Quadro 5 – Os direitos trabalhistas de acordo com ETR	31
Quadro 6 – As relações de trabalho no sul da Bahia	32
Quadro 7 – Pedro Freire de “fichado” a “meeiro”	47
Quadro 8 – Normas que regem a parceria de acordo com ETR.....	54
Quadro 9 – Produção de cacau no século XIX em Ilhéus	58
Quadro 10 – Os meeiros com endereço nas fazendas.....	108
Quadro 11 – Os meeiros com endereço na rua	115
Quadro 12 – Os meeiros com endereço na rua e na roça	122
Quadro 13 – A organização das atividades dos meeiros durante o dia	136
Quadro 14 – O calendário do meeiro	138

LISTA DE SIGLAS

Estatuto da Terra – ET

Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira – CEPLAC

Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira e Centro de Extensão – CEPLAC /CENEX

Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT

Estatuto do Trabalhador Rural – ETR

Salário mínimo regional – SMR

Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC

Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS

Centro de Documentação e Memória Regional – CEDOC

Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado da Bahia – FETAG

Sumário

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO I	25
1. AS RELAÇÕES DE TRABALHO: DE “DIARISTA” A “MEEIRO”	25
1.1. A FORMAÇÃO DA LAVOURA CACAUEIRA DO SUL DA BAHIA: MÃO DE OBRA, ASCENSÃO E CRISE	26
1.2. AS LEIS TRABALHISTAS	28
1.3. AS RELAÇÕES DE TRABALHO ANTES DE 1989	32
1.3.1. O ESCRAVO	33
1.3.2. O CONTRATISTA	35
1.3.3. O DIARISTA	35
1.3.4. O EMPREITEIRO	38
1.3.5. O ARISTA	39
1.4. Os PRIMEIROS MEEIROS	39
1.5. A PARCERIA AGRÍCOLA FAMILIAR	49
1.5.1. O CONTRATO DE PARCERIA AGRÍCOLA	52
1.5.2. NORMAS DA PARCERIA	53
1.6. A VASSOURA-DE-BRUXA	54
CAPÍTULO II	57
2. DE PATRÃO A PARCEIRO E DE TRABALHADOR A SÓCIO	57
2.1. ILHÉUS, O TERRITÓRIO E O TRABALHADOR	57
2.2. AS REPRESENTAÇÕES DOS TRABALHADORES	59
2.3. OS OPERÁRIOS DO CACAU	65
2.4. AS FAZENDAS ANTES DE 1989	69
2.5. AS FAZENDAS DEPOIS DE 1989	72
2.6. AS RELAÇÕES ENTRE PATRÃO E EMPREGADO	81
2.6.1. AS ADAPTAÇÕES À PARCERIA	86
CAPÍTULO III	90
3. TEMPO, CORPO E MORADIA	90
3.1. TEMPO DA RUA E TEMPO DA ROÇA	91
3.2. O CORPO MEEIRO	100
3.3. O ENDEREÇO E A FAMÍLIA NA ROÇA E NA RUA	106
3.3.1. ENDEREÇO NA FAZENDA	108
3.3.2. ENDEREÇO NA RUA	114
3.3.3. ENDEREÇO NA CIDADE E NA ROÇA	122
CAPÍTULO IV	130

4. TERRA, AUTONOMIA E TRABALHO NA ROÇA	130
4.1. TERRA	131
4.2. AUTONOMIA	133
4.3. TRABALHO NA ROÇA	137
4.3.1. AS TAREFAS DO MÊS DE JANEIRO	142
4.3.2. AS TAREFAS DOS MESES DE FEVEREIRO E MARÇO	147
4.3.3. AS TAREFAS DO MÊS DE ABRIL.....	151
4.3.4. AS TAREFAS DO MÊS DE ABRIL.....	153
4.3.5. AS TAREFAS DO MÊS DE JUNHO E JULHO	155
4.3.6. O RITUAL DA QUEBRA DO CACAU NOS MESES DE JULHO, AGOSTO E SETEMBRO	163
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	165
6. REFERÊNCIAS	171

INTRODUÇÃO

Esta dissertação é sobre um grupo de trabalhadores que se intitulam meeiros do cacau, localizados no Nordeste do Brasil, no estado da Bahia, na microrregião Ilhéus-Itabuna (IBGE, 2010). Pretende-se investigar quem são, como surgiram, as formas de interação, as configurações da vida social, as relações de trabalho, como se organizam e as maneiras encontradas por eles para se adaptarem ao meio. Para isso, foi feita uma etnografia que usa imagem e texto para descrever e analisar o grupo.

Os meeiros que participaram da pesquisa trabalham em terras de proprietários para produzir cacau e todo o lucro obtido era dividido entre o trabalhador e o dono da terra. Dessa divisão do lucro surgiu a ideia de meio a meio, meia produção, ou, como é comumente chamado, “regime de meia”. Então, o trabalhador da roça, que não era assalariado, se chamava de meeiro, porque dividia a produção com o proprietário da terra. O meeiro é uma classificação nativa, é a forma como eles se identificam. Legalmente, chama-se parceiro agrícola do proprietário da fazenda, descrito no Estatuto da Terra (1966) da seguinte forma: “(...) quando o objeto da cessão for o uso de imóvel rural, de partes ou parte do mesmo, com objetivo de nele ser exercida atividade de produção vegetal”. (art. 5^o, I, do Decreto n^o 59.566, de 04 de 1966).

O local de trabalho desse grupo eram as fazendas que produziam cacau, subdivididas em áreas de terras demarcadas, para serem cuidadas e cultivadas. Os proprietários calculavam o tamanho da área para ser compatível com os cuidados de um trabalhador. A Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira – CEPLAC, e o Centro de Extensão – CENEX, (CEPLAC, 1997) fizeram um estudo que estipulou um tamanho de terra de labor de acordo com o número de integrantes da família, para que se possa ter uma quantidade de terra que garanta uma renda compatível com a de um assalariado.

Os municípios baianos escolhidos para a pesquisa foram Ilhéus, Uruçuca, Itajuípe, Buerarema e Barro Preto, todos pertencentes à microrregião Ilhéus-Itabuna, que era popularmente chamada de “região cacaueira” e estava contida na mesorregião do Sul da Bahia. Em cada um dos municípios, optou-se por pesquisar uma fazenda, perfazendo um total de cinco propriedades, em uma pesquisa de campo que durou quatro meses. Os dois primeiros meses, realizados ainda no primeiro ano do mestrado, foram dedicados à pesquisa documental

e aos contatos iniciais com meeiros, donos de fazenda e outras fontes de informação privilegiadas. Os outros dois meses, entre maio e junho de 2013, foram caracterizados por um contato mais intensivo com as pessoas, quando optou-se pela observação participante, entrevistas e outras técnicas etnográficas.

Figura 1– Mapa da microrregião de Ilhéus e Itabuna



O mapa é do IBGE *in* Rocha (2008). Constan nele todos os municípios da Microrregião Ilhéus e Itabuna.

As escolhas das fazendas ocorreram a partir de conversas com alguns ex-trabalhadores do cacau com quem tive a oportunidade de estabelecer uma relação de amizade. Eles indicaram fazendas seguindo o critério de que nelas deveria haver trabalhadores meeiros. O quadro abaixo localiza as fazendas e traz informações relevantes para a visualização da pesquisa de campo.

Quadro 1 – O local e os interlocutores da pesquisa

Fazenda e dono	Município	Período no campo	Número de trabalhadores assalariados	Número de meeiros	Dono morando na fazenda	Meus interlocutores
Serra Grande (Grupo Cabana da Ponte)	Ilhéus	10 dias	1 – Barcaceiro 1 – Tropeiro 1 - Administrador	7 – Meeiros	Não	- Magno de Souza Oliveira, 48 anos; - Genivaldo Oliveira Santos, 53 anos; - Jamilson Jesus de Oliveira, 24 anos; - Antônio Lira de Almeida, 62 anos.
Luiza (Elson Oliveira Passos)	Itajuípe	20 dias	Nenhum	5 - Meeiros	Não	- Crispino de Jesus Santos, 34 anos; - Osmar Gomes de Oliveira, 60 anos; - Maxwell Bispo dos Santos, 21 anos; - Genivaldo Cecílio dos Santos, 47 anos; - José Pereira dos Santos, 77 anos.
Morro Redondo (Família Maron)	Barro Preto	10 dias	1 – Barcaceiro 1 – Copeira 1 – Caseiro 2 - Trabalhadores de roça	2 – Meeiros	Não	- Jackson Gonsalves dos Santos, 45 anos; - Joel Henrique de Moura, 55 anos.
São Bento (Grupo Cabana da Ponte)	Buerarema	5 dias	1 – Barcaceiro 1 – Tropeiro 1 - Administrador	7 - Meeiros	Não	- Clóvis Francisco dos Anjos, 70 anos.
Leolinda (João Tavares)	Uruçuca	3 dias	1 – Barcaceiro 1 – Tropeiro 1 – Administrador 1 – Serviço geral	22 – Meeiros	Não	- Pedro Freire de Jesus, de 70 anos.

A Microrregião de Ilhéus-Itabuna é uma área com 41 municípios, com uma população estimada em 1.071.555 habitantes, espalhados por uma área total de 19.542 Km² (IBGE, 2000). Diante de uma região tão grande e em um espaço de tempo reduzido, optou-se por fazer uma representação por amostragem, como coloca Bauer e Aarts (2002):

A amostragem garante eficiência na pesquisa ao fornecer uma base lógica para o estudo de apenas partes de uma população sem que se percam informações – seja esta população uma população de objetos, animais, seres humanos, acontecimentos, ações, situações, grupos ou organizações. (BAUER; AARTS, 2002: 40).

A pesquisa realizada caracteriza-se como qualitativa, como um tipo de trabalho que visa uma abordagem dentro do campo e não em laboratórios. A ideia é “entender, descrever e às vezes explicar os fenômenos sociais ‘de dentro’ de diversas maneiras diferentes” (BANKS, 2009:8). Por optar trabalhar dessa forma, percebeu-se, no decorrer da pesquisa, que era necessário investigar arquivos, imagens e filmes. Além disto, foi avaliado como pertinente buscar informações com professores na Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC, com técnicos da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira – CEPLAC, com advogados, professores da rede pública de educação, proprietários das fazendas e ex-trabalhador, como foi o caso de Cassimiro Rodrigues dos Santos, um dos primeiros meeiros da região. Pode-se destacar também um grupo de ex-trabalhadores das roças que são interlocutores complementares. A participação deles foi uma forma de auxiliar a compreensão de como era o trabalho antes da vassoura-de-bruxa. Buscar informações além das fazendas possibilitou uma visão mais rica de como acontece a interação dos meeiros com o mundo em sua volta.

Nesta mesma direção, se a etnografia é um método baseado na pesquisa de campo (ANGROSINO, 2009), tentou-se ao máximo permanecer nas fazendas para acompanhar o cotidiano do grupo. Participou-se de todos os tipos de serviço, aprendendo-se mesmo a executar as funções de um meeiro e principalmente sentindo-se as dificuldades diárias do labor dentro de uma roça. Por várias vezes, o equipamento fotográfico, o caderno de campo e o gravador foram deixados de lado para o pesquisador colher cacau, catar cacau, secar cacau etc. Percebeu-se que essa participação trazia um entendimento maior de como era a vida dos interlocutores, ao mesmo tempo que aproximava o pesquisador do grupo, facilitando sua aceitação. A sensação de assimetria entre pesquisador e interlocutor podia ser minimizada nesse momento e a relação tornava-se mais horizontal. Isto possibilitou, inclusive, que o pesquisador passasse a participar e ser alvo de brincadeiras, situação analisada como importante demarcador do código de pertença ao grupo. Esse contato com o grupo foi fundamental para que se pudesse ter a experiência de um convívio com a diferença. Nisso consiste “uma das chaves da antropologia, que, hoje em dia, mais do que nunca, tornou-se uma prática de auto-reflexão (sic), pois, quando pensa o Outro, o pesquisador também pensa a si mesmo” (ACHUTTI, 2004:94).

A realização da pesquisa por amostragem lançou mão de anotações em caderno de campo, realização de entrevistas e registro de vídeos e fotografias. As técnicas de coleta de dados com fotografias como ferramenta de pesquisa (GURAN, 2011) permitiram que fossem feitas cenas do cotidiano dos meeiros e reprodução de documentos como folhas de pagamento, boletim escolares, fotografias antigas etc. As entrevistas foram feitas para, além

de investigar questões como grau de escolaridade, renda, opção religiosa, profissão dos pais etc., permitir o aprofundamento de questões atinentes aos objetivos desta dissertação. Com essas informações, produzi pequenas listas com dados do grupo que serviram como pontos de referência para a análise.

Como usaram-se técnicas variadas, produziram-se dois *corpus* distintos: texto e imagem. A definição de *corpus* utilizada na dissertação é “uma coleção finita de materiais, determinada de antemão pelo analista, com (inevitável) arbitrariedade, e com a qual ele irá trabalhar” (BARTHES, 1967: 96 *in* BAUER E AARTS, 2002: 44). A princípio, para construir as “coleções de materiais”, dividiram-se imagens e textos. Os dados visuais e textuais eram escolhidos a partir de um ponto de vista e de acordo com a sua relevância teórica. Tentou-se conferir uma homogeneidade a esse material, separando-o por temas e organizando-o em arquivo para que pudesse ser acessado com facilidade. O próximo passo foi criar códigos que indexavam as ideias temáticas, o que permitia acessar os dados de acordo com o assunto específico que estivesse sendo escrito.

Todos os temas foram elencados dentro de quatro grupos principais, definidos a partir dos objetivos específicos. Para Gibbs (2009), essa forma de montar os dados com códigos ou categorias cria um texto estruturado que permite combinações entre “passagens que sejam exemplos do mesmo fenômeno, ideia, explicação ou atividade” (GIBBS, 2009: 60).

O que é chamado de dados, no texto, tem o contexto de “(...) indicar os objetos de interesse sociológico. De uma perspectiva mais positivista, os dados estão ‘disponíveis’ aguardando para serem descobertos (...)” (BANKS, 2008: 27). Sendo que o recolhimento dos dados merece um cuidado especial no método etnográfico, principalmente quando usamos técnicas de coleta com imagens. Para Achutti (2004), o pesquisador, na hora de registrar as imagens, não deve estar próximo demais, para não atrapalhar os fenômenos, nem muito longe, para que os acontecimentos não passem despercebidos. Bateson (2008) menciona uma preocupação importante quando disse que, ao fotografar, notava que as pessoas ficavam constrangidas e mudavam de comportamento.

Neste sentido, o cuidado sempre foi com o intuito de que o momento de fotografar, o ato, causasse o mínimo de constrangimento e de alterações na forma das pessoas realizarem suas atividades cotidianas. Esse foi um exercício constante no trabalho de campo, que passou por duas etapas distintas: a) fotografia para descobrir; e b) fotografia para contar (GURAN, 2002).

- a) A fotografia para descobrir foi referente ao início da pesquisa, quando ocorreu o reconhecimento do campo, que é a fase de desenvolver a percepção para observar os fenômenos e com o “objetivo de se obter informações”. As imagens para “descobrir” serão exploradas no primeiro e segundo capítulos.
- b) As fotografias para contar foram feitas quando já se tinha o conhecimento do campo. Com elas, as imagens são produzidas de forma mais objetiva, feitas com intuito de contar os acontecimentos e também para explicitar possíveis conclusões. Essas imagens estão no terceiro e quarto capítulos.

As imagens feitas para “descobrir” serviram para demonstrar alguns casos específicos os quais seria difícil descrever com palavras. Um exemplo são as imagens antigas de fazendas funcionando com prosperidade, ao lado de imagens atuais dessas mesmas propriedades, em situação de abandono. Essas fotos ajudam a dar uma visão geral do antes e depois da crise do cacau, situando o leitor no campo e descrevendo uma “realidade” que mudou com o passar dos tempos. As imagens foram inseridas no texto, ocupando em geral a metade de uma página, e de uma forma que interagissem diretamente com o texto.

Como dito, as fotografias dos dois primeiros capítulos desta dissertação foram para “descobrir” e se articulam com o conceito de imagem-documento, segundo o qual a fotografia serve “como marca de uma materialidade passada na qual objetos, pessoas, lugares nos informam sobre determinados aspectos desse passado” (MAUAD, 1996: 08).

As fotografias para “contar” foram feitas para mostrar os comportamentos, as casas, o trabalho e os movimentos dos corpos dos meeiros. Essas imagens enriquecem uma discussão sobre o corpo do meeiro, o lugar onde se mora, a forma de vestir-se e o trabalho na terra. As fotografias desse grupo foram montadas em pranchas¹ com narrativas — imagens em sequência que, ao se articularem, ampliam o entendimento do observador. Estas fotos são (re)visitadas pela análise, numa tentativa de integrar texto e imagem seguindo o que Guran (2013) chamou de “descrição visual densa”. Abaixo pode-se observar a síntese de Mauad sobre o conceito proposto por Guran:

Descrição visual densa, realizada em um momento posterior da pesquisa, quando a fotografia será associada a um texto específico que lhe contextualiza a produção e o sentido. O resultado desse procedimento

¹ Ver BATESON, G. e MEAD, M. *Balinese Character. A Photographic Analysis*. New York: The New York Academy of Sciences, 1942

metodológico é uma perspectiva intertextual na qual imagem e texto se apoiam na elaboração de uma abordagem holística do conhecimento social. (MAUAD, 2013: 5. In GURAN, 2013)

O autor coloca que os limites entre fotografia para “descobrir” e fotografia para “contar” não são rígidos, pois tanto a primeira, que serve para fazer levantamento de informações, quanto a segunda, usada para descrição de fenômenos, podem ser inseridas dentro da etnografia desde que sejam pertinentes como fonte de análise. O que se buscou com as fotografias existentes nos capítulos foi articular “a criação de narrativas coordenadas onde o visual e o oral se complementam na produção de texto significativo” (GURAN, 2013: 88). Ou seja, a tentativa é de produzir uma “descrição visual densa”.

A produção desse texto articulado com imagens foi uma forma de estudar as ações e os comportamentos dos meeiros e principalmente as técnicas corporais que caracterizavam o grupo. A vontade de fazer esse estudo com os meeiros surgiu quando conheceu-se a região e ficou-se sabendo que nas fazendas existia uma grande quantidade desses trabalhadores que permaneceram depois da crise da vassoura-de-bruxa. Quando se foi pela primeira vez até a fazenda Morro Redondo, encontrou-se um cenário de abandono e degradação das instalações físicas, e as roças de cacau estavam cheias de fungo. Nesse momento, descobriram-se dois fatores bastante importantes para a pesquisa:

- O cacau, chamado cientificamente de *Theobroma cacao* L, foi um fruto que gerou muitas riquezas na região cacaeira desde o final do século XIX até o final da década de 1980 (ROCHA, 2008);
- A vassoura-de-bruxa, que é um tipo de fungo patogênico, cientificamente chamado de *Crinipellis Perniciosa* - *Crinipellis*, é a denominação da doença que ataca o cacaeiro no tronco e nas raízes causando seu apodrecimento. O fungo também estraga os frutos, comprometendo a produção em mais de 30% (ROCHA, 2008; MOREIRA, 2006).

A vassoura-de-bruxa foi o principal motivo para a queda da produção de cacau no final da década de 1980. Após sua introdução, veio a crise e surgiram os meeiros. Com a proliferação do fungo, as lavouras decaíram e a produtividade sofreu uma baixa que levou à falência muitas fazendas. Aliado a esse fungo, houve a concorrência internacional de outros países produtores, como a Costa do Marfim, atual maior produtor mundial de cacau, com uma produção tão expressiva que fez o preço do cacau baixar no mercado internacional. O quadro abaixo ajuda a visualizar, de forma objetiva, como foi o surgimento do trabalhador meeiro na

Microrregião de Ilhéus-Itabuna. Ele mostra que ocorreu uma mudança socioeconômica muito drástica nessa microrregião. Onde antes existia riqueza e trabalho assalariado, existe agora a crise, e a mão de obra passou a ser a do meeiro.

Quadro 2 – As relações de trabalho antes de 1989 até o surgimento da parceria

De 1830 até 1989	1989	1990 até 2013
Trabalhador: escravo, contratista, diarista, empreiteiro e arista.	O fungo da vassoura-de-bruxa se espalha pela região e ataca grande parte da produção de cacau.	Surgimento do meeiro.
A partir de 1910, o Brasil lidera a produção mundial de cacau.	O preço do cacau cai muito no mercado internacional.	Grande êxodo rural. Os trabalhadores vão para Itabuna e Ilhéus, formando periferias e favelas.
Entre 1930 e 1960 surgem vários municípios decorrentes das riquezas do cacau.		Nos anos 2000, o trabalho do meeiro se consolida e se torna mão de obra constante nas fazendas.

O cacau, até o final de 1980, produziu tanto dinheiro no sul da Bahia que ficou conhecido como o fruto de ouro (FREITAS, 1979). Algumas famílias foram proprietárias de roças e tiveram altíssimos padrões de riqueza, como consta nos livros de Falcón (1995) sobre os coronéis do cacau e de Adonias Filho (1976) sobre o sul da Bahia. Esses livros falam de coronéis que fizeram fortunas em uma região que surge a partir de um “modelo monocultor-comercial da produção cacaueira” (ROCHA, 2008: 52). Mas nem todos os autores escreveram livros sobre coronéis, cacau e riqueza. Jorge Amado, ao contrário dos seus contemporâneos, fez uma obra em 1933 sobre os trabalhadores das fazendas, intitulada *Cacau*. Além deste livro, outras de suas obras, se vistas com cuidado para os detalhes, mostram os coronéis só preocupados com sexo, traições e violência, como no romance *Gabriela cravo e canela*. *São Jorge dos Ilhéus* e *Terras do fim do sem fim* mostram a saga de famílias que cresceram roubando, matando e explorando trabalhadores. Neste contexto, Jorge Amado pode ser considerado um grande crítico social da época.

No livro *Cacau*, Jorge Amado trilhou o sentido contrário ao da literatura de Adonias Filho (1976), Falcón (1995), Alves (1996) e tantos outros que falaram sobre coronéis, riquezas e cacau. O seu foco foram os trabalhadores do cacau, atuais meeiros. Seguindo-o, o

esforço nesse trabalho é para evitar cair em clichês e não repetir o que vem sendo dito sobre a região, reduzindo, a um plano raso, os coronéis a heróis e os trabalhadores a explorados. Assim, os grupos participantes desta pesquisa são de homens que trabalham no meio rural, sem o *glamour* proporcionado por questões financeiras, mas com suas outras formas de riqueza.

Isso posto, tem-se como objetivos específicos: a) descrever como foi o processo de transição da condição de trabalhador fichado para meeiro; b) investigar o que mudou nas relações de trabalho entre patrões e empregados; c) identificar como as famílias dos meeiros se organizam; d) verificar a relação de trabalho entre os meeiros.

Todo o material produzido na pesquisa de campo foi tematizado e organizado para ser analisado de acordo com esses objetivos, tanto o texto como as imagens. Os objetivos foram vistos e distribuídos nos quatro capítulos que compõem o trabalho, seguindo a ordem que foi colocada acima. O texto e as imagens operam no eixo informativo que baliza o leitor, situando-o no campo e contextualizando os acontecimentos.

O primeiro capítulo informa e situa o leitor sobre o contexto histórico no qual os trabalhadores do cacau estavam envolvidos na microrregião de Ilhéus e Itabuna. Com uma pesquisa voltada para documentos e entrevistas, foi observado como eram as relações de trabalho existentes na lavoura do cacau e como foram sendo desenvolvidos os direitos jurídicos dos trabalhadores e seus reflexos na antiga região cacaueira. A partir de uma compreensão histórica de relações de trabalho, buscou-se identificar como surgiu o meeiro e o que mudou na passagem de empregado para parceiro. Buscou-se também identificar a consequência dessa crise, que transformou o trabalhador do cacau em meeiro, e os significados da vassoura-de-bruxa. Ao identificá-la como estopim, percebeu-se que o ano de registro dos primeiros casos serviu como um marco divisor para a região e para o trabalhador.

No segundo capítulo, partiu-se do estudo sobre a formação de Ilhéus e o surgimento da lavoura cacaueira. Ao contextualizar onde surgiram as fazendas produtoras de cacau, fez-se uma análise de como eram as representações visuais dos trabalhadores do cacau. Para isso foram reproduzidas imagens de quadros, fotos antigas, esculturas e capas de livros. A ideia era identificar na região da pesquisa como o trabalhador era visto.

A imagem também serviu para mostrar as fazendas ricas, limpas e organizadas antes de 1989, e depois, como elas chegaram ao abandono atual em meio à crise. É, então, neste cenário de crise, que se observou a maneira como os meeiros lidam atualmente com seu próprio tempo, tornando-se donos dele e se aproximando daquilo que avaliamos, pelo discurso deles, como sendo de assunção à condição de liberto.

No terceiro capítulo, são iniciadas as análises da vida dos meeiros: como eles se relacionavam entre si, onde moravam e como eram as atividades diárias desse grupo. Trata-se de um processo analítico que diz respeito aos sentidos que o tempo assumiu na vida do trabalhador que se tornou meeiro. O tempo, antes da crise na lavoura de cacau, era ritmado pelo mando do coronel; agora, a parceria proporcionava novos modos de lidar com o trabalho e as atividades assumidas na sua vida. Partindo do estudo das atividades diárias, percebeu-se como os corpos passaram a adotar contornos estabelecidos por movimentos, posturas e ritmos ditados por este tempo. Assim, subdividiu-se a análise em tempo, corpo e moradia com o intuito de organizar e compreender melhor a vida dos meeiros, mas sem perder de vista o fato de que são dimensões correlacionadas.

No quarto e último capítulo, foi vista a relação do meeiro com a terra, a sua autonomia e o trabalho na roça. É o capítulo que concentra a maior parte das imagens e por isso traz o maior conteúdo analítico. Na parte dedicada ao trabalho na roça, há uma discussão sobre a quebra do cacau, visto como um ritual e como o momento em que a parceria se concretiza com sucesso, uma vez que, a despeito das vicissitudes do trabalho com o cacau, os meeiros se (re)inventam e garantem a sobrevivência da família.

CAPÍTULO I

1. AS RELAÇÕES DE TRABALHO: DE “DIARISTA” A “MEEIRO”

Nesse primeiro capítulo, foi investigado, a partir de documentos e entrevistas, como ocorreram as transformações nas relações de trabalho no sul da Bahia, na microrregião de Ilhéus e Itabuna. Parte-se de uma leitura sobre a importância da lavoura cacaueteira para a região e seus reflexos socioeconômicos até o ano de 1989, quando a vassoura-de-bruxa, junto com a alta dos preços do cacau no mercado internacional, instala uma crise que perdura até os dias atuais.

Foi feita uma pesquisa que demonstra as relações de trabalho antes de 1989. Busca-se associar o trabalho na lavoura do cacau com as leis trabalhistas e perceber quais eram, na prática, os direitos desse trabalhador. Na década de 1990, com a crise ficando aguda, os trabalhadores do cacau passaram a ser demitidos, e os que permaneceram foram tirados do regime assalariado regido pelo direito do trabalho e passaram a ser parceiros contratados pelo direito civil.

No presente trabalho, adotou-se o conceito de meeiro como sendo uma categoria “nativa” que os interlocutores desta pesquisa usavam para se identificar como trabalhadores das roças de cacau que aderiram ao regime da parceria agrícola familiar. Essa categoria estava associada a ser dono do tempo, da produção e, simbolicamente, da terra.

No fim do capítulo, dar-se-á ênfase à vassoura-de-bruxa, fungo determinante para que se pense na região antes e depois de 1989. Encontrou-se no fungo uma causa para a crise que abalou economicamente a região, pois o cacau era o símbolo que melhor representava o sul da Bahia e acabou por perder o seu *status* de fonte de riqueza.

O cacau deve ser entendido como um fruto cultivado na microrregião de Ilhéus e Itabuna. Atualmente, o fruto e o pé de cacau sofrem com o ataque do fungo da vassoura-de-bruxa, que compromete a produção, podendo até matá-la. Antes da crise de 1989, esse fruto significou poder e situava o dono em uma classe distinta, a de proprietário — ter direito ao cacau era sinônimo de ser dono. Durante décadas, o cacau, que era amarelo, foi visto simbolicamente como ouro. Produzi-lo era fazer dinheiro à custa de mão de obra barata e sem direitos trabalhistas. Enfim, com a vassoura-de-bruxa, ocorreu uma descentralização do poder e esse fruto passou a exercer um papel importante de autonomia e vínculos com a terra para o grupo estudado.

1.1. A FORMAÇÃO DA LAVOURA CACAUEIRA DO SUL DA BAHIA: MÃO DE OBRA, ASCENSÃO E CRISE

O cacau começou a despontar como produto viável na agricultura do sul da Bahia em 1830, quando foram colhidas 26 toneladas. Durante o século XIX, o cacau vai se firmando, e a colheita chega a 1.510 toneladas em 1888, o ano da abolição (MAHONY, 2001). Então, durante a consolidação do cacau no sul da Bahia, entre 1830 e 1888, o trabalho das lavouras foi feito com mão de obra escrava.

Com a abolição, os ex-escravos puderam imigrar com facilidade para esta região da Bahia, o que aumentou o contingente de força de trabalho nas fazendas (CRUZ, 2011). Como a produção do cacau subia, começaram a imigrar trabalhadores do Nordeste à procura de emprego, havendo um contingente grande de sergipanos, alagoanos e cearenses (GARCEZ, 1977). Para a CEPLAC, o movimento migratório na região cacaueira era “a dinâmica de oportunidades econômicas, ou seja, o modo como cada setor de atividade se colocou historicamente no panorama regional” (CEPLAC, 1976:23). No gráfico abaixo, é possível vislumbrar como o número da população cresceu durante o final do século XIX até a década de 1980.

Quadro 3 – Crescimento da população de 1872 á 1980

	1872	1892	1920	1940	1960	1980
Microrregião de Ilhéus-Itabuna	12.416	16.658	148.848	268.913	600.582	824.860

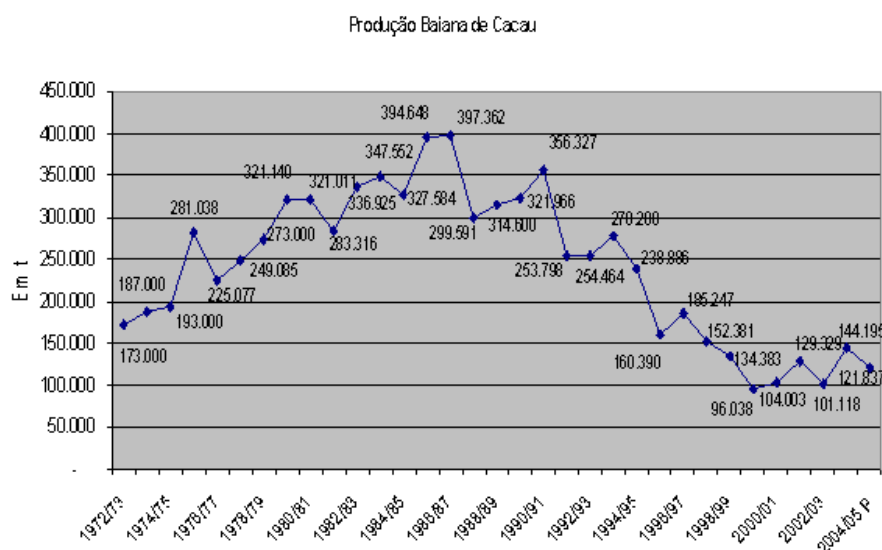
Fontes: CEPLAC: *Diagnóstico da Região Cacaueira*, V. 8 e V11. Tourinho et al., 1985; IBGE, 1995-1996, in Lima, 2011

Neste cenário, a microrregião Ilhéus-Itabuna foi considerada, até a década de 1970, como região cacaueira, pois o cacau era a monocultura predominante, responsável por trazer muita riqueza, sendo de 1904 até 1970 o principal produto de exportação da Bahia (FREITAS; PARAISO, 2001). A partir de 1980, o cacau brasileiro começou a sofrer uma forte concorrência de países africanos, liderada pela Costa do Marfim, que logo se tornou o principal produtor mundial. O resultado dessa concorrência foi a queda nos preços da arroba do cacau, que é regulada pela bolsa de valores de Nova York.

Em 1989, aconteceu o surgimento e disseminação da vassoura-de-bruxa, fungo que se espalhou com rapidez na região do sul da Bahia, atacando os pés de cacau e os frutos, gerando

uma série de falências e abandonos de fazendas (FERNANDES, 1996). No gráfico abaixo fica claro como a vassoura-de-bruxa ocasionou a queda da produção do cacau, impondo uma crise que produziu uma série de transformações socioeconômicas na região.

Figura 2 – Gráfico da produção de cacau de 1972 até 2005



Fonte: CEPLAC (2005)

A população aumentava sempre todos os anos; no entanto, a oferta de trabalho não acompanhava esse crescimento, porque, durante o século XX, o cacau passou por crises financeiras, fato que ajuda a entender as oscilações da quantidade de trabalhadores nas fazendas, como pode ser observado no gráfico abaixo. Destaca-se nele a queda drástica no número de trabalhadores em 1995, devido, especialmente, à crise da vassoura-de-bruxa na região.

Quadro 4 – Total de trabalhadores na microrregião de Ilhéus e Itabuna de 1940 até 1970

Total de Trabalhadores					
		Permanentes		Temporários	
Anos	Total Geral	Número	%	Número	%
1940	149.294	78.441	52,5	17.641	22,5
1950	174.830	88.364	50,5	43.631	49,4
1960	180.884	82.757	45,8	43.958	53,1
1970	163.018	67.976	41,7	35.589	52,4
1995	51.642	39.620	76,7	12.022	23,3

Fonte: Tourinho et al., 1985; IBGE, 1995-1996, *in* Lima, 2011

Os referidos períodos de expansão e crise impuseram diferentes modos de organização das fazendas de cacau e, com eles, diferentes formas de se relacionar com o trabalhador. É possível notar, num movimento que não pode ser caracterizado como linear, uma transformação que vai desde o trabalho escravo até o estabelecimento da parceria agrícola, passando por uma série de oscilações tanto nas relações trabalhistas quanto na rentabilidade da monocultura cacauzeira. Concomitante a este processo, ocorreram a formulação das leis trabalhistas e o delineamento das especificidades do meio rural, também importantes de serem explorados aqui para a compreensão das relações de trabalho no sul da Bahia. Tais dimensões serão explicitadas nos itens a seguir. A opção por abordar primeiro as leis trabalhistas é uma tentativa de situar o leitor quanto aos vácuos que serão encontrados em relação ao seu cumprimento nas diferentes relações de trabalho empreendidas na lavoura de cacau do sul da Bahia.

1.2. AS LEIS TRABALHISTAS

Em 21 de março de 1932, foi implantada no Brasil a Carteira Profissional para trabalhadores acima de 16 anos e sem distinção de sexo. Na década seguinte, ocorreu o Decreto-lei nº. 5.452, de 1º de maio de 1943, a Consolidação das Leis Trabalhistas –CLT, sancionado à época pelo presidente da República Getúlio Vargas (BIAVASCHI, 2005). Estas leis não estavam preocupadas com o trabalhador do meio rural. Os principais beneficiados eram os que estavam nas cidades, já que a intenção das leis era regulamentar as condições e demandas da força de trabalho nas cidades (IANNI, 1979). O contrato de trabalho no campo demorou mais de vinte anos para ser pensado e formalizado pelos poderes competentes, com normas e regulamentações adequadas ao meio rural.

Dentro das Leis Trabalhistas estava regulamentado o salário mínimo, porém sem um valor único na época. O valor era estabelecido de acordo com a região. Assim, o salário mínimo, quando instituído no Brasil na década de 1940, tinha valores específicos de acordo com região e sub-região. Eram catorze valores diferentes, e a unificação só ocorreu em 1988, com a Constituição. Entretanto, apesar de uma abordagem bastante secundária ao trabalhador rural, a CLT propiciou alguns acontecimentos importantes para este tipo de trabalhador: a constituição de 1946 pôs em vigor a estabilidade no emprego e a indenização por demissão

sem justa causa.

Em 1954, foi feito o projeto do Estatuto do Trabalhador Rural – ETR, que, enviado ao Congresso Nacional, ainda sob a tutela do presidente Getúlio Vargas, permaneceu tramitando sem uma resolução. Antes da aprovação do Estatuto, foi instituída a gratificação natalina, em 1962, que valia como décimo terceiro salário. Após nove anos de tramitação pela câmara dos deputados, o Estatuto do Trabalhador Rural foi aprovado, instituído pela Lei nº 4.214, de 02 de março de 1963, publicada no Diário da União no dia 18 de março de 1963.

Em 1969, ocorreu a unificação da Carteira de Trabalho, deixando de existir a Carteira do Trabalhador Rural. O Estatuto do Trabalhador Rural foi revogado para ser substituído pela Lei nº 5.889, de 8 de julho de 1973. Foram mantidos os direitos adquiridos e incorporados adicional noturno, desconto proporcional para ocupação habitacional, descanso na jornada de trabalho, direito a licença maternidade para mulheres e igualdade de jornada de trabalho. O valor do salário mínimo só foi unificado em 1984, acabando com o salário mínimo regional (SMR)² (AFONSO; FERNANDES, 2005).

Um estudo mais amplo realizado pela CEPLAC aponta que, nas fazendas da região cacaueira, os contratos de trabalho eram geralmente verbais. Esta pesquisa foi realizada com 384 trabalhadores da região, dos quais 89 (23,18%) tinham carteira de trabalho assinado e 13 (3,38%) não tinham contrato de trabalho assinado. Em suma, mesmo com a CLT, segundo a pesquisa da CEPLAC (1976), a principal forma de contrato da mão de obra era a diária, feita verbalmente entre as partes.

Essa realidade do contrato verbal coincide com as histórias de alguns dos interlocutores desta pesquisa que já tinham sido diaristas e passaram a ser meeiros. Um deles comenta sobre o risco de “pedir os tempos de trabalho” ao patrão.

Antes da bruxa ninguém dava de meia não, sinhó, antes não, ninguém dava não, era todo mundo na diária. Antes se o cara falasse em pedir os tempos de trabalho era mais fácil o patrão dar o pistoleiro para mandar matar o cara. Depois da bruxa pra cá foi que arrasou a região, eles viram que não tinham como manter os funcionários na diária e deram de meia (José Pereira, Itajuípe)

² “Em agosto de 1987, o Decreto-Lei 2.351 acrescentou dois termos ao conjunto de referências salariais. O primeiro é o Piso Nacional de Salários – PNS, cujo valor era de CZ\$ 1.970,00. O segundo é o Salário Mínimo de Referência – SMR, nova designação do salário mínimo, valendo CZ\$ 1.969,92. Com essa alteração, o salário de contribuição do INSS passou a ter como teto vinte vezes o valor vigente do SMR.” (AFONSO; FERNANDES, 2005. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-71402005000300001&script=sci_arttext, acessado em 14/09/2013).

A política do medo e do mandonismo (FALCÓN, 1995) levava a sujeição e abdicação de direitos jurídicos adquiridos. Assim, a justiça moldava-se em uma estrutura de prevalectimento da classe dominante, que, além de ganhar fortunas com a agricultura, passava a faturar com a sonegação de direitos trabalhistas. Nesse panorama de medo, Almeida (2001) realizou uma pesquisa Centro de Documentação e Memória Regional – CEDOC, da Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC, e verificou que em 1960 só existia um único processo trabalhista na zona rural de Ilhéus. Em 1966, após o ETR, esse número pulou para 20, caindo para 07 em 1971. Entre 1960 e 1971, o número total de processos chegou a 111. As principais reclamações nos processos eram o não cumprimento dos direitos trabalhistas, mas, nos processos, os patrões se defendiam justificando que os trabalhadores tinham uma má conduta pessoal, acusação que costumava ser acatada pelos juristas.

Os direitos trabalhistas adquiridos com ETR não tiveram eficácia no sul da Bahia. Dificilmente um trabalhador era beneficiado de forma mais abrangente pelas suas normas. Almeida (2001) analisa o cumprimento das leis trabalhistas no sul da Bahia da seguinte forma:

Podia-se perceber que a legislação, a princípio tutela, tinha sido elaborada com a oculta intenção de não ser aplicada, já que carecia de instrumentos práticos de aplicação, fiscalização e desinformação oficial, além da fraca ação sindical. (ALMEIDA, 2001: 44)

Como citado no texto acima, os direitos dos trabalhadores não eram respeitados de acordo com as normas do Estatuto do Trabalhador Rural de 1963, porque não existiam mecanismos de aplicabilidade das leis. Um dos casos comuns que aconteciam na região era a assinatura de contratos elaborados para estabelecer uma remuneração por produção, com a denominação de salário por tarefa e que colocava o trabalhador como autônomo ou obreiro. Essa manobra servia para descaracterizar o vínculo empregatício, mas não correspondia à realidade, porque os trabalhadores realizavam suas tarefas pelo mando do patrão, não tinham autonomia para se organizarem e não usufruíam dos resultados dos serviços (ALMEIDA, 2001). Essa manobra do contrato burlava o artigo 11 do Estatuto do Trabalhador Rural, que estabelecia que qualquer trabalhador do campo maior de 14 anos tinha que ter a carteira do trabalhador rural assinada. Era um misto de ausência de fiscalização por parte das autoridades públicas e de falta de entendimento dos trabalhadores com relação aos seus direitos jurídicos.

Segue quadro com os principais direito jurídicos dos trabalhadores rurais, instituído no Estatuto do Trabalhador Rural de 1963.

Quadro 5 – Os direitos trabalhistas de acordo com ETR

Horas extras	ETR, art. 25. Os contratos devem obedecer a no máximo 8h de trabalho por dia. ETR, art. 26. As horas que excederem a jornada devem ser computadas na Carteira de Trabalhador Rural para serem pagas.
Adicional noturno	ETR, art. 27. Era considerado trabalho noturno o executado entre as vinte e uma horas de um dia até as cinco horas do dia seguinte. Deveria ser acrescentado mais 25% do valor do salário.
Salário mínimo	Art. 28. Qualquer que seja a forma, tipo ou natureza do contrato, nenhum trabalho rural assalariado poderá ser remunerado em base inferior ao salário mínimo regional. Esse salário era calculado de acordo com os Estados e deveria suprir as necessidades básicas dos trabalhadores.
Salário família	Era um salário no qual as fazendas vinculadas à Previdência Social deveriam pagar a todo empregado que tivesse filhos, de acordo com as normas do CLT. O pagamento do salário família não poderia ser incorporado ao salário contratual, o patrão “deveria” pagá-los separadamente.
Salário retido	“Art. 29. No total da remuneração a que tiver direito o trabalhador rural, poderão ser descontadas as parcelas correspondentes a moradia”; no mínimo 20% e no máximo 25% para alimentação.
Aviso prévio	“Art. 90. Não havendo prazo estipulado, a parte que, sem justo motivo, quiser rescindir o contrato deverá avisar a outra de sua resolução, com antecedência de oito dias, se o pagamento for feito por semana ou tempo inferior; de trinta dias se feito o pagamento por quinzena ou mês, ou se o empregado tiver mais de doze meses de serviço na empresa.”
Gratificação natalina (13º Salário)	Uma gratificação paga pelo produtor para o trabalhador no mês de dezembro, que corresponde a 1/12 avos de cada mês trabalhado, no ano correspondente. Nessa mesma proporção de 1/12 avos por ano deve ser pago a indenização por demissão sem justa causa.
Repouso Semanal	“Art. 42. O trabalhador rural terá direito ao repouso semanal remunerado, nos termos das normas especiais vigentes que o regulam.”
Férias	“Art. 43. Ao trabalhador rural serão concedidas férias remuneradas, após cada período de doze meses de vigência do contrato de trabalho, na forma seguinte: a) de vinte dias úteis, ao que tiver ficado à disposição do empregador durante os doze meses sem ter tido mais de seis faltas ao serviço, justificadas ou não, nesse período; b) de quinze dias úteis, ao que tiver ficado à disposição do empregador por mais de duzentos e cinquenta dias sem ter tido mais de cinco faltas ao serviço, justificadas ou não nesse período; c) de onze dias úteis, ao que tiver ficado à disposição do empregador por mais de duzentos dias sem ter tido mais de quatro faltas, justificadas ou não, nesse período; d) de sete dias úteis, ao que tiver ficado à disposição do empregador menos de duzentos e mais de cento e cinquenta dias, sem ter tido mais de três faltas, justificadas ou não, nesse período.”

Fonte: Estatuto do Trabalhador Rural (Lei nº 4.214, de 2 de março de 1963)

Os itens listados no quadro dão uma dimensão dos direitos adquiridos que muito raramente eram respeitados. Os contratos até 1989 na grande maioria eram verbais, só quando a Constituição do Brasil foi instituída, em 1988, é que os direitos do trabalhador rural

começaram a ter uma “validade” efetiva na região do cacau, por conta da fiscalização e de advogados que começaram a assumir as causas dos trabalhadores para cobrar os seus direitos.

A seguir serão expostas as formas de estabelecimento das relações com o trabalhador do cacau, para além do estabelecido pela CLT e/ou pelo ETR.

1.3. AS RELAÇÕES DE TRABALHO ANTES DE 1989

Os ex-escravos, junto com os imigrantes, tornaram-se uma mão de obra “livre” e assalariada que, de 1888 até 1989, teve as seguintes relações de trabalho na lavoura de cacau: a) escravo; b) contratista; c) diarista; b) empreiteiro; e d) arista. Veremos a seguir as características de cada uma dessas categorias até 1989. Nos anos 1990, surge o meeiro. Faz-se importante esclarecer que as denominações aqui utilizadas fazem parte das categorias nativas e serão melhor analisadas nos itens a seguir.

Quadro 6 – As relações de trabalho no sul da Bahia

Categorias	Características	Período
Escravo	O trabalhador era confinado e não tinha liberdade para sair da fazenda, não recebia salário e passava por castigos físicos.	Do início de 1830 até 1888, quando foi decretada a abolição.
Contratista	O trabalhador desmatava e plantava em terras incultas até formar a roça de cacau. Tinha duração de 3 até 6 anos. O pagamento era feito quando o serviço estivesse pronto.	De 1850, com a Lei de Terras, até a Consolidação das Leis Trabalhistas, na década de 1940.
Diarista (Fichado)	O trabalhador recebia salário e poderia ser fixo da fazenda com moradia e carteira de trabalho assinada ou temporário.	Do final do século XIX até os dias atuais. Ainda existem trabalhadores nas fazendas de cacau com carteira assinada — “fichado”. Eles costumam receber por mês e não por semana ou diária. O pagamento semanal foi substituído no final da década de 1980, com o surgimento da constituição.
Empreiteiro	A empreitada diz respeito ao trabalhador que recebia por tarefas realizadas em um determinado período. O valor era de acordo com a dificuldade do serviço.	Surgiu na década de 1960 e vai até meados da década de 1980 (LIMA, 2011).
Arista	A fazenda era dividida em áreas e cada um dos trabalhadores ficava responsável pela produção de uma área.	Surgiu no final na década de 1980 e no início dos anos 1990 caiu em desuso.
Parceria agrícola	O trabalhador se torna parceiro do proprietário, tendo direito à parte da	Surgiu após 1989 e se consolidou na região como a

(Meeiro)	produção do cacau que ficou responsável por colher.	principal relação de trabalho da lavoura cacaueira nos dias atuais.
----------	---	---

1.3.1. O ESCRAVO

O trabalho escravo, como uma das categorias de labor no sul Bahia, é ilustrativo de um legado de padrões truculentos e violentos que cresceram e formaram fortuna roubando terras e explorando trabalhadores. A menção a este tipo de trabalho serve para desmitificar a crença de que a mão de obra nas roças de cacau surgiu do trabalhador “livre” imigrante. Em *Cacau*, Jorge Amado (1970) conta a estória de um personagem chamado Manuel Misael Souza Telles, que congrega todos os aspectos desse imigrante pobre que se tornou rico através de roubo, violência e mesquinharia.

De acordo com Mary Ann Mahony (2007), situar o escravo como a gênese do trabalho na lavoura, em oposição ao trabalhador livre, ajuda a perceber que isso foi uma jogada política para colocar os ancestrais produtores de cacau como bandeirantes desbravadores e heróis, ao contrário de escravistas e ladrões de terras.

Existem dois estudos sobre o desenvolvimento da lavoura cacaueira no século XIX: o de Mary Ann Mahony (2001), que pesquisou o trabalho escravo de 1822 até 1889 no Sul da Bahia, e o de Ronaldo Lima da Cruz (2011), com sua dissertação que trata do trabalho escravo no sul da Bahia de 1880 a 1900. São pesquisas que desmitificam a ideia de que em Ilhéus a monocultura do cacau surgiu pelas mãos de imigrantes livres, desconstruindo o mito existente na região de que o trabalho escravo era insignificante ou que os plantadores de cacau não tinham acesso a escravos. Trata-se de um mito presente na literatura e que omite a presença do negro na lavoura, pautado no apagamento ou na substituição do negro ex-escravo pelo imigrante livre.

Esse aspecto da troca do negro pelo imigrante foi abordado no estudo de Silvia Hunold Lara (1998), que identifica em autores recentes, como José de Souza Martins (1997)³, a “teoria da substituição”. Tal teoria consiste no uso do termo “substituição física” do ex-

³ Citação encontrada no texto de Lara (1998) traz a seguinte nota “(...) a questão abolicionista foi conduzida em termos da substituição do trabalhador escravo pelo livre, isto é, no caso das fazendas paulistas, em termo de substituição física do negro pelo imigrante. O resultado não foi apenas a transformação do trabalho, mas também a substituição do trabalhador” (MARTINS, 1998: 18, in LARA, 1998).

escravo negro na lavoura pelo imigrante. Esses mitos não existem apenas com relação à lavoura do cacau em Ilhéus, mas também com relação à lavoura do café em São Paulo.

Mahony (2001) desenvolve sua pesquisa do trabalho escravo em Ilhéus a partir de inúmeros documentos, como cartas trocadas por Dona Paulina Khaene de Sá e o Juiz órfão de Ilhéus em 1882, na qual:

O juiz como supervisor da herança dos filhos de Dona Paulina, lhe havia escrito, sugerindo que ela vendesse os escravos que seus filhos haviam herdado do pai. Ela recusou-se, respondendo, de forma educada, mas firme, que os escravos eram “empregados na agricultura da fazenda”, e vendê-los provocaria um decréscimo no contingente de mão de obra empregada na fazenda. Deixando-a sem condições de garantir o futuro para seus filhos. (MAHONY, 2001: 95-96)

A pesquisa de Mahony aponta para uma realidade que foi comum no Brasil: a posse de escravos na agricultura durante o século XIX. A diferença é que em Ilhéus o contingente era muito menor do que nas plantações de café do Vale do Paraíba ou do oeste paulista. Mas faz-se mister pontuar que, em meados do século XIX, os portos de Ilhéus e Camamu passaram a entrar na rota do contrabando de escravos, mais especificamente após 1848.

O sucesso das expedições contrabandistas em Ilhéus em meados do século XIX talvez tenha sido quantitativamente menor se comparado às demais monoculturas coloniais, mas foi fundamental para a consolidação das fazendas de cacau no sul da Bahia. Mahony (2001) defende essa ideia comparando os investimentos necessários para implantação da lavoura da cana-de-açúcar com os do cacau — mesmo ambas sendo culturas tropicais, a açucareira requer um pesado investimento em infraestrutura e grande quantidade de mão de obra. O fato de o cacau não necessitar de investimentos tão altos chamou a atenção de Miguel Calmon, que era um estudioso de agricultura e conselheiro do Imperador.

Calmon, em 1838, escreveu para o Imperador dizendo as facilidades de implantação da lavoura cacaueira e que essa monocultura poderia ser uma saída para o crescimento da economia do sul da Bahia, que sofria com a escassez de mão de obra. Essa correspondência de Calmon foi fundamental para que nos próximos vinte anos a economia do sul da Bahia começasse a despontar, até chegar em 1900 figurando como um dos maiores produtores mundiais, devido, especialmente, à mão de obra escrava que foi trazida para a região (MAHONY, 2001).

1.3.2. O CONTRATISTA

O contratista foi um trabalhador presente na expansão da cacauicultura no sul da Bahia. Foi uma mão de obra usada para ampliar fazendas. Propriedades de pequeno e de médio porte usavam desse contrato para se expandirem, para se tornarem maiores (GARCEZ, 1977).

Um determinado fazendeiro, quando queria ampliar sua propriedade, solicitava a um contratista que desbravasse a mata e plantasse em terras nunca cultivadas, até formar a roça de cacau em uma área específica. O contrato entre o fazendeiro e o trabalhador, na grande maioria dos casos, era informal, mas encontram-se alguns casos de contratos em condições legais.

Como mencionado no quadro acima, o contrato entre as partes era estabelecido num período que ia de três até seis anos. Durante o tempo de formação da roça de cacau, o contratista vivia da produção da pequena lavoura de subsistência feita concomitantemente com a de cacau. O pagamento era avaliado a partir da quantidade de pés de cacau plantados, e o proprietário das terras indenizava o trabalhador pelas benfeitorias (MARINHO, 2003). O contratista não recebia nenhum tipo de salário durante a execução do serviço, e, ao término, como a maioria dos contratos era verbal, acontecia de o proprietário não cumprir a sua parte e o pagamento não ser realizado (LINS, 2007).

1.3.3. O DIARISTA

A diária era um contrato na maioria das vezes verbal para pagar a mão de obra na lavoura do cacau. Toda semana, o proprietário pagava por cinco dias de trabalho um valor proporcional ao salário mínimo da época. Os dias de repouso dificilmente eram recebidos. A diária representava o trabalho assalariado na roça de cacau (CEPLAC, 1976). Essa categoria poderia ser chamada de assalariado, mas preferiu-se considerar o termo *diária* por ser a forma como os trabalhadores se classificam.

Os diaristas perfazem as seguintes formas de mão de obra: a) temporário; b) permanente; e c) permanente de carteira assinada.

- a) Temporário era o trabalhador solicitado para realizar serviços por períodos específicos na fazenda. Eles participavam dos movimentos migratórios que estavam ligados aos estímulos e oportunidades econômicas da região. Eles agiam indo de encontro às

fazendas que tinham necessidade de mão de obra;

- b) Permanente era o trabalhador que morava na fazenda, em casas cedidas pelo proprietário. Era chamado de “fixo”, porque estava em tempo integral à disposição do proprietário. As casas cedidas pela fazenda tinham condições de conforto variável, pois podiam ser de adobe e coberta de palhas ou mesmo de alvenaria coberta de telhas. Também era comum a moradia embaixo das barcaças de cacau, ou barracões e casas coletivas para os solteiros. No geral, não podiam cultivar para si, as terras da fazenda e o tempo dos trabalhadores eram exclusivos para o cacau.
- c) O trabalhador permanente de carteira assinada morava na fazenda, estava em tempo integral à disposição do proprietário, mas tinha como reivindicar os direitos trabalhistas e geralmente era indenizado ao término do contrato. Este tipo de mão de obra era minoria nas fazendas. É popularmente chamado de “fichado”. O termo *fichado*, que se refere à carteira assinada, também foi encontrado por Sigaud (1979) na lavoura de cana-de-açúcar.

A moradia se constituía numa forma de ter o trabalhador assalariado como um bem da propriedade. Essa percepção da moradia como sendo um pacto incluído no contrato da diária, de compromisso e de disponibilidade do trabalhador foi observado não só na lavoura cacaueira (LIMA, 2011), mas também nas plantações de cana-de-açúcar dos engenhos da Zona da Mata de Pernambuco (SIGAUD, 1979).

O ex-barçaeiro da Morro Redondo, Joel José de Oliveira, 58 anos, morava na fazenda, embaixo da barçaça, e comenta como era essa disponibilidade do trabalhador para realizar serviços.

Eu trabalhava de dia e de noite aqui na barçaça, aqui na barçaça era 24 horas, era de dia e de noite direto, nem dia de domingo parava, aqui era direto, se tivesse que carregar secador, tinha que carregar. Passava a noite e no outro dia, se tivesse que carregar, você carregava (JOEL OLIVEIRA, Barro Preto).

Os contratos da diária eram feitos para não estipular as atividades a serem realizadas no momento da contratação e raramente pagavam repouso remunerado. Os salários não tinham uniformidade e acabavam por não acompanhar os custos do consumo nas fazendas.

Aqui é importante esclarecer que os trabalhadores compravam comidas nos barracões⁴ (FREITAS E PARAÍSO, 2001).

Na hora do pagamento era uma quantidade de dinheiro tão grande que chegava no malote para fazer os pagamento dos funcionários. Nós recebia e já comprava no bazar, recebia o dinheiro e comprava aí. E se saísse para comprar fora, você era despachado (JOEL OLIVEIRA, 64 anos, Barro Preto).

As condições de trabalho e de moradia eram muito precárias, o que, associado aos salários baixos, acabava por proporcionar um nomadismo na região, tornando o trabalhador um imigrante em busca de trabalho e outras oportunidades.

Mesmo para o trabalhador permanente recebendo o equivalente a um salário mínimo da sua região, era difícil conquistar algum patrimônio. A casa na “rua” e a aposentadoria, especialmente por conta dos gastos que tinham que assumir. Esse aspecto, entre outros, fez com que ocorressem alternâncias entre trabalhadores que ficaram como fixos nas fazendas, permanentes, e os que realizavam tarefas específicas e logo saíam para procurar outras roças e novos serviços, os temporários. Aqui é importante esclarecer que “rua” é como os trabalhadores do cacau se referem aos ambientes urbanos ou àqueles lugares que estão fora da fazenda — a rua pode ser um distrito, uma vila ou uma cidade.

Os trabalhadores se dispunham a realizar tarefas exaustivas de acordo com a necessidade do dono, porque era a forma como tinham de ganhar dinheiro, inclusive colocando a família no labor da roça. O entrevistado Pedro Freire comenta sobre como conseguiu comprar uma casa: “Quem trabalha na roça nunca faz nada, só consegui comprar uma casa na rua depois que me aposentei”. (PEDRO FREIRE, 70 anos, Uruçuca).

Mesmo os trabalhadores assalariados de carteira assinada, os fichados, não recebiam a indenização do patrão. O Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, não era pago. Quando acontecia alguma coisa, como morte ou dispensa do serviço, dificilmente eles ganhavam a indenização correspondente ao FGTS do patrão, como pode ser percebido no comentário abaixo.

Patrão é bom quando o empregado ganha alguma coisa e se não o funcionário morre nas esmolos. Não tem dois anos que o cara caiu naquela casa e o cara morreu, ele trabalhou aqui uma vida toda como fichado. A viúva ficou para cima e para baixo zanzando, que nem esmoleu, eles não deram nem um centavo. Nem o caixão o homem não deu, tô dizendo. Quem deu o caixão foi a prefeitura. Essa fazenda pode dizer que explora

⁴ Barracões eram estabelecimentos de venda de comida para os trabalhadores das fazendas, também conhecidos como armazém ou bazar. Comumente, os barracões pertenciam aos fazendeiros.

trabalhador. (JOEL OLIVEIRA, 64 anos, Barro Preto)

1.3.4. O EMPREITEIRO

A empreitada era um contrato com base em tarefas determinadas pelos proprietários a serem realizadas pelo trabalhador. Essa categoria surge, para alguns autores, como Lima (2011), com a necessidade de modernização da lavoura cacaueteira, na década de 1960. A empreitada não era regida pela CLT, funcionava com base em um acordo verbal entre as partes, que acertavam o valor com base na tarefa a ser executada. As tarefas podiam incluir qualquer serviço que fosse necessário, como limpar o mato da fazenda, colher cacau, trabalhar na construção de uma barcaça etc.

A empreitada era uma forma de o patrão pagar mais para os empregados trabalharem além da jornada estipulada por lei. Na empreitada, o trabalhador ainda colocava os filhos para fazer o serviço, muitos menores de idade. O objetivo era cumprir as tarefas o mais rápido possível para receber o pagamento e pegar uma nova tarefa. A empreitada era um recurso muito utilizado na época da colheita. A CEPLAC (1975) definiu que a empreitada poderia ser feita através do:

- a) contrato individual – era o serviço feito apenas pelo trabalhador contratado;
- b) contrato familiar – o trabalhador colocava os seus parentes para realizar a atividade contratada. Isso geralmente “ocorre na empreitada de colheita e quebra do cacau, em que as crianças e mulheres participam” (CEPLAC, 1997:38). Desde cedo as crianças eram introduzidas na roça. Na presente pesquisa, todos os entrevistados começaram a trabalhar com idades entre seis e doze anos, acompanhando o pai ou amigos. O comentário do trabalhador abaixo ilustra como acontecia esse tipo de empreitada.

Se eu pegasse uma roça de empreitada eu ia ganhar por produção, o que eu fizesse era meu. Eu podia levar a mulher, aí no dia de quebrar eu levava o menino para ajudar a quebrar, se fosse o caso de pagar eu pagava a eles. (JOSÉ EUDES ALVES DOS SANTOS, 47 anos, Barro Preto)

- c) contratação indireta – este contrato era quando o trabalhador não tinha família e, para efetuar a tarefa acertada, contratava outros trabalhadores, para garantir a execução do serviço e o lucro.

Aqui, faz-se importante definir o significado de *roça*, que era uma referência genérica a todo o contexto que envolvia o meio rural. A roça também era uma forma dos trabalhadores do cacau se referirem à gleba — a terra de labor. Ir para a roça significava ir para o meio rural, no qual se encontrava a fazenda onde se trabalhava. Dependendo do sentido da comunicação, roça pode significar, na região cacaueira, fazenda, meio rural ou terra de labor.

1.3.5. O ARISTA

O contrato do arista era feito com o trabalhador assalariado, firmando um acordo entre patrão e empregado para que fossem realizadas determinadas tarefas em uma área específica. O conceito de arista surge da ideia de divisão da fazenda em áreas, em média de 5 a 7 hectares. Esse trabalhador assumia a responsabilidade de realizar todo o processo de produção da lavoura na área determinada. Esse tipo de contrato surgiu na região na década de 1980 para viabilizar uma maior produtividade do trabalhador na fazenda sem pagar horas extras e demais encargos que incidem sobre o prolongamento da jornada de trabalho.

O trabalhador arista inaugurou uma nova forma de produção na lavoura cacaueira no sul da Bahia, caracterizada pelo compromisso que um trabalhador assumia de realizar todas as tarefas da roça em uma única área. A modificação ocorrida neste tipo de trabalho diz respeito a uma passagem da percepção e administração da fazenda como uma área única para a sua divisão em subáreas ou glebas que seriam assumidas integralmente por trabalhadores determinados, visando o aumento da produtividade e da dedicação do trabalhador. Como contrapartida, o patrão oferecia uma premiação por produção, que era bem abaixo do valor correspondente à hora extra. Esta proposta não deu certo e com o passar do tempo foi sendo abandonada, porque havia uma queda na produção do trabalhador, devido às jornadas muito extensas.

1.4. OS PRIMEIROS MEEIROS

Em todas as relações de trabalho que existiram na região, notam-se alguns aspectos comuns, como a falta de descanso remunerado ou mesmo a ausência de salários compatíveis com a CLT. Conhecer as leis trabalhistas se mostrou importante por auxiliar na compreensão

das disparidades entre aquilo que era estabelecido legalmente e aquilo que era praticado nas lavouras de cacau do sul da Bahia. Assim, observa-se que a principal forma de controlar o empregado era através do tempo.

Nessa perspectiva, pode-se traçar um paralelo entre escravo — que foi o caso extremo, pois era confinado na fazenda —, diarista, que foi coagido a morar na propriedade e ficar disponível o máximo de tempo possível; empreiteiro, que recebia um pouco mais, porém trabalhava muitas horas por dia; e por fim arista, que também era submetido a uma proposta de labor que explorava sua mão de obra.

As referências para entender a exploração da mão de obra do trabalhador foram a CLT e o ETR, que propõem um limite de tempo para o trabalho, as jornadas diárias e demais gratificações. Notou-se também o abuso com relação às remunerações, que eram abaixo das estabelecidas por essas leis.

A seguir, foram pesquisadas fazendas de cacau que passaram pela crise e que, depois de 1989, tiveram seus antigos regimes de trabalho substituídos com o surgimento da parceria. As propriedades estudadas tiveram trabalhadores precursores na parceria. Estes podem ser vistos como pessoas que se aventuraram a tentar uma transformação dentro de uma sociedade. As informações conseguidas nesse local ajudam a entender como surgiu a parceria na região.

As histórias abaixo foram de homens que logo após a crise experimentaram tornar-se parceiros. O caso do entrevistado Pedro Freire foi relevante também por ser articulado por um funcionário da CEPLAC, o órgão responsável pela manutenção da lavoura do cacau. Assim, em uma entrevista, pode-se perceber, pelo discurso do trabalhador e pelo funcionário que representava a política do Estado na região, como ocorreu a implantação da meação.

Fotografia 1



©Emiliano Dantas – Pedro Freire, um dos primeiros meeiros da microrregião Ilhéus-Itabuna, Uruçuca/BA (19/05/2013).

Pedro Freire de Jesus tem 70 anos e foi um dos primeiros meeiros da microrregião de Ilhéus-Itabuna. Nascido em um pequeno município na Bahia, chamado Mutuípe, próximo à região cacauzeira, era filho de um pequeno agricultor, teve seis irmãos e desde criança, assim como toda a família, trabalhava na roça do pai, plantando para sobreviver. A terra do seu pai era muito pequena e “não dava pra matar a fome de todo mundo”. Aos 16 anos partiu para Uruçuca, onde trabalhou em algumas fazendas da região até se estabelecer na Leolinda, em 1968, com 26 anos.

Assim que chegou à fazenda, foi contratado com Carteira Trabalhista como diarista. Além da diária, participava na época da colheita do cacau por regime de empreitada, para aumentar a renda familiar. Pedro Freire, até 1989, quando teve baixa na sua carteira assinada, trabalhou de duas formas: diária e empreitada. Durante a colheita, ele aderiu à empreitada, chamada de “colher cacau na folha”, junto com a família:

A empreitada era por caixa, nós trabalhava às vezes de 6 horas, nós, nós ia 6 horas, nós levava a comida e esquentava por conta própria, queria avançar na colheita do cacau. (...) O cacau para dar na folha, o cara mesmo fichado fazia, o cara não trabalhava na diária, tanto o patrão queria como o empregado queria (PEDRO FREIRE, 70 anos, Uruçuca)

O contrato celebrado com o entrevistado era o de empreitada familiar, pois, na colheita e na quebra, ele parava de ser pago na diária e entrava na roça com sua família para fazer empreitada: “eu tinha dois filhos homens, o Eroaldo, rapazinho, e minhas filhas para quebrar cacau”. Mesmo oscilando entre a diária e a empreitada, ele se colocava e se via junto com os seus companheiros, antes de 1989, da seguinte forma:

Antes de entrar a vassoura né? A região era boa, tinha muito cacau, então, tudo ia bem. Tinha muita gente aqui, tudo fichado. Depois que entrou a vassoura, foi tudo baixando, baixando. Hoje só tem meeiro aí e mais nada. (PEDRO FREIRE, 70 anos, Uruçuca)

Essa fala revela a posição do interlocutor diante do trabalho na roça, a classificação como “fichado”, antes da vassoura-de-bruxa. Durante a pesquisa, como já foi abordado acima, notou-se que era recorrente a classificação de “fichado”. Praticamente todos os participantes da pesquisa que tiveram Carteira de Trabalho se consideravam dessa forma. O “fichado” foi uma categoria assumida e incorporada por eles para se situar como um trabalhador permanente da fazenda e de carteira assinada.

No entanto, durante esta pesquisa, não se presenciou nenhuma vez alguém fazer referência a trabalhador rural. Essa nomenclatura não foi identificada em nenhum outro integrante da pesquisa. Isso também pode ser percebido no livro de Jorge Amado (1970), *Cacau*. Ele não usa nenhuma vez no livro o termo trabalhador rural, sempre é trabalhador. Isto pode apontar para a não problematização das particularidades do trabalho no meio rural, que, como explorado no item 1.1 desta dissertação, é uma preocupação relativamente recente. Antes, envoltos em questões políticas e econômicas, o trabalhador rural não era legitimado.

Fotografia 2



©Emiliano Dantas – Pedro Freire carteira de trabalho.

Após 20 anos de trabalho na Fazenda Leolinda como “fichado”, Pedro Freire, em 1989, com a propagação da vassoura-de-bruxa, teve baixa na sua carteira. O dinheiro que recebeu de indenização foi colocado na poupança e, em 1990, confiscado pelo Plano Brasil Novo, conhecido como Plano Collor.

Em 1992, o fazendeiro de cacau e empresário Romildo Luiz Fernandes decidiu contratar o engenheiro agrônomo Sérgio Tavares para administrar e implantar a Parceria Agrícola Familiar na fazenda Leolinda, como tentativa de reverter a crise econômica. Foram escolhidas quatro famílias de tamanho grande para explorar as terras.

Nunca tinha ouvido falar em meeiro não. Aqui na região a fazenda que começou a parceria foi aqui mesmo...

...Naquela época dava dinheiro, não dava para perder não, a roça botava muito, eu peguei a roça do roçado grande de 60 tarefas de cacau, eu mais meus filhos. A roça era grande, mas eu tinha meus dois filhos homens, o Eroaldo já era rapazinho e ajudava também e minhas filhas ajudavam a quebrar cacau. Aí nós tirávamos naquele tempo 1.200 arrobas, a roça era boa. (PEDRO FREIRE, 70 anos, Uruçuca)

A divisão da produção de aproximadamente 1.200 arrobas era de 40% para o meeiro e 60% para o dono. Então, por causa da crise da vassoura-de-bruxa e do preço baixo do cacau, o trabalhador passou de “fichado” para “meeiro”. Pedro Freire disse que o patrão argumentava

da seguinte forma:

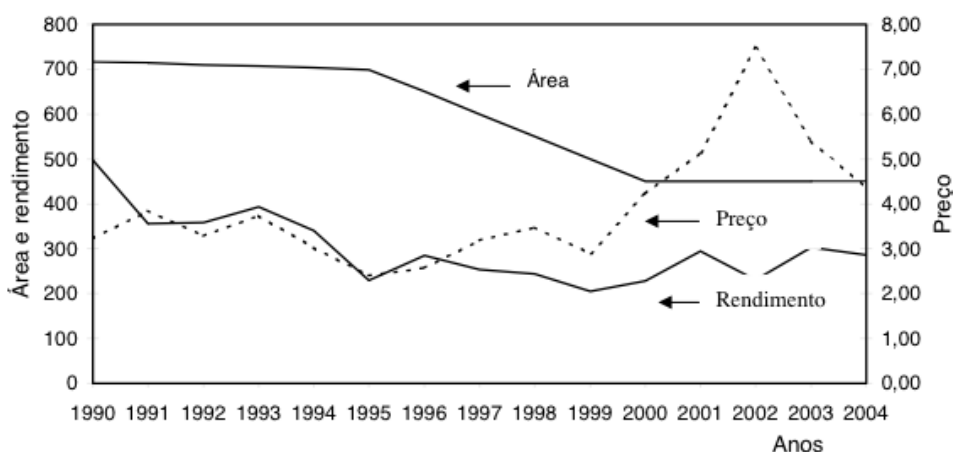
O patrão disse que não aguenta, e não aguenta fichar trabalhador, pagar tempo, o cacau é barato e não dá. Então, eles dão a meia, que é para não pagar o tempo. (PEDRO FREIRE, 70 anos, Uruçuca)

Após alguns anos explorando a gleba chamada Roça do Grande, Pedro Freire foi “fichado” novamente. Ele disse que foram três anos e, ao término do contrato de parceria, o patrão resolveu desistir da parceria e recontratou todos os trabalhadores.

Deu certo, a questão é que você sabe, fazendeiro uma vez faz uma coisa, mas se tá dando muito resultado para o cara, eles tiram. Ele achava que nós távamos tendo vantagem (PEDRO FREIRE, 70 anos, Uruçuca)

Ao analisar os Contratos de Parceria Agrícola Familiar do qual Pedro Freire participou, estabelecidos na Fazenda Leolinda, foi possível detectar que eles tinham sido datados de 01/03/1992, com validade até 28/02/1995. Pedro Freire não possuía mais o seu contrato, sua cópia tinha sido entregue na ocasião da aposentadoria. Sérgio Tavares, antigo administrador da fazenda, foi quem fez estes documentos e nos forneceu uma fotocópia do contrato de um outro meeiro que participou do mesmo projeto. Depois de três anos, Romildo Fernandes desistiu do projeto de parcerias. Nesse mesmo período, o cacau começou a melhorar de preço no mercado internacional. O valor do cacau aumentou em decorrência da guerra civil na Costa do Marfim, que se tornara o maior produtor mundial do cacau (CEPLAC, 2005).

Figura 3 – Gráfico das oscilações do preço do cacau de 1990 até 2004



Fonte CEPLAC, 2005.

Com a valorização do preço do cacau, a Leolinda entrou no Plano de Recuperação da Lavoura Cacaueira, lançado em 1995 pela CEPLAC em conjunto com o Banco do Brasil. A orientação era realizar uma clonagem vegetal dos pés de cacau, pela enxertia. Para isso, foi necessário cortar o “cacau comum da Bahia”, para que ficasse apenas o porta-enxerto (cavalo). O enxerto era feito com um pé de cacau clonado, híbrido, e “tolerante” à vassoura-de-bruxa.

O cacau introduzido no sul da Bahia no século XVIII foi do Grupo Forasteiro, cultivado no Amazonas e trazido do Pará para a Bahia, por isso ficou popularmente conhecido como parazinho, pará e cacau comum. Os pés de cacau usados para fazer a clonagem foram de cruzamentos entre plantas de diferentes origens geográficas, tendo sido classificados como híbridos. São plantas modificadas geneticamente para serem mais resistentes à vassoura-de-bruxa.

A grande maioria das roças na Leolinda foi cortada para que fossem enxertados os clones. Restaram apenas algumas áreas com “cacau comum da Bahia”. Romildo Luiz Fernandes seguiu a orientação da CEPLAC e fez a substituição da lavoura conforme o pacote tecnológico recomendado pelo Plano de Recuperação da Lavoura Cacaueira. Para isso, ele recebeu um empréstimo do Banco do Brasil⁵, Resolução N. 002165⁶. O plano determinava que as parcelas só seriam liberadas de acordo as etapas técnicas impostas pela CEPLAC. À medida que o fazendeiro fosse seguindo as orientações, receberia o empréstimo. Alguns anos depois de entrar para o Plano de Recuperação da Lavoura Cacaueira, a produção da Fazenda Leolinda foi de apenas 1.200 arrobas⁷. Romildo Fernandes ficou endividado, sem conseguir pagar o empréstimo.

Eu esperei o dono vir, o chefe vir, eu ia pedir a ele para não cortar essa fazenda, que essa fazenda não se cortava, mas, quando ele vê, justamente se arrependeu. Um dia quando eu vim lá embaixo ele vinha subindo e me deu carona, aí ele disse que estava bem arrependido de cortar a fazenda. Aí eu disse eu esperei naquela época antes de cortar os pés o senhor vir, pra dizer que o senhor não cortasse a fazenda. Também ele não disse nada. (...) A

⁵ “Assistência técnica: são obrigatórias a elaboração de projeto e a prestação de assistência técnica, a cargo da CEPLAC e da Empresa Baiana de Desenvolvimento Agropecuário – EBDA, com custo limitado a 1% do valor do projeto nos anos de contratação, podendo ser incluído como item financiável. Nos anos subsequentes, o ônus com a assistência técnica será das referidas empresas.” Texto na íntegra do contrato do Banco do Brasil, disponível no site <https://www3.bcb.gov.br/normativo/detalharNormativo.do?N=095117533&method=detalharNormativo>, acessado em 12/12/2013.

⁶ A resolução pode ser conferida no link <https://www3.bcb.gov.br/normativo/detalharNormativo.do?N=095117533&method=detalharNormativo>, acessado em 02/01/2013.

⁷ Essa informação foi dada por Paulo Cezar, o então administrador da Leolinda.

fazenda dava em cima de 22 mil arrobas antes da vassoura, o ano passado se botou muito cacau foi 6 mil arrobas (PEDRO FREIRE, 70 anos, Uruçuca)

Com uma produção muito abaixo do esperado e uma dívida crescente, os meeiros foram recolocados no lugar dos trabalhadores da lavoura do cacau, na fazenda Leolinda. Em média, a fazenda funciona com 22 famílias de meeiros morando e trabalhando. O ciclo de passagem do trabalhador “fichado” para o “meeiro” tinha se concluído na Leolinda na década de 2000, mas, com a transformação do tipo de mão de obra, os problemas ainda não estavam resolvidos, como pode ser observado no comentário de Pedro Freire: “Eu acho que não dá mesmo, o cacau tá pouco, a turma foi toda embora. Os meeiros daqui são tudo novo” (PEDRO FREIRE, 70 anos, Uruçuca).

No momento em que esta pesquisa foi realizada, a Leolinda tentava se reestruturar cultivando cacau orgânico para produção de chocolate fino. No entanto, a produção de amêndoas ainda era baixa, o que prejudicava os lucros dos meeiros. Consequentemente, eles partiam da fazenda em busca de um lugar melhor. João Tavares, o atual proprietário da fazenda, salientou, durante a entrevista para esta pesquisa, todo esforço de trabalhar com um produto de alta qualidade e certificado pelas empresas consumidoras das amêndoas.

Fotografia 3



©Emiliano Dantas – Sede da Fazenda Leolinda | Uruçuca/BA (15/05/2013)

O quadro abaixo apresenta os principais acontecimentos que marcaram a transição de Pedro Freire de “fichado” para “meeiro”, com os fatores que incidiram diretamente para que isso acontecesse. Trata-se de uma tentativa de tornar inteligível a estreita relação entre formas de trabalho e as vicissitudes da colheita do cacau. Foram usadas as iniciais de Pedro Freire (PF) para representá-lo.

Quadro 7 – Pedro Freire de “fichado” a “meeiro”

1968-1989	1989	1992	1995	1997	1998-2002	2002 -2013
PF teve a Carteira de Trabalho assinada, “fichado”.	PF foi demitido e recebeu seus benefícios pela rescisão do contrato. Continuou trabalhando na Leolinda, sem Carteira de Trabalho.	PF entrou no projeto piloto para ser meeiro .	PF foi contratado com Carteira de Trabalho, voltou a ser “fichado”.	PF deu entrada no INSS para sua aposentadoria.	A Leolinda, orientada pela CEPLAC, cortou os pés de cacau.	A Leolinda entrou em crise e só colheu em 2002 um total de 1.200 arrobas.
O cacau produzido na Leolinda girava em torno de 22 mil arrobas.	A vassoura-de-bruxa se espalhou na região com muita rapidez.	A vassoura-de-bruxa já tinha atacado a produção na maioria das fazendas da região.	O preço do cacau voltou a subir no mercado mundial.		Diante das dificuldades e do parco retorno financeiro, a fazenda, no início de 2000, volta a colocar os meeiros .	O meeiro se consolida na fazenda.

Nesse contexto de busca por entender como foi iniciada a parceria e quais foram os primeiros meeiros da região, encontrou-se, além de Pedro Freire, outros dois meeiros que nada tinham a ver com a Leolinda ou com Sérgio Tavares. Ao pesquisar os arquivos do ex-fazendeiro Raimundo Kruschowsky Gomes, descobriu-se que, na mesma época do projeto piloto da Leolinda, foi feito um contrato de parceria na fazenda Rio Branco, localizada no município de Itajuípe. Raimundo Kruschowsky teve a ideia da parceria por influência de um casal de amigos paulistas que tinha fazenda em Ilhéus e havia comentado a respeito dessa possibilidade de mão de obra. Os protagonistas deste contrato foram os meeiros Cassimiro Rodrigues dos Santos e Aurelino Bispo dos Santos, ambos moradores de Itajuípe. Apenas Cassimiro Rodrigues foi encontrado.

Fotografia 4



©Emiliano Dantas – Cassimiro Rodrigues dos Santos, um dos primeiros meeiros da microrregião Ilhéus-Itabuna | Itajuípe/BA (19/06/2013).

Cassimiro Rodrigues dos Santos, de 64 anos, começou a trabalhar na roça de cacau aos 12 anos, acompanhando o pai, em uma fazenda chamada Sempre Viva. Nasceu em Ibirataia, situada na microrregião Ilhéus-Itabuna, e mudou-se para Itajuípe aos 17 anos, em busca de fazendas mais prósperas, que pagassem melhor ao trabalhador. Era comum os trabalhadores do cacau mudarem de fazendas à procura de um lugar que pudesse oferecer uma condição melhor de salário e moradia (COSTA, 1992).

Essa realidade não foi diferente para Cassimiro Rodrigues, que trabalhou em três fazendas, mas, após constituir família em Itajuípe, procurou um trabalho mais perto de casa. A fazenda que ofereceu vaga foi a Rio Branco, onde permaneceu como administrador “fichado” de 1989 até 1992. Depois deste período, em uma conversa com o patrão, a parceria foi aventada como possibilidade mais viável de permanência na fazenda.

Aí nessa época já tava dando prejuízo, já tinha a vassoura-de-bruxa e tinha que pagar trabalhador, né, tinha que pagar tempo de trabalhador, né. Ele achou que na parceria era melhor para ele, aí foi quando ele dividiu metade comigo e metade com outro parceiro. (CASSIMIRO RODRIGUES, Itajuípe)

A crise fez Cassimiro Rodrigues passar de “fichado” para “meeiro”. Em 1º de junho de 1992, seu contrato de parceria foi assinado. Durante a parceria, as dificuldades foram

tantas que a fazenda foi à falência. A vassoura-de-bruxa foi progressivamente se alastrando na Fazenda Rio Branco e acabou por tornar, segundo Raimundo Kruschrwsy, “inviável a roça de cacau”. Após seis anos de tentativas, o contrato de parceiro não foi mais renovado, conforme nos conta Cassimiro Rodrigues:

Nunca tinha ouvido falar nesse negócio de parceria. Achei que ia ganhar muito dinheiro e no final não deu, porque a vassoura caiu para dentro e a gente ficou sem ganhar dinheiro. Aí ele fez um contrato de três anos, que foi ruim, aí ele fez outro contrato de três anos que foi pior ainda. O cacau foi diminuindo naquela época por causa da vassoura-de-bruxa. Aí ficou de um jeito que não podia mais fazer contrato, porque não tem mais cacau para dividir. (CASSIMIRO RODRIGUES, Itajuípe)

Ao término do contrato de parceria, em 1998, foi acordada a permanência de Cassimiro na fazenda para ficar tomando conta da propriedade e colher o cacau que fosse produzido na roça. Sua estadia na fazenda perdurou até quando Raimundo Kruschrwsy deu entrada na sua aposentadoria, que coincidiu com a venda da fazenda.

Ter acesso ao caso da fazenda Rio Branco ampliou a compreensão sobre o início da parceria na região, porque, mesmo com a experiência de Sérgio Tavares em 1989, existiu outro caso nessa época de parceria na região. Além da fazenda Leolinda e da Rio Branco, podem ter existido outras que faziam ou que iniciaram a parceria na mesma época. A região em questão é muito grande, ocorreram muitas experiências e diferentes delas reivindicam o pioneirismo. Mas não há dúvidas de que essas duas fazendas estão entre as primeiras a iniciar a parceria e de que Sérgio Tavares foi um dos primeiros técnicos a estudar e publicar sobre o assunto. Neste contexto, o fator determinante para a transformação do assalariado em parceiro foi a vassoura-de-bruxa. Ela comprometeu a lavoura de cacau, causando tantos prejuízos que a única opção de manter a fazenda produzindo foi a parceria agrícola familiar.

Pode-se então concluir que dois aspectos se destacam como de maior relevância para o surgimento do meeiro na microrregião de Ilhéus-Itabuna: 1) a vassoura-de-bruxa, que desponta como o principal fator; e 2) a queda dos preços do cacau no mercado internacional como coadjuvante neste processo. A passagem de assalariado para meeiro se dá, então, após 1989.

1.5. A PARCERIA AGRÍCOLA FAMILIAR

A pesquisa chegou até Pedro Freire, um dos primeiros meeiros da região, através de

Sérgio Tavares, funcionário da CEPLAC que era amigo de Romildo Luiz Rodrigues, mencionado anteriormente como contratado para implantar um projeto piloto na fazenda Leolinda. Sérgio Tavares desenvolveu esse projeto a partir de sua própria necessidade, pois antes da grande crise ele havia comprado uma fazenda numa região afastada e de difícil acesso. Na época, ele encontrou dificuldades de mão de obra e precisou instalar uma família na sua fazenda. Para isso, foi feito um contrato de Parceria Agrícola em 10 de novembro de 1989, no Município de Itacaré/BA, na fazenda Bom Jardim. Os comentários de Sérgio corroboram a ideia de que até o final dos anos 1980 não existia parceria na região e implantá-la foi uma tentativa de buscar saídas para seus problemas.

Eu fiz o contrato de meia em função das dificuldades, mas a gente já antevia o aumento de custo na produção em função da Constituição de 1998. Então FGTS, INSS e uma série de coisas, e o cacau estava com preço baixo na época. A minha fazenda era uma propriedade pequena e precisava me estabelecer. Eu me baseei, eu não sabia no início como fazer, mas depois soube através de amigos e colegas que a Odebrecht já tinha essa parceria rural, tinha esse sistema de parceria no cultivo de cacau, eu me espelhei nessa parceria que a Odebrecht fez na Agrisa. Mas, independente de ser parceria ou não, eu ia fazer um contrato para que o trabalhador ao final recebesse um pagamento em terra. Eu procurei fazer a parceria para viabilizar a fazenda. (SÉRGIO TAVARES, Ilhéus)

Esse trecho traz o pioneirismo de Sérgio Tavares, que por uma necessidade pessoal se tornou uma referência em Parceria Agrícola Familiar, observando a experiência da Odebrecht na fazenda Agrisa, que também está localizada na Bahia. Alguns anos depois, ele lançou um texto chamado *Parceria Rural: uma opção para cacauicultura*, publicado no jornal *A Tarde*, em 20 de novembro de 1991. No texto, foi abordada, com certa preponderância, a preocupação com a crise que estava causando demissões em massa, uma produtividade baixíssima e a descapitalização do produtor. Os argumentos do artigo são pautados na queda brusca da produtividade à medida que o fungo da vassoura-de-bruxa se alastrava nas fazendas. Assim, a proposta principal para sair da crise foi a parceria, tida como forma de trazer vantagens ao combate das pragas, aumento da lucratividade, melhor qualidade dos serviços prestados e alternativa para sair do paternalismo da legislação trabalhista.

Como precursor da parceria, o pesquisador e engenheiro agrônomo Sérgio Tavares implantou um projeto piloto, em 1992.

Na fazenda Leolinda, eu tinha um relacionamento bom com Dr. Romildo Fernandes e nós antevíamos uma necessidade de a coisa mudar no futuro. A fazenda na época era grande, rentável, mas nós sabíamos de caso como Camacã, que tava acontecendo tudo. Então, nós fizemos uma visita à

Odebrecht, fomos lá, dormimos lá, acompanhamos o contrato de parceria, e lá foi detectado um erro na parceria deles, que ele não fazia parceria com o conjunto familiar, ele só fazia a parceria com o chefe de família, e a gleba tinha o tamanho baseado só no que o chefe de família podia tomar conta. Nós cá, quando começamos o plano piloto, baseamos a gleba para o conjunto familiar, inclusive para aumentar a rentabilidade da família. Então, se tinham quatro na família, a área era proporcional aos quatro que trabalhavam. Mulher a gente considerava a metade da área, a mulher a gente não dava a gleba toda. (SÉRGIO TAVARES, Ilhéus)

O trecho sobre “o conjunto familiar” traz um dos detalhes mais importantes do contrato de parceria agrícola, porque a inclusão do nome dos integrantes da família garante cobertura no Instituto Nacional de Seguro Social – INSS, ficando o meeiro e todos os que tiverem o nome inserido no contrato, familiares, cobertos para: a) aposentadoria por invalidez acidentária; b) auxílio-doença acidentário; c) auxílio-acidente; d) pensão por invalidez. O procedimento de inclusão do nome do parente no contrato de parceria também pode evitar problemas de ações trabalhistas entre os familiares, como casos de filho colocando pai na justiça para cobrar direitos trabalhistas.

Contudo, ainda pode-se notar uma grande precariedade na forma como os contratos são redigidos. Mesmo transcorridos mais de 20 anos após o início da atividade de parceria, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itabuna, mesmo de forma precária, vem fazendo um trabalho de conscientização para que se inclua no contrato pelo menos o nome da companheira do trabalhador. Em entrevista, uma das integrantes do Sindicato, que preferiu não se identificar, informou que muitas mulheres que trabalham na roça junto com o meeiro, quando viúvas, ficam totalmente desamparadas se não tiverem o nome no contrato, não podendo nem ao menos se aposentar pelo INSS.

Em 1997, a CEPLAC, pelo Centro de Extensão – CENEX, lançou a primeira e única cartilha de Parceria Agrícola da microrregião Ilhéus-Itabuna, com tiragem de 3 mil exemplares. Sérgio Tavares foi um dos autores, e o seu texto de 1991 serviu como base para a confecção da cartilha, que muito se parece com o artigo publicado originalmente no jornal *A Tarde* e pela CEPLAC/CENEX, em 1991. Com uma introdução sobre a crise causada pela vassoura-de-bruxa e pela baixa do preço do cacau, a cartilha indica uma saída na reestruturação da produção das amêndoas. O incentivo gira em torno do aprimoramento da tecnologia e, principalmente, da parceria rural, que subdividia a fazenda em pequenas áreas, tornando mais fácil sua administração. Faz-se importante citar alguns pontos que constam na cartilha: a) as normas da parceria rural; b) o contrato; c) as obrigações das partes envolvidas; d) um modelo de contrato.

1.5.1. O CONTRATO DE PARCERIA AGRÍCOLA

O contrato de parceria está amparado pelo Estatuto da Terra (1966), na lei nº 4.947, de 6 de abril de 1966. Trata-se de uma forma de criar uma relação de trabalho entre o proprietário da terra e o trabalhador rural, ficando estabelecido que o trabalhador (parceiro outorgado) pode exercer atividade agrícola por um determinado período em uma área específica do imóvel rural do proprietário (parceiro outorgante). O contrato firmado entre as duas partes é de natureza civil.

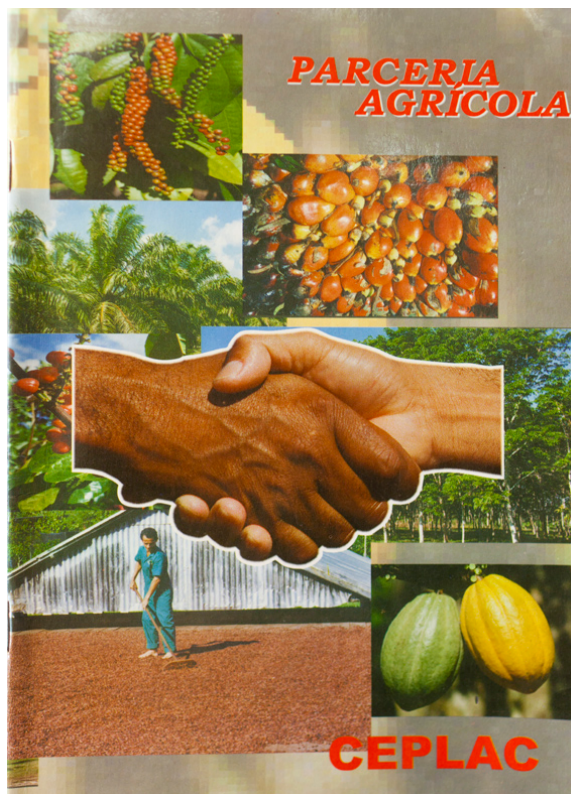
Ao firmar o contrato, deve ser especificada a quota limite do proprietário na participação dos frutos. Nesta quota, computa-se 10% (dez por cento) se o proprietário entregar a terra sem nenhuma benfeitoria, 20% (vinte por cento) “quando tiver a terra preparada e moradia” (CEPLAC, 1997) e 30% (trinta por cento) caso tenha um conjunto de benfeitorias que seja básico para o trabalhador, como casa de moradia, banheiros, cercas etc. O caso de 50% (cinquenta por cento) é para o conjunto de benfeitoria e mais fornecimentos de máquinas e equipamentos agrícolas (CEPLAC, 1997).

O contrato também deve conter cláusulas específicas de rescisão, extensão e bases de renovação convencionadas. Os direitos e obrigações para benfeitorias, quando feitas com consentimento do proprietário, devem ser indenizadas e, quando as benfeitorias e ferramentas forem danificadas pelo parceiro, também devem ser pagas.

O contrato de parceria agrícola pode se estender aos integrantes da família que vão participar do trabalho na roça, o que pode ser feito para viabilizar a seguridade social dos familiares. Mas não basta colocar o nome nos contratos, é importante que o integrante venda cacau no seu nome, coletando recibos e notas fiscais ao longo dos anos de labor. O recolhimento das notas garante a contribuição de impostos da venda do produto.

Devem ainda constar no contrato algumas cláusulas que ditam as condições para o distrato por não cumprimento das partes, como no caso da retomada da terra pelo proprietário, por motivo de força maior que impeça o cumprimento do contrato, por necessidade da retomada do imóvel rural, por sentenças judiciais ou pela perda do imóvel rural. O procedimento correto é fazer um contrato resumido de distrato da parceria, com assinatura de ambas as partes, de testemunhas e lavrado em cartório.

Figura 4 – Capa da cartilha da parceria



Única Cartilha feita sobre a parceria agrícola da CEPLAC, 1997. Tiragem: 3.000 exemplares.

A cartilha contém muitas informações esclarecedoras. Uma delas é a análise da gleba para que o trabalhador tivesse uma rentabilidade digna de sobrevivência. Refere-se que o ideal é 100 arrobas por hectare. Anexado à cartilha há um modelo de contrato na íntegra, com todas as cláusulas que devem ser inseridas para que se garantam os direitos e deveres de ambas as partes.

1.5.2. NORMAS DA PARCERIA

A parceria agrícola familiar é regulamentada pelo ETR⁸, na qual existem algumas normas para que se faça o contrato. A concordância das cláusulas do contrato com as diretrizes ETR serve para caracterizar uma relação de parceria dentro do direito civil e não de empregado regido pelo direito do trabalho.

⁸ Ver página 15.

Quadro 8 – Normas que regem a parceria de acordo com ETR

Normas da Parceria Rural	
Prazo do contrato	Mínimo de 03 anos, assegurado o direito de colheita pendente.
Expirado o contrato	Se, ao término do contrato, o proprietário não quiser explorar a terra, o meeiro em igualdade de condições com qualquer outro trabalhador terá a prioridade. Recomenda-se que os entendimentos entre as partes aconteçam seis meses antes do término.
Animais	É permitido animais de pequeno porte e, se não for acertado em contrato, o meeiro é responsável pelas despesas.
Imóvel	O meeiro tem direito a usufruir de uma casa na fazenda se não residir em imóvel rural para uso com a família.
Fertilizantes e inseticidas	Pode ser cobrado ao meeiro de acordo com o percentual estabelecido para divisão dos frutos repartidos.
Frutos	O meeiro tem direito a uma parte dos frutos.

Fonte CEPLAC, 1997.

1.6. A VASSOURA-DE-BRUXA

Deus viu e falou: esses miserável querem matar os pobre, vou mandar uma praga para matar o cacau pra eles ver o que é gostoso. (CRISPINO DE JESUS SANTOS, 35 anos, Itajuípe)

A vassoura-de-bruxa foi a principal responsável por demissões nas fazendas da região, ocasionando um movimento migratório intenso dos pequenos municípios para as cidades de Ilhéus e Itabuna⁹. Como consequência, também ocorreu a favelização e expansão da periferia, principalmente no bairro de Teotônio Vilela, em Ilhéus, e em Itabuna, ao redor da rodoviária (ROCHA, 2008). Outra cidade que assistiu a uma migração expressiva dos trabalhadores foi Porto Seguro, que viu surgir o Bairro do Baianão (COSTA JÚNIOR; SATURNINO, 2006:2).

É difícil precisar a quantidade de trabalhadores que migraram das fazendas. Os números oscilam de estudo para estudo, mas, segundo Pimenta (2000), estimava-se que chegou a 100 mil trabalhadores desempregados. Para se ter a dimensão do prejuízo, basta comparar a safra de 1990, que foi de 339.556 arrobas, com a de 1999, de 105.416 arrobas (CEPLAC, 2006). Sem tecnologia apropriada para o combate à praga por parte do órgão¹⁰ competente, muitos produtores faliram. Luciano Santana é um exemplo. Teve US\$ 1 milhão de lucro na safra de 1986, e em 1996 estava com 600 mil reais de dívidas com o Banco do Brasil e todas as suas 33 fazendas fechadas (FERNANDES, 1996).

⁹ Ver IBGE: <http://www.tabnet.datasus.gov.br>

¹⁰ Comissão Executiva da Lavoura Cacaueira.

A vassoura-de-bruxa foi encontrada pela primeira vez na região no mês de maio de 1989, nos municípios de Camacã e Uruçuca (ROCHA, 2008; FERNANDES, 1996; COSTA, 1992). Rapidamente o fungo se alastrou e, em 1990, estava instalado em grande parte da lavoura cacauzeira do sul da Bahia. A maioria dos municípios da microrregião Ilhéus-Itabuna tinha foco da doença. As fazendas que primeiro foram afetadas encontravam-se às margens da BR-101.

O surgimento da vassoura-de-bruxa em 1989 foi marcado por polêmicas que envolveram a CEPLAC em uma série de acusações sobre uma provável introdução criminosa do fungo. Em 21 de junho de 2006, a revista *Veja* publicou uma matéria intitulada “Terrorismo biológico”, na qual Henrique Franco Timóteo, um técnico em administração, acusou a formação de um esquema criminoso montado por integrantes do Partido dos Trabalhadores (PT) e técnicos do quadro da CEPLAC para introduzir o fungo na região de forma deliberada.

A motivação para a ação teria sido uma tentativa de golpe político para enfraquecimento dos fazendeiros que dominavam política e economicamente a região e faziam oposição ao PT. Nada até o momento foi comprovado, e esta versão para a explicação da chegada da vassoura-de-bruxa na região convive com outras. Conversando com pessoas de diferentes segmentos sociais da região, sempre é possível acrescentar um personagem, um vilão, artimanhas, mandos e desmandos nas histórias sobre a crise do cacau. A revista *Veja* lançou uma denúncia apontando suspeitos que foram investigados pela Polícia Federal, mas não foram estabelecidos culpados ou condenados. Talvez a contribuição principal da matéria tenha sido a hipótese da introdução intencional do fungo na região.

Em 1996, a CEPLAC publicou um artigo intitulado *Witches' broom disease of cocoa in Bahia: attempts at eradication and containment*, publicado em inglês por Pereira; Almeida; Santos (1996). Eles desenvolvem no artigo a constatação de que a vassoura-de-bruxa foi inserida em várias fazendas da região de forma criminosa. Este artigo e a matéria de *Veja* foram base para um filme documental lançado em 2012, de Dilson Araújo, chamado *O nó: ato humano deliberado*. O filme foi montado com base em depoimentos de técnicos e produtores que investigaram a introdução e disseminação do fungo, sendo que o principal argumento do filme é que, no inquérito Nº 2-169/2006-DPF.B/ILS/BA, da Polícia Federal, consta que “reputa-se indubitável que a introdução e disseminação da vassoura-de-bruxa na região do sul da Bahia decorre de ato humano deliberado” (POLÍCIA FEDERAL, 2006).

Colocada de forma intencional ou não, a vassoura-de-bruxa surgiu na microrregião de Itabuna-Ilhéus em 1989, data confirmada pela grande maioria das pesquisas e reportagens. Os

entrevistados que participaram da pesquisa concordam que o fungo apareceu na região em 1989. Isto criou um marco divisor na região, pois, quando há referência ao cacau na região, costuma-se popularmente falar do “antes e depois da vassoura”.

A transformação trazida pela vassoura-de-bruxa na região do cacau inclui o surgimento, em 1989, de:

- a) assentamentos rurais – antes não existiam assentados nem a presença do Movimento sem Terra na Região (LIMA, 2011);
- b) meeiros (CEPLAC, 1997; LIMA, 2011);
- c) favelas nos bairros periféricos, em torno de Ilhéus e Itabuna (COSTA JÚNIOR; SATURNINO, 2006);
- d) retomada pelos índios Tupinambá de Buerarema de terras que pertenciam a sua aldeia e foram invadidas por fazendeiros de cacau (ALARCON, 2012).

O surgimento de assentados, meeiros, favelados e índios reivindicando terras está relacionado à falência da cultura cacauera do Sul da Bahia. Daí as referências à região levarem comumente o demarcador antes e depois da vassoura-de-bruxa. Antes era fartura de produção, cacau em abundância, dinheiro e poder concentrado em uma elite minoritária que se sucedia dentro de grupos familiares restritos. Depois, a crise trouxe falência e abandono das fazendas, e os proprietários que quiseram manter suas propriedades produtivas tiveram que aderir à parceria. No capítulo que segue, será abordado, com o suporte de documentos e fotografias, como as paisagens das fazendas mudaram. Antes da vassoura-de-bruxa, as sedes eram símbolos do poder econômico, passando depois a áreas sucateadas e tomadas por matagais.

CAPÍTULO II

2. DE PATRÃO A PARCEIRO E DE TRABALHADOR A SÓCIO

Neste capítulo, será abordado com mais profundidade os processos que deram origem à nova relação de trabalho delineada pelo contrato de parceria agrícola familiar. Será focada a transformação da região cacaueira, desde a sua formação enquanto tal até o abandono atual das fazendas. A opção por levar em conta estes aspectos se configura em uma tentativa de demonstrar como foi configurado o imaginário da região em torno da promessa de prosperidade trazida pelo cacau. Foi esta promessa que fez com que cidades fossem fundadas e um grande contingente de pessoas viesse habitá-las, desde aquelas que vieram para formar fortuna, se apossando de fazendas, até aquelas que vieram em busca de empregos, melhores salários e condições de trabalho.

Mais uma vez aqui, bem como no decorrer de toda a dissertação, o ano de 1989 será utilizado como marco para a entrada e proliferação da vassoura-de-bruxa e como ponto de viragem para questões políticas e econômicas. É, então, neste cenário, que se desdobrou a relação entre patrões e empregados, fazendo com que a maneira atual como estes lidam com seu próprio tempo, tornando-se donos dele, se aproxime daquilo que avaliamos como pertinente chamar de assunção à condição de liberto.

2.1. ILHÉUS, O TERRITÓRIO E O TRABALHADOR

Ilhéus foi uma capitânia hereditária fundada em 1534, quando o rei de Portugal, D. João III, doou algumas terras para Jorge de Figueiredo Correia (FREITAS; PARAISO, 2001). Assim, além da forte presença do Estado português na organização política do período, é fundamental destacar a influência da Igreja católica.

A Capitania de São Jorge dos Ilhéus, assim como as demais, tinha que prosperar através da agricultura, para que se integrasse à economia da colônia como fornecedora de um produto de exportação. A cana-de-açúcar e a mandioca foram os principais produtos, os quais, mesmo no século XVIII, com o fracionamento das sesmarias, não prosperaram na capitania (RIBEIRO, 2005). Garcez (1977) realizou um levantamento sobre autores que discutiram a respeito do fracasso socioeconômico da região, como Campos (1936), Maximiliano (1940) e

Casal (1945). Segundo eles, os empreendimentos açucareiros não deram certo porque existiam pequenos grupos de ocupações com reduzido número de pessoas que se tornavam vulneráveis aos ataques dos índios aimorés, que, segundo Costa (1992), tinham a fama de serem temíveis e perigosos.

Desde os ataques dos índios aos engenhos de Lucas Giraldes — comprador da Capitania de Jorge Figueiredo Correia —, o processo econômico desandou. A produção açucareira foi ficando escassa, e os grupos de ocupação foram se desgastando e migrando para as terras mais próximas do litoral ou mesmo de Salvador — as terras que esses grupos foram ocupando após o êxodo dos engenhos eram usadas para produzir uma pequena policultura de sobrevivência. A Vila de Ilhéus e seus arredores passou por um quadro de fome e privações no final do século XVIII até meados do século seguinte. Esse quadro de dificuldades econômicas surgiu principalmente pela limitação dos primeiros donatários em investir nas terras. Faltou dinheiro para povoar e transformar a cana-de-açúcar, o fumo, café e o cacau em produtos rentáveis que integrassem a área ao grupo econômico colonial (GARCEZ, 1977).

O cacau, que começou a ser plantado por volta de 1746, não engrenou como produto rentável no século XVIII, e, para muitos autores, como Rocha (2008), o cacau só começou a despontar como produto lucrativo nas décadas finais do século XIX. Mas, contrariando e reatualizando os dados existentes sobre o comércio de cacau, Mahony (1996) percebeu que, em 1850, o cacau já era um produto lucrativo, com uma produção relevante para economia da Bahia. O quadro abaixo mostra como a produção de cacau cresceu ao longo dos anos até chegar ao final da década como sendo o principal produto de exportação da Bahia. Em 1900, o estado foi considerado como um dos maiores produtores mundiais.

Quadro 9 – Produção de cacau no século XIX em Ilhéus

ANO	TONELADAS	INCREMENTO %
1830	26	-----
1840	103	296
1850	299	190
1860	570	91
1870	1.196	110
1880	1510	26
1890	3.503	131

FONTE: Mahony, M. A. *The world cacao made; society, politics and history in southern Bahia, Brazil (1822-1919)*. Tese de doutorado apresentada a Universidade de Yale – EUA, 1996. p.190. Apud. RIBEIRO, André Luis Rosa. *Família, poder e mito: o município de São Jorge de Ilhéus (1880- 1912)*. Ilhéus: Editus, 2001. p.153

Esses dados, conseguidos por Mahony (1996), são importantes por mostrar que o escravo foi a primeira mão de obra do cacau e também por situar como foi o crescimento da produção de Ilhéus durante décadas, até se tornar região cacaueira. Com a chegada do século XX, a região já era considerada como próspera economicamente, por isso havia vários homens, mulheres e famílias que partiam em busca de trabalho, terra e condições de vida melhores. Quando teve a abolição, em 1888, o negro tornou-se a mão de obra “livre” e pôde facilmente deslocar-se para a região cacaueira. Também ocorreu a imigração originada de diversos locais do Nordeste que sofriam com a seca (HOMBEING, 1940). Os retirantes dos Estados mais próximos, como Sergipe, Alagoas e Ceará, foram os que prevaleceram como massa de imigrantes (GARCEZ, 1977). Após 1900, a produção de cacau subiu tanto que os produtores solicitaram que o jornal *A Tarde*¹¹, de 1920, publicasse nota afirmando que o governo da Bahia “deveria colocar na lavoura a grande massa de população que a nada se dedica porque assim estaria reprimindo a vagabundagem” (A TARDE, in FREITAS e PARAÍSO, 2001:105). Além dessa sugestão, os então proprietários, com medo de não realizar a colheita pela falta de trabalhadores, pediam “braços cearenses e flagelados pela seca” (A TARDE, in FREITAS e PARAÍSO, 2001:105). O presidente da Associação de Agricultores de Cacau¹² oferecia publicamente nos jornais passagens de segunda classe com destino aos portos de Canavieiras, Ilhéus e Belmonte, para trabalhadores que se interessassem pela lavoura.

De um lado havia os trabalhadores que faziam a população de Ilhéus crescer; se, em 1892, eram 16.658 habitantes, em menos de trinta anos eram 148.848 habitantes (CEPLAC, 1976), a grande maioria trabalhando na lavoura cacaueira. Do outro lado, havia os patrões, os coronéis, símbolos do poder privado no Brasil, que se utilizavam do mandonismo para controlar, ter prestígio político e ganhos econômicos (FALCÓN, 1995).

2.2. AS REPRESENTAÇÕES DOS TRABALHADORES

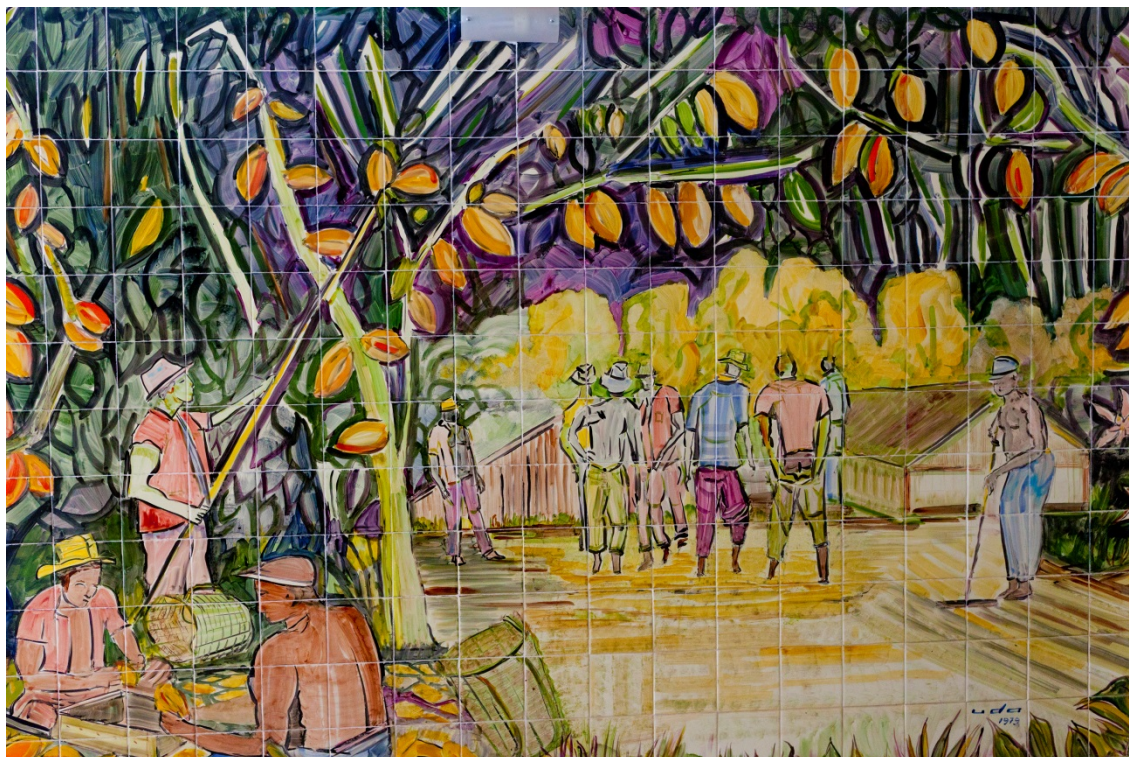
A fartura do cacau, então chamado de “fruto de ouro” (FREITAS, 1979), era grande nas lavouras e nas fazendas. Espalhados pelas cidades de Ilhéus e Itabuna, ainda são encontradas representações artísticas em painéis e desenhos onde o cacau é o personagem principal. São nestas representações que aparecem os trabalhadores, não como o foco

¹¹ A TARDE, ed. 12/01/1920, p.3; ed. 21/05/1920. In FREITAS, Antônio; PARAÍSO, Hilda: *Caminhos ao encontro do mundo: a capitania e a princesa do sul – Ilhéus, 1534 – 1940 – Ilhéus*: Editus, 2001.

¹² A Associação dos Agricultores do Cacau de Ilhéus foi Fundada em 14 de agosto de 1926 (COSTA, 1992).

principal, mas como integrantes de um processo de produção em massa. Segue abaixo algumas imagens de pinturas, esculturas, fotografias e desenhos que compõem essas representações de um ciclo próspero de produção do cacau.

Figura 5 – As representações visuais dos trabalhadores do cacau - I



Painel de © Udo – no centro de Ilhéus

Figura 6 – As representações visuais dos trabalhadores do cacau - II



Escultura na CEPLAC – Ilhéus.

A escultura acima, localizada na CEPLAC de Ilhéus, traz diversos elementos que auxiliam na compreensão do valor do cacau e do trabalhador na época para a região. Toda dourada, a imagem mostra amêndoas de cacau que se transformam em moedas. Trata-se de

um jogo simbólico que envolve cacau, ouro e dinheiro. O homem aparece como vinculado à muda de cacau e ao trabalho. Representado nu, próximo ao solo e ligado às raízes da planta, parece confundir-se com a terra. Ao mesmo tempo, sua posição expressa submissão, e a ausência de órgãos sexuais parece objetificar aquele que não tinha o direito de ser sujeito, mas apenas uma mercadoria e instrumento de trabalho na lavoura.

Figura 7 – As representações visuais dos trabalhadores do cacau - III



Painel de Genaro Carvalho de 1953, no Edifício Comendador Firmino Alves, no centro de Itabuna. 07/05/2013.

A fotografia do painel acima demonstra desde a quebra do cacau até a exportação. Para ser entendido, ele deve ser apreciado de baixo para cima, sendo que o início da sequência é o canto inferior direito. O término, no canto superior esquerdo, traz os navios recebendo e partindo com as amêndoas.

As fotografias abaixo mostram como era grande a quantidade de grãos nas barcaças. Para processar todo esse cacau, os trabalhadores passavam por jornadas de mais de oito horas por dia, como comentou Joel Oliveira, esclarecendo que, na época da colheita na Leolinda, ele e outros companheiros não trabalhavam na diária, preferiam obedecer ao regime de empreitada. Este aspecto foi explorado no capítulo anterior.

Fotografia 5

Trabalhadores pisando o cacau para fazer a secagem das amêndoas.

Fotografia 6

Ensacando e pesando o cacau em armazém. Destaque para a existência de muitos sacos, diferentemente do que acontece hoje.

As fotos dos trabalhadores em roça de cacau são muito escassas. As imagens encontradas para compor este trabalho são fragmentadas, elas não possuem identificação, nem mesmo foram catalogadas. A maioria das fotografias antigas de Ilhéus e Itabuna está com colecionadores e geralmente trazem imagens de retratos de pessoas ricas e edificações das cidades. Os maiores colecionadores de fotografias do período são Raimundo Kruschwsky, morador de Ilhéus, e Joanacy Leite, moradora de Itajuípe. As imagens aqui incluídas foram cedidas por ambos, com quem tive também a oportunidade de colher outras informações.

Uma das poucas sequências que mostram trabalhadores e cenas de roça foi recuperada

pelo Centro de Documentação e Memória Regional – CEDOC, da Universidade Estadual Santa Cruz – UESC. O programa de pesquisa Cinema, educação e propaganda na imprensa de Ilhéus e Itabuna entre 1920 e 1960¹³ restaurou o documentário *A jovem cidade*, de 1967. Trata-se de um filme da produtora Sani Filmes com narração de Amaury Valério, mostrando uma sequência de imagens sobre o progresso da cidade de Itabuna, com a inauguração de escolas, centro de saúde e o primeiro Congresso Brasileiro do Cacau. Segue, junto com as imagens retiradas do filme, alguns trechos da narração.

Fotografia 7



Fachada de loja de móveis com imagem ao lado do interior © A Jovem Cidade, 1967

“Seu alto comércio é dos mais bem conceituados do Estado, tal a natureza dos seus artigos expostos.” (A JOVEM CIDADE, 1967: 1:57)

Fotografia 8



Sala de aula e inauguração da Secretaria de Saúde com presença de autoridades
© A Jovem Cidade, 1967

Orientando seus conceitos nos princípios básicos dos fundadores dessa cidade, seus governantes têm uma preocupação constante de educar, educar sempre mais a sua juventude. O civismo transcende, no entanto, os umbrais das escolas para sensibilizar todos os cidadãos. Assim é que se aprende a

¹³ O filme foi relançado em 2010, a coordenação do projeto foi da professora Rosana Catelli.

manter as tradições da terra, as sementes do fruto que a terra mais produziu, o cacau. (A JOVEM CIDADE, 1967: 2:30)

Fotografia 9



1º Congresso Brasileiro do Cacau © A Jovem Cidade, 1967

Era final da década de 1960 e o cacau estava em alta. Itabuna crescia com a inauguração de pontes, ruas, escolas, cinema etc. O texto escolhido para narrar o filme demonstra um sentimento de prosperidade e modernização da cidade de Itabuna a partir das riquezas adquiridas com a venda de cacau. O cultivo das roças tinha como referência de tecnologia a CEPLAC, que estava promovendo, nos 56 anos de Itabuna, seu primeiro Congresso Brasileiro de Cacau. O produtor que seguisse as orientações técnicas da CEPLAC, como Marcelo Gedeon¹⁴, poderia receber o título de agricultor do ano.

Fotografia 10



Sementeira com Marcelo Gedeon ao fundo e ao lado trabalhador pulverizando a roça
© A jovem cidade, 1967

Nessas imagens raras, podemos ver como era intenso o investimento na plantação de novos pés de cacau. A fotografia da direita mostra como a roça era limpa, não se vê vegetação nativa, só pés de cacau, diferentemente do que é encontrado atualmente. Em 1979, o valor das

¹⁴ Marcelo Gedeon foi um dos grandes produtores de cacau do sul da Bahia, que em 1967 recebeu o título de agricultor do ano.

exportações do cacau chegava a US\$ 1 bilhão para algumas fazendas. O cacau correspondia a 6,2% do Produto Interno Bruto – PIB, do País — já em 1996, não ia além de 0,64% (FERNANDES, 1996).

Muitos dos trabalhadores também moravam nessas fazendas, que deveriam suprir toda uma estrutura para moradia, alimentação, além de ferramentas e insumos para a lavoura. Nos minutos 113’0” do filme são mostradas riquezas e prosperidades conseguidas pela venda do cacau. O trabalhador não é mencionado na locução, ele aparece aplicando defensivos químicos ou ajudando a semear mudas. Esta forma de mostrar o trabalhador segue a mesma linha dos desenhos e gravuras que retratam a produção de cacau, colocando o trabalhador como um figurante nas cenas.

2.3. OS OPERÁRIOS DO CACAU

Tentei contar neste livro, com um mínimo de literatura para um máximo de honestidade, a vida dos trabalhadores das fazendas de cacau do sul da Bahia. Será um romance proletário. (AMADO, 1933: 56)

Em paradoxo à riqueza e prosperidade, havia os trabalhadores das fazendas que garantiam a produção do cacau em longas jornadas de labor e moradias precárias. Uma narrativa dessa vida foi feita por Jorge Amado, então estudante de Direito, que ao abandonar a faculdade escreveu o romance *Cacau*, publicado no Rio de Janeiro em 1933. Esse livro, apesar de ser classificado como ficção, rompe com grande parte da literatura existente na época por conta de sua proposta de descrever a vida dos trabalhadores do cacau, explorando a representação do trabalhador associado a um operário. O livro era provocativo, demonstrava como patrão e empregado tinham relações de hostilidade, como no caso da Fazenda Fraternidade, onde os trabalhadores eram tratados como escravos.

O livro supracitado, como representação social, traz a percepção do autor sobre um processo de transição do escravo e do lavrador em proletário. Mesmo em 1933, quando a obra foi lançada, ainda ocorriam muitas tensões na “transformação do escravo em proletário” (IANNI, 1979: 148), pois os escravos já tinham tido um passado de conflitos com os senhores de engenho e donos de fazendas do sul da Bahia (MAHONY, 2001). Os lavradores eram filhos de pequenos sitiantes do Nordeste que imigravam para se juntar aos ex-escravos e se tornar uma classe unificada de trabalhadores livres e assalariados.

O lavrador foi uma figura constante nas roças de cacau durante mais de um século.

Eles imigraram à procura de terras para trabalhar. Como o sul da Bahia era um local onde a economia dava sinais de crescimento, havia um fluxo contínuo de mão de obra vinda de alguns estados do Nordeste, como Sergipe, Alagoas, Ceará etc. Eles eram filhos de pequenos lavradores que renunciavam suas heranças para procurar trabalho fora da propriedade familiar — as terras dos seus pais eram pequenas e o número de herdeiros era grande. Os estudos de Woortmann (1995) e (1987) são elucidativos quanto à conduta moral dos sitiantes de Sergipe que renunciavam as terras da família para procurar labor em outros lugares. Muitos dos interlocutores da pesquisa se enquadraram nesse perfil. Ianni (1979) defende que, quando esses lavradores rompem com a estrutura de produção familiar, na qual eles detêm a propriedade dos meios de produção, e passam a ser assalariados “tanto na sua prática como na sua ideologia” (IANNI, 1979: 88), se transformam em proletário rural.

Quando Jorge Amado escreveu *Cacau*, já havia se filiado ao Partido Comunista. Nessa época, o comunismo vinha ganhando espaço no meio dos trabalhadores urbanos e rurais e alguns filhos da elite também começavam a simpatizar com as ideias (MAHONY, 2007). Em 1935, dois anos após a publicação da obra, existiam dezoito entidades, entre associações, sindicatos e sociedades, atuando no eixo Ilhéus e Itabuna ligadas ao Partido Comunista (LINS, 2007).

As ligações dos trabalhadores com o Partido Comunista resultaram, em 1934, na fundação do primeiro Sindicato dos Empregados Agrícolas de Ilhéus (SEA- Ilhéus), fundado por um socialista chamado Joaquim Cunha Filho, no antigo distrito de Pirangi, hoje município de Itajuípe (MARQUES, 2012; LINS, 2007). Os sindicatos reivindicavam direitos trabalhistas, como jornada de oito horas e o fim das extorsões nos barracões das fazendas (LINS, 2007).

Mesmo com a repressão do Governo Vargas, em 1937, quando instaurou o Estado Novo, durante todo o século XX ocorreram lutas dos trabalhadores contra os abusos dos proprietários, como no caso da greve na Fazenda Mocambo, de Manoel Joaquim de Carvalho, na década de 1950 (MARQUES, 2012). Em 1957, ressurgiu o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ilhéus e Itabuna, que havia sido extinto na era Vargas, mostrando que os movimentos sindicais continuavam a existir.

De 10 a 13 de maio de 1962, foi realizado o I Congresso dos Trabalhadores Rurais no Nordeste, na cidade de Itabuna, no qual estavam presentes delegações de vários Estados do Nordeste (SANTOS, 2012). O jornal *A Fortaleza* publicou uma matéria divulgando a importância do Congresso e dos seus desdobramentos, que inclui a Carta de Princípios com reivindicações dos trabalhadores para participarem da elaboração da reforma agrária. Segue

um trecho da Carta: “[...] à necessidade urgente da sindicalização rural como última esperança de libertação do homem do campo” (A FORTALEZA, ano XI, n. 493, 03 jun. 1962, *in* SANTOS 2012) .

Até o início da década de 1960 existiu um movimento de vanguarda para recrutar membros para o Partido Comunista Brasileiro – PCB. Uma das camadas da população a ser doutrinação era o trabalhador rural, junto com cangaceiros, camponeses, índios etc. No sul da Bahia, o PCB montou sua estratégia de aproximação com as classes existentes no campo e identificaram os trabalhadores rurais como operários que deveriam ser organizados através dos sindicatos para ações mais institucionalizadas (LINS, 2007). Os assalariados rurais passaram a ser vistos como um grupo importante para o movimento comunista, que os classificavam como operários.

Alguns estudiosos afirmam que o sindicato rural e as ligas camponesas surgiram justamente no momento em que ocorreu a ruptura “entre o lavrador e a propriedade” (IANNI, 1979). O sindicato e a liga são contemporâneos à separação do fazendeiro e o trabalhador rural. Ou seja, o lavrador não detém mais os meios de produção e passa a ser um proletário rural.

No ano de 1963, o Presidente João Goulart assinou a Lei do Estatuto do Trabalhador Rural — lei 4.214 —, que facilitou a fundação de novos sindicatos reconhecidos pelo Ministério do Trabalho. Entre 1963 e 1964, surgiram os Sindicatos de Uruçuca, Ibirataia e Coaraci, que serviram como base para a formação da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado da Bahia – FETAG, em 1º-setembro de 1964.

O movimento sindical identifica o trabalhador como operário, buscando representá-lo para tentar reivindicar melhores condições de trabalho ou, pelo menos, que a CLT ou a ETR fossem cumpridas minimamente. No entanto, sofre críticas de autores que afirmam que o sindicato não conseguia exercer suas funções no sul da Bahia, principalmente depois de 1967. Nesse ano, a Constituição Federal trazia em seu artigo 166 uma ordem para os sindicatos obedecerem às funções atribuídas pelo Estado, de acordo com as quais deveriam funcionar como cooperativas. Com isso, o Sindicato passou a ter um papel contraditório, ao ter que exercer a representação dos trabalhadores e a colaboração com o Estado na função de delegado. Em suma, essa postura favoreceu uma forma de cooperativismo que

não se constituiu numa tomada de posição da classe trabalhadora, não servindo como instrumento efetivo de desenvolvimento dos direitos de cidadania para a participação no poder, acesso a condição de vida com saúde, habitação decente, trabalho, justiça social, salário justo, segurança pessoal. (ALMEIDA, 2001: 46)

Atualmente, pode-se dizer que os sindicatos da região atuam no sentido de viabilizar os assentamentos, sua política é específica para esse fim. Suas ações encontram-se bastantes reduzidas e, até mesmo, despolitizadas. À sua margem, predomina hoje na região o movimento sem-terra que promove, inclusive, a invasão de áreas que estão sob o regime de parceria. Além deste, são os movimentos indígenas de reapropriação de terras que desestabilizam a inércia que tomou conta da região.

Em contato com um dos sindicatos de uma das maiores cidades da microrregião de Ilhéus e Itabuna, percebeu-se que a instituição que deveria representar os meeiros não estava preparada para atender esse grupo. Não havia interesse nem qualquer outra política educacional para instrução do parceiro agrícola. O antigo trabalhador da lavoura, o homem do campo que passa por uma necessidade de adequação para uma nova relação de trabalho, estava desamparado de uma instituição que representasse seus interesses.

No trecho da entrevista abaixo, com uma das diretoras da região, que optou-se por não identificar, pode-se verificar como as questões levantadas acima reverberam.

Tem oito anos que eu estou assentada, e no Sindicato tem muito mais tempo por que eu sempre trabalhei no Sindicato, no Sindicato eu trabalhei como funcionária. Eu trabalhei em Ilhéus, passei um tempo trabalhando em Ilhéus e morava aqui, mas eu ia e voltava todos os dias. E depois eu vim trabalhar aqui eu arrumei esse emprego e eu era funcionária daqui. Aí no processo, porque o Sindicato tá sempre na luta pela terra, o trabalhador rural não se habitua morando aqui na rua. Aí então é o meio de ele adquirir uma renda. Esse movimento de a gente trabalhando aqui de qualquer maneira como funcionário, você tá inserido nesse movimento também e aí eu entrei no meio da reforma agrária, eu deixei de passar a ser funcionária do sindicato e passei a ser assentada. Hoje, por eu ser assentada e por ter a terra, passei a ser da diretoria do sindicato. (P.O.S.)

O sindicato estava voltado para a luta pela terra, seus diretores eram assentados e eles consideravam que o trabalhador do meio rural não se acostumava a morar na “rua”. Por isso, pelo fato de não se habituar à vida urbana, a política do sindicato estava focada na reforma agrária. Este foi um recorte dos comentários da diretora que conduz à instituição à qual pertence de acordo com uma política voltada para um determinado grupo. Os parceiros ficaram de fora desse contexto por não se enquadrarem à perspectiva de assentado, e como veremos mais adiante, alguns deles nem mesmo gostam de morar na roça. Os seus interesses não são necessariamente os mesmos de um assentado.

O estudo sobre os boias-frias da agricultura paulista de D’Incao (1985) percebeu um despreparo dos sindicatos em relação às políticas voltadas para as demandas do grupo. Os

boias-frias eram trabalhadores que não se enquadravam no perfil político do sindicato paulista, eles eram ex-parceiros ou pequenos agricultores que se colocavam à disposição para serem assalariados por períodos curtos, por passarem por períodos de privações. Como estavam à margem dos representados pela instituição sindical, ficavam sem ter para onde encaminhar as suas demandas e também não sabiam qual o vínculo que tinham com o sindicato.

Foi exatamente isso que se percebeu no caso da parceria no sul da Bahia. O grupo não estava enquadrado na política sindical e por isso não tinha suporte para as suas demandas nem muito menos sabiam qual vínculo tinham com o sindicato. Dos interlocutores da pesquisa, nenhum tinha conhecimento de quais os seus direitos e deveres na parceria, nem o sindicato. A desinformação era uma constante para parceiros, sindicato e patrões. O trecho abaixo ilustra o descontentamento de um entrevistado em dividir o lucro de uma gleba que estava abandonada.

A roça aqui é grande, mas a capoeira tá muito alta. Se o dono da roça desse para a gente trabalhar pelo menos dois anos, fazendo a roça, desse a produção que a roça desse pra gente, pra depois dividir a parceria, mas eles num quer saber disso. (JOEL HENRIQUE DE MOURA, Barro Preto).

No caso desse interlocutor, ele não sabia que a cota do proprietário sobre o lucro dos frutos da parceria não poderia exceder 30%, porque a roça foi recebida sem condições, não estava limpa e precisava ser preparada para o cultivo. Além disso, a casa à qual ele tinha direito era sem saneamento básico, energia, o que caracterizava um descumprimento das normas da parceria. Então, Joel se submetia a um processo de trabalho no qual caberia reivindicação de outras condições para divisão do lucro.

Pode-se pressupor, portanto, que a política sindical estava de acordo e à serviço de um grupo de trabalhadores, os assentados, e o estabelecimento da parceria parecia servir também para abafar os movimentos trabalhistas e suas possíveis reivindicações.

2.4. AS FAZENDAS ANTES DE 1989

As fotografias abaixo mostram a Fazenda Morro Redondo. Esta unidade produtora de cacau foi fundada no início do século XX e, nos anos de 1980, ainda era uma referência em

estrutura física e produção de cacau.

Fotografia 11



FAZENDA MORRO REDONDO

Lomanto Júnior

Bahia

*Que as coisas boas
sobrevivam*

*Feliz Natal e
Próspero Ano Novo*

José Maron e Família

©foto do acervo de Carlos Shintomi | fazenda Morro Redondo em 1983

A Morro Redondo foi uma propriedade de grande porte, na qual existia um lago, ruas, cinema, bazar, barbearia, barracão, depósito de cacau, açougue, escola, igreja, casas para funcionários, casa-grande¹⁵, dezoito barcas, garagens, salas de máquinas¹⁶, serralharia, marcenaria, piscinas, laboratório¹⁷, quadra de *squash*¹⁸ e oficina mecânica. A maior parte desses locais se situava na rua principal, demarcada por grandes palmeiras-imperiais.

A Morro Redondo é um exemplo de como foi a estrutura erguida com o dinheiro da venda das amêndoas do cacau para exportação. Ela pertence à família Maron e fazia parte de um grupo de fazendas, comandadas por Nage Maron (1896 – 1971).

¹⁵ Local onde moram os proprietários das terras.

¹⁶ Local onde ficavam os motores a querosene, que às 18 h eram ligados para iluminar a fazenda.

¹⁷ Onde se analisava o cacau.

¹⁸ Jogo praticado em uma pequena sala, com raquetes parecidas com as de tênis e uma bola, que é arremessada contra a parede.

Fotografia 12

© Carlos Shintomi | Fazenda Morro Redondo, rua principal em 1978

A foto abaixo mostra o antigo proprietário José Maron (1904-1991), que foi irmão de Nage Maron e um dos herdeiros da fazenda. Ele está de pé ao lado de um dos seus automóveis, em uma das ruas da fazenda, que possuía vários estacionamentos para carros e caminhões.

Fotografia 13

José Maron em frente às garagens, na década de 1950.

Este foi um período de muito lucro, em que esbanjar riqueza fazia parte do cotidiano dos donos das fazendas e de seus herdeiros. Os trabalhadores conviviam, na condição de expectadores, com todo este cenário de luxo e desperdício. Durante a pesquisa de campo, ouvi dos atuais meeiros histórias sobre fazendeiros que fretavam aviões para fazer a barba no Rio de Janeiro, sobre filhos de fazendeiros que davam banho de uísque em cavalos, sobre carros

de luxo que eram comprados para serem usados em rachas e “cavalos de pau”¹⁹, para depois serem abandonados nas fazendas, dentre tantas outras que nos dão uma noção da imensidão do lucro trazido pelo cacau, da falta de previdência dos fazendeiros, que demonstraram total despreparo para lidar com a crise, e do desequilíbrio entre os gastos com frivolidades e com a manutenção da fazenda, incluindo nesta os gastos com os trabalhadores.

A Fazenda Morro Redondo é um cenário particular do que é encontrado quase que de forma geral na região. Nela a decoração da casa-grande era feita com o que havia de mais moderno e requintado na época. Os móveis e outros objetos de decoração, em sua maioria, foram comprados na Europa, onde os donos das fazendas e seus filhos costumavam passar alguns períodos do ano. Também nela já foi criado um tigre e havia uma espada, presente de alguma realza árabe. A Morro Redondo e a maioria das grandes fazendas cacaeiras do sul da Bahia têm histórias parecidas de ascensão e declínio, luxo e desigualdade. Atualmente, patrões e empregados, ou simplesmente parceiros, contam suas versões e o que restou do período de fartura.

2.5. AS FAZENDAS DEPOIS DE 1989

As imagens neste item da dissertação se referem a períodos pós-crise da vassoura-de-bruxa, iniciada em 1989. A primeira sequência de fotografias mostra a Fazenda Morro Redondo com o intuito de possibilitar a comparação com as fotografias do item anterior. Depois serão problematizados os impactos da crise e o que mudou na relação entre trabalhador e patrão.

¹⁹ Manobra na qual o condutor faz o carro deslizar em alta velocidade, girando 180º ou 360º.

Fotografia 14



© Emiliano Dantas | A mesma garagem que aparece na foto 13, coberta de mato, em 2013.

Fotografia 15

© Emiliano Dantas | a escola em 2013.

A escola da Morro Redondo foi fundada em 11 de março de 1935, no arraial de Limoeiro²⁰. O registro de surgimento dessa escola está num livro que funcionava como ata, caderneta e boletim dos alunos. Nele encontra-se redigido à mão, pela professora Odete Carneiro de Andrade, um breve texto de abertura dando início às atividades escolares na fazenda. Assinaram para comprovar a abertura da escola vários integrantes da família Maron e a professora.

²⁰ A cópia do documento segue anexa.

Fotografia 16



© Carlos Shintomi | A barça, 2013.

Fotografia 17



© Carlos Shintomi | Vista do cinema e da igreja tomados pelo mato, 2013.

Fotografia 18

© Carlos Shintomi | O armazém, 2013.

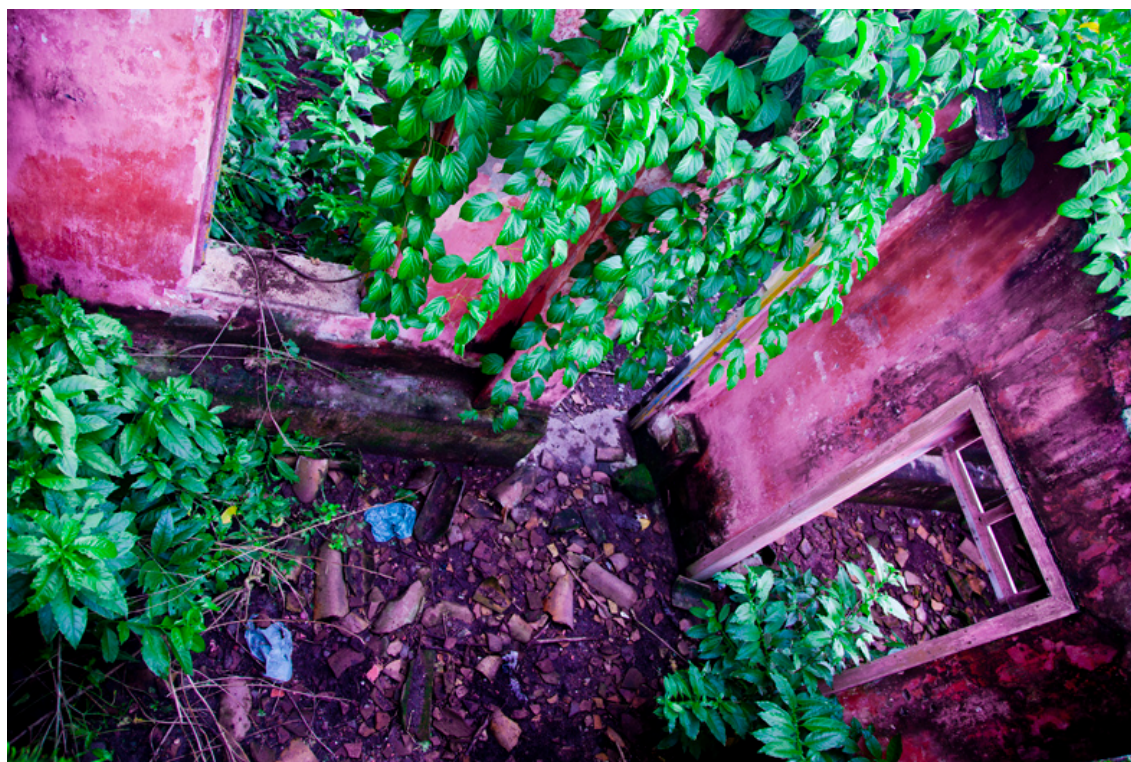
O bazar, que antes era cheio de produtos e movimentado pelos trabalhadores comprando e consumindo, está abandonado. As barcaças, que segundo o ex-funcionário Joel Oliveira chegaram a comportar, por ano, 50 mil arrobas de cacau produzidas na fazenda, hoje estão subutilizadas, recebendo uma produção de cacau que não chega a mil arrobas. Nas fazendas “abandonadas”, as plantas entram nas casas, nas barcaças, armazéns e em todos os espaços, dando origem a cenas desoladoras. A vegetação nativa está tomando conta das edificações, criando uma paisagem que vai submergindo no meio das plantas. As ruínas se tornaram comuns em toda região.

Fotografia 19



© Emiliano Dantas | Ruínas da Morro Redondo. 2013.

Fotografia 20



© Emiliano Dantas | Barcaças em ruínas da Morro Redondo. 2013.

Nas plantações de cacau, o cenário é o mesmo. Entretanto, além da vegetação nativa encobrir os pés de cacau, há a vassoura-de-bruxa, que se dissemina com mais facilidade ainda quando os pés de cacau não recebem sol direto. Isto é, se a lavoura de cacau for invadida pela vegetação nativa, não é possível que o sol a penetre e o clima fica favorável ao ataque do fungo.

Fotografia 21



© Emiliano Dantas | A mata encobre os
pés de cacau encobertos pela mata na Fazenda Luiza. 2013.

Fotografia 22



© Emiliano Dantas | Cacau atacado por vassoura-de-bruxa. 2013.

A crise acabou com a grande maioria das fazendas — acabou porque elas foram fechadas, abandonadas ou deixaram de ser fazendas para se “tornar um conjunto de glebas dadas a parceria, sob a sua vigilância distante” (CANDIDO, 1964: 88). A fazenda deixou de ser uma propriedade em que o proprietário explora a agricultura para se tornar um “quase-bairro” cheio de parceiros explorando glebas (CANDIDO, 1964).

A fazenda, que já representou o espaço do proprietário, dono dos meios de produção, da riqueza e da formação de uma classe que detinha o poder em oposição ao trabalhador que fornecia sua mão de obra e ganhava muito pouco para isso, adquiriu um novo significado. A terra, a partir da crise, passou a ser um espaço de trabalho onde a fazenda era desmembrada em áreas para serem exploradas por meeiros que atuavam por conta própria.

A fazenda passou a ser vista como o lugar do meeiro ganhar o seu cacau. Ele antes recebia o salário; hoje, é o próprio produto, o cacau, que lhe serve de renda e lhe garante o uso da terra. A crise reconfigurou a estrutura de produção, fazendo com que a figura do patrão se afastasse da fazenda administrativamente para ser substituído por um grupo de sócios autônomos. Aqui introduzimos a ideia do meeiro como trabalhador autônomo.

Entendemos como autônomos aqueles que não são empregados. Um empresário que participa individualmente de um contrato de prestação de serviços sob a legislação do direito

civil. Aquele que assume os resultados do seu serviço, é dono de suas ferramentas e tem participação na produção. Ele não é mandado, não recebe ordens do patrão, não tem uma estrutura econômica maior que dependa de suas atividades. O autônomo é o sócio. Junto com o dono da fazenda — os dois em sociedade —, assume os riscos do empreendimento. Se não tiver cacau, nenhum dos sócios irá receber.

Fotografia 23



© Emiliano Dantas | Elson Oliveira Passos, o proprietário da fazenda Luíza, segura a planta subdividida em glebas para os meeiros explorarem.

Nessa imagem, pode-se ver as divisões das glebas, cada uma das partes subdivididas e cedidas para meeiros, que administravam da forma como quisessem. Se antes de 1989 a fazenda era representada por uma foto aérea para mostrar o porte da sua sede como sendo uma estrutura grandiosa de processamento de cacau, como no caso da fotografia da Morro Redondo, em 2013, tínhamos o dono segurando o que seria a sua propriedade, um conjunto de glebas exploradas por autônomos. Sua principal função era conduzir o negócio a distância e receber o dinheiro da venda do cacau.

2.6. AS RELAÇÕES ENTRE PATRÃO E EMPREGADO

Após 1989, como já foi mencionado em outros momentos deste texto, ocorreu uma transformação na relação entre o patrão e o empregado. Os autores Lima (2011) e Prado Jr. (1980), dentre outros, defendem que se manteve a mesma relação de situação de exploração e condições precárias de trabalho. Contudo, avaliamos como pertinente seguir outro caminho nesta dissertação, o qual procurou entender o trabalhador como autônomo, independente das posições assumidas pelo patrão. Essa forma de analisar as relações de trabalho configuradas a partir do estabelecimento da parceria agrícola foram direções apontadas pela pesquisa de campo, pois foram detectadas nos discursos, nas ações e nos comportamentos dos meeiros.

Partindo de um possível “princípio” para este novo regime de trabalho, temos Sérgio Tavares, o engenheiro agrícola que participou da implantação e disseminação da parceria na região, que se posiciona da seguinte forma:

Mas de qualquer forma estamos vivendo uma experiência de que está mostrando as dificuldades que é a parceria, que talvez seja mais difícil conduzir a parceria que um regime de CLT. Você precisa ter mais habilidade com a pessoa, envolve sociologia do trabalhador rural, você não tem o mando, você constitui um sócio, então é muito mais difícil. (SÉRGIO TAVARES, Ilhéus)

Neste trecho, o entrevistado se refere às dificuldades de uma propriedade que passou de um regime de diarista para sócio. Essa passagem gerou um choque em toda a tradição de produtores que cresceu pensando no cacau como sinônimo de poder. A tradição ensinou a esses proprietários lidar com o trabalhador através do mando²¹. Trata-se de uma tradição iniciada pela escravidão, seguida pelo mandonismo dos coronéis e atualizada na década de 1960²² por produtores que criavam formas de fazer os trabalhadores e suas famílias produzirem mais nas lavouras do cacau através das empreitadas. Ou seja, explorando-os em longas e exaustivas jornadas de trabalho. Os proprietários do cacau aprenderam e foram ensinados a lidar com o trabalhador através do mandonismo.

Na fala do trabalhador abaixo, surge, além do mando, a punição como modo de coibir as ordens não cumpridas ou mesmo os chamados desvios de conduta não tolerados pelo produtor. Este trabalhador conta como era ordenado o serviço na década de 1980.

²¹ “O mandão, o potentado, o chefe, ou mesmo o coronel como indivíduo, é aquele que, em função do controle de algum recurso estratégico, em geral a posse da terra, exerce sobre a população um domínio pessoal e arbitrário que a impede de ter livre acesso ao mercado e à sociedade política.” (CARVALHO, 1997: 5)

²² Lima (2011) coloca que a empreitada surgiu na década de 1960 para modernizar a lavoura cacaueira.

A ordem que ele dava, tava dada, se você tivesse fazendo cera, sem querer trabalhar, era suspenso do serviço, três dias suspenso. Nessa suspensão, você recebia só por dois dias de serviço, o resto você perdia. (JOSÉ EUDES ALVES DOS SANTOS, Barro Preto)

A punição era efetivada na redução do salário. O trabalhador tinha seu salário reduzido e comprometia a sua renda por não desempenhar o serviço de acordo com o esperado pela administração da fazenda. Além de se referir às punições, os entrevistados também mencionavam que o trabalhador não podia ter acesso ao produto que produzia, pois não podia consumir o cacau durante o trabalho.

Naquela época, era fartura; de primeiro, se um filho de empregado chupasse um cacau, o pai era colocado para fora, e se o fazendeiro pegasse o peão chupando cacau ou matava ou mandava dar uma surra. Eles vigiavam até o cocô do cara. Hoje em dia, eles tão vendo aí o bom, tem de ser isso mesmo, o cacau tá aí. Hoje em dia o pobre virou rico e o rico virou pobre. (JOSÉ PEREIRA, Itajuípe)

Umas das maneiras dos proprietários manterem o domínio sobre os funcionários assalariados, os diaristas, foi contratar funcionários só para vigiar e delatar se o trabalhador da roça estava cumprindo o que era mandado. Este funcionário era chamado de *cabo de turma* e funcionava como um fiscal das ordens do patrão. Durante todo o tempo do regime da diária, o cabo de turma existiu. Esta função só acabou com a mudança para parceria. Na década de 1980, quando surgiu o regime de arista, que tinha o objetivo de aumentar a produção pela exploração do trabalhador, o cabo de turma passou a avaliar rigorosamente o desempenho do trabalhador. Ferreira & Trevisan (1993), ao estudar o trabalho do arista, afirmam que o cabo de turma avaliava quanto à quantidade, qualidade e assiduidade no serviço da área do trabalhador.

A moradia também reforçava essa posição de mando por parte do proprietário, pois, ao morar na fazenda, o trabalhador encontrava-se sempre disponível (SIGAUD, 1979). Segundo Lima (2011), a moradia deixava o trabalhador e sua família à disposição das ordens do proprietário a qualquer momento. Até a crise se estabelecer, em 1989, o mando era imposto pelo uso de funcionários, moradias, contratos informais etc.

A mudança de patrão para parceiro, no caso específico do meeiro, demarcou o término do mando. Na parceria, o produtor não podia exercer o mesmo controle sobre o empregado como acontecia na diária. A constituição de 1989 também pode ser considerada um marco, na medida em que o foco dado aos direitos trabalhistas exigia que o patrão saísse da informalidade para a formalidade. Mas como fazê-lo em meio à disseminação de um fungo

que diminuía drasticamente a produção e, por conseguinte, o lucro? O produtor teve que negociar uma forma de manter a produtividade junto com o trabalhador, como comenta João Tavares, herdeiro da Leolinda, filho de Romildo Luiz Fernandes.

Hoje a gente tem uma relação diferente dos tempos áureos. Naquele tempo o produtor de cacau não vivenciava tanto a lavoura do cacau, era uma atividade muito rentável. E hoje não, hoje você tá perto do seu trabalhador. Na verdade você tá com ele ali junto dia a dia, nessa luta do cacau. É uma parceria aqui. A própria propriedade, ela é toda parcelada, nós demos a mão, estamos juntos pra tentar atravessar esse período de “dificuldade”. Tem todo esse lado humano, uma aprendizagem humana. [...] Então, na parceria, o grande problema da parceria é que, como um assalariado, você não tem aquele fluxo de caixa regular, então ele passa a ter os desafios que um empresário tem. Então essa mentalidade mudou, eu digo sempre que os parceiros são os pequenos empresários, os pequenos agricultores que lá estão. (JOÃO TAVARES, Itabuna)

O que está em questão não é mais a exploração do trabalhador para o enriquecimento do proprietário, mas sim uma forma de manutenção e sobrevivência das fazendas e dos trabalhadores. As consequências da crise foram tão grandes que produtores como João Tavares tiveram que oferecer melhores condições de trabalho, negociar com os trabalhadores a produtividade e oferecer mudanças na fazenda voltadas para uma moradia com qualidade de higiene e de espaço.

A passagem do assalariado para o parceiro não foi fácil. Houve muita resistência por parte dos proprietários, que tentaram, durante os anos 1990, não sucumbir a esse regime. O programa para recuperar a lavoura cacaueira, de 1995, fornecido pela CEPLAC, junto com o Banco do Brasil, só fez agravar a situação do proprietário, que ficou ainda mais endividado. Além disso, havia questões jurídicas a respeito da parceria que geraram uma série de tensões sobre sua validade. Um dos entrevistados, que era advogado e ex-professor, relatou um pouco da tensão vivida no processo jurídico:

Só que a meação foi levada à justiça do trabalho, à junta trabalhista. Ora os juízes achavam que era simulação e matavam a meação e ajustavam ao direito trabalhista e aí pronto. E ora não. E ora outros achavam que era direito civil e tava fora da justiça do trabalho, mas também os proprietários com o tempo foram se aperfeiçoando e hoje, para justiça considerar uma meação, o meeiro tem que vender sua produção. Embora ele faça isso através do patrão, ele tem que vender ao comprador, receber a nota fiscal. Assim, a justiça do trabalho reconhece a meação. (JOEL BRANDÃO, Itabuna)

Os juízes tiveram que julgar as ações trabalhistas que envolviam os meeiros, pois elas exigiam definições urgentes. A parceria, então, é um contrato legal resguardado pelo direito

civil e não mais pelo direito trabalhista. A partir do momento que se cede a terra a um parceiro, o produtor não precisa mais pagar os direitos trabalhistas. Seus deveres passam a ser regidos pelas normas do contrato de parceria agrícola, previstas no direito civil. As questões jurídicas, apesar de não serem conhecidas detalhadamente pelos meeiros, rodavam suas expectativas, e a legitimidade judicial do contrato de parceria já era do conhecimento de todos. O trecho da fala de Magno de Souza Silveira, de 48 anos, meeiro da fazenda Serra Grande é ilustrativo nesse aspecto.

Nós trabalha livre no que é nosso. Na meia precisa ter o cuidado de cultivar o cacau, se não o pé não bota cacau, o cacau é assim, se cuida, tem. Agora na meia é preciso pagar o INSS por fora, eu pago, é para aposentar. [...] Agora o serviço de roça nunca foi bom. (MAGNO SILVEIRA, Ilhéus)

Os parceiros geralmente não sabiam que a sua seguridade social estava sendo viabilizada pelo contrato de parceria, através da contribuição da venda do produto. Do ponto de vista jurídico, a importância de recolher notas e recibos de compra e venda de cacau era muito grande, porque esses recibos demonstram que o meeiro produzia, vendia e contribuía com os impostos para comercialização de cacau.

Assim sendo, a relação de trabalho mudou na antiga região cacauzeira. O trabalhador, que antes era controlado e explorado para realizar as tarefas de acordo com a necessidade do patrão, agora se considerava livre e “dono” da produção. Este sentimento de posse sobre a produção pode ser detectado na fala de Magno Silveira, quando afirma que a produção era sua e que precisava cultivar os frutos para que tivesse uma rentabilidade. Ao final, o meeiro ainda diz que o trabalho da roça nunca foi bom. Esta avaliação não se referia à dificuldade ou mesmo às condições do labor, mas à relação com a produção — o trabalhador não estava mais submetido ao mando, e o produto que gerou alhures tantas riquezas também era seu.

No trecho que segue, o discurso retrata a meação como sendo algo que dá mais liberdade e que pode permitir um ganho maior.

[...] na meia tem mais liberdade, você trabalha quando quiser, se trabalhar mais, ganha mais, se trabalhar menos, ganha menos. Às vezes, ganhamos mais do que o salário, ganha mais. Agora se a vassoura ataca, é ruim, aí o cacau dá baixo. E se o preço for baixo, fica ruim. (GENIVALDO OLIVEIRA, Ilhéus)

A referência à “liberdade” de trabalhar na hora que quiser foi recorrente nas entrevistas. Não ter o cabo de turma vigiando e fazer os próprios horários de trabalho são eventos que contribuem para esta percepção do que chamam de “liberdade”. A noção de

liberdade se consolida com a transformação das relações sociais e de trabalho: o dono não manda mais, o trabalhador não é mais obrigado a morar na roça. A liberdade para esses meeiros não significa a isenção do trabalho, mas sim uma compreensão de que existem maneiras de produzir sem o mando, a violência, a exploração e o assalariamento.

A liberdade se delineia com a passagem de empregado para sócio, pois, segundo Candido (1964), a parceria é uma sociedade na qual o trabalhador explora a terra e tem direito a uma parte dos frutos. O empregado, que era assalariado, passou a ser sócio, ele agora não mais depende do salário do patrão. Os trabalhadores do cacau passaram a ser agrupamentos de “produtores autônomos” (CANDIDO, 1964: 88) nas fazendas de cacau. Para o empregado, o mês funciona como uma unidade fundamental, porque o que regula a sua vida é o salário, o “recebimento do dinheiro” (CANDIDO, 1964: 95). Já a vida do meeiro ganha um ritmo próprio, o mês ou a semana perderam o significado anterior, agora o “(...) ritmo de sua vida é determinado pelo dia, que delimita a alternativa de esforço e repouso (...)” (CANDIDO, 1964: 95).

O diarista, portanto, pode ser analisado como um “bem” da fazenda, já que tinha sua condição de livre negada por depender de um salário, por ter que se submeter ao tempo imposto pelo feitor, administrador, capataz, cabo de turma etc. Esse lugar do assalariado é refletido por Klaas Woortmann da seguinte forma:

Viver do alugado é o cativo, a negação da autonomia no processo de trabalho. O assalariamento na fazenda ou no engenho é cativo, é sujeição, tal como na Colômbia humillación. (WOORTMANN, 1987: 29)

A diária era um processo de sujeição do trabalhador, no qual o patrão mandava, dava as ordens e criava contratos de disponibilidade total do tempo. A propriedade poderia ser vista como local de cativo, porque o trabalhador perdeu sua autonomia no processo de trabalho. Entretanto, a crise gerou as quebras e o abandono das fazendas, o que as fez sofrerem mudanças na administração e na forma de explorar a terra. O lugar que antes era visto como o “cativo” do assalariado agora é visto como um espaço de tranquilidade, um lugar onde é possível ganhar dinheiro, onde se constitui um grupo de pessoas responsáveis por glebas e donos de parte da produção.

As pessoas que conseguem se adaptar à meação, e que já passaram pela situação de diaristas, no geral, preferem a condição atual, como pode ser observado no comentário abaixo.

Eu não gosto da diária não, viu. Negócio de trabalhar na meia você trabalha despreocupado, à vontade, ainda mais num lugar desse, que o patrão não abusa a gente em nada, a gente faz o serviço que quer fazer, ele não tá nem aí. (GENIVALDO CECÍLIO DOS SANTOS, Itajuípe)

O trecho demonstra a recorrência da menção à liberdade em contraposição ao controle do tempo pelo patrão, controle associado a “abuso” e à perda da saúde, como foi referido por outro entrevistado da mesma propriedade.

Com carteira assinada tem fazenda que trabalha muito. É... o cara acaba a coluna, o bom é que tem férias e décimo, mas eu sou mais trabalhar aqui que eu tô trabalhando, eu tô aqui. Na diária, eles querem prender o cara, o tempo todo, acaba com a saúde do cara. Quando eu trabalhava fichado, eu não tinha sábado, domingo e feriado, o tropeiro não tinha folga. (OSMAR GOMES DE OLIVEIRA, Itajuípe)

Enfim, o meeiro é dono da sua vontade de realizar ou não o esforço, ele cria seu horário de trabalho de acordo com o modo como consegue suportar o labor. A semana e o mês não têm importância, ele pensa no ano, nos períodos de colheita, nas luas que influenciam a birração e na maneira como levam o dia a dia. O que mais tem influência na sua vida é o clima, pois ele pode contribuir para o aumento da vassoura-de-bruxa na roça de cacau. E, quando o fungo se alastra e mata a produção, vem a época que chamam de “boca do paradeiro”, caracterizada por períodos difíceis, onde o meeiro se vê desamparado, sem ter como ganhar o sustento da sua família.

Com a parceria, o ritmo de vida é associado à produção da lavoura, adaptando-se aos períodos de entressafra ou mesmo de perda da produção. Não existe mais o salário e o controle do tempo, então, ele complementa a sua renda fazendo serviços fora das roças, na “rua”. A rua é como eles geralmente se referem à cidade mais próxima da fazenda, ou mesmo a um vilarejo.

2.6.1. AS ADAPTAÇÕES À PARCERIA

A parceria agrícola, além de mudar a relação de trabalho, permite que o parceiro crie pequenos animais e possa fazer uma horta para sua subsistência. Essas condições podem levar um trabalhador a preferir este tipo de contrato, como foi o caso de Joel Henrique de Moura, de 53 anos, meeiro da Fazenda Morro Redondo.

Eu saí procurando um lugar que eu pudesse ficar com meus animais, aí foi quando Seu Zé me falou daqui, ele arrumou para eu ficar aqui. Ele ligou para

o dono da fazenda e eu vim para cá. Lá onde eu tava não dava não, o dono disse que meus bichos estavam comendo o capim dos animais dele, aí nós saímos. (...) a diária não dava pra sustentar a família, tem muita gente pra comer, por isso, com o dinheiro dos tempos, comprei duas vacas, um garrote, cabra e galinha. A meia é melhor, dá pra ganhar mais dinheiro. (JOEL HENRIQUE DE MOURA, Barro Preto)

Assim, com a crise intensa, a parceria parece ter se configurado como única alternativa viável para o proprietário reduzir seus prejuízos e ainda ter a possibilidade de algum ganho. Já para o trabalhador, a parceria parece ter despontado como melhor alternativa, pois agora, tendo em vista o que chamam de liberdade, ainda tem a possibilidade de ganhar mais dinheiro. Joel Moura não sabia que as normas da parceria rural permitem a criação de animais de pequeno porte, sendo que o proprietário da fazenda liberou até o gado. Isto aponta para o fato de que, com a parceria, as partes podem negociar condições de exploração da terra, respeitando as normas e/ou ampliando-as em busca de condições que favoreçam a permanência do meeiro. O proprietário, ao permitir que o meeiro crie animais de grande porte, facilitou a instalação de sua família no campo e com isso ampliou a mão de obra na roça de cacau. Facilitar as condições de moradia e exploração da terra possibilita ao meeiro criar uma estabilidade para a permanência na roça.

A estabilidade do meeiro passa pela agricultura e pela rua, pois a vassoura-de-bruxa continuou a impor na região uma baixa produtividade e em decorrência desse aspecto a exploração da terra não se mostra suficiente para a sua sobrevivência. Neste sentido, a oferta, pelo proprietário, de melhores condições para a permanência do trabalhador na roça pode ser vista também como tentativa de seduzi-lo a continuar trabalhando com o cacau em detrimento de outras alternativas de trabalho, seja na rua ou em outras roças.

A exigência desta adaptação decorre dos períodos de safra do cacau, pois eles acontecem no final de agosto e se estendem até dezembro. Nos demais meses há o chamado cacau do bacalhau, que é uma pequena colheita no mês de abril. Nos meses sem colheita, não há dinheiro. Se a vassoura-de-bruxa atacar a safra ou o cacau do bacalhau, vai acontecer a boca do paradeiro, período sem uma safra mínima. Sabendo disso, o meeiro geralmente possui ocupações na rua, desenvolvendo outras habilidades como pedreiro, comerciante, ambulante etc. Um dos meiros da fazenda Luiza comenta como se adapta à parceria.

Rapaz eu mesmo tenho outros ganchinhos que eu faço que dá pra mim, eu tenho um barzinho, vendo cachaça na feira no sábado. Daí vou tapiando e vou levando a vida. Vendo uma cervejinha lá em casa, vou tapeando levando a vida, porque se o cara for só esperando isso aqui, tem hora do ano que é ruim, aí o cara passa uma vidinha meio ruim. Quando o ano é bom, num instante passa. (OSMAR DE OLIVEIRA, Itajuípe)

Fotografia 24

©Emiliano Dantas | Osmar Gomes de Oliveira e sua mulher em frente a sua casa,
Bairro Coração de Jesus, no centro de Itajuípe

O meeiro não precisa morar na fazenda ou mesmo em um imóvel rural próximo à fazenda onde labora. A sua casa e o seu tempo podem ser usados para complementar a renda. Ele é um autônomo que faz seu tempo e não está preso a um regime de “cativeiro”. Morar na rua foi uma forma encontrada para melhor contornar os períodos de safra curta. A parceria permite, por exemplo, que Osmar Oliveira, apelidado Mazão, tenha um barzinho, pois ele não precisa estar à disposição do proprietário. A casa, que antes era uma forma do dono “prender” o empregado na fazenda, tornou-se um espaço para este usar a sua força de trabalho como bem quiser. Adquirir uma propriedade na rua é uma forma de conseguir uma estabilidade, de ter uma propriedade que pode ser usada para gerar renda, transformando-a em bar, venda ou lanchonete.

Fotografia 25



©Emiliano Dantas | Osmar Gomes de Oliveira em sua garagem adaptada como bar.
Bairro Coração de Jesus, no centro de Itajuípe.

Os horários de trabalho na parceria são flexíveis. Não foi identificado um padrão. O único ponto em comum era que se iniciava de manhã bem cedo. No geral, cada fazenda tinha um ritmo imposto pelos meeiros. Eles começavam de manhã e terminavam de tarde, mas, se precisassem, não iam de manhã e trabalhavam no sábado, ou nem apareciam. A maioria dos meeiros é constituída de autônomos que exercem atividades variadas, em horários variados. Alguns se organizam e fazem pequenos comércios, outros procuram serviços só na boca do paradeiro. Contudo, é importante frisar que isto não implica em um descompromisso com a roça. Se ela estiver com uma boa quantidade de cacau, a permanência é garantida, e mesmo na boca do paradeiro não se abandona a roça, ela continua sendo cuidada para que a vegetação nativa não comprometa a plantação. Os pés de cacau precisam de limpeza para retirar hospedeiros e predadores como a vassoura-de-bruxa.

Na fazenda Luiza aconteceu uma boca do paradeiro em 2011. Os meeiros passaram dificuldades econômicas, como pode ser observado no trecho abaixo.

Teve aqui uma boca do paradeiro faz uns três anos, mas nós passamos por ela, é nós teve, mas nós enfrentamos. Eu me apertei, aí eu arrumei um serviço fora até me desapertar. Mas eu posso pegar uma verdura, uma banana da prata e levar a mulher e as criança pra mode vender lá na rua. Só não pode abandonar a roça, de vez em quando tem que limpar, ajeitar (CRISPINO DE JESUS SANTOS, Itajuípe).

As frutas das fazendas e as roças de subsistência também servem como recurso para momentos de escassez de produção, além de empréstimos nos armazéns que compram e vendem cacau.

CAPÍTULO III

3. TEMPO, CORPO E MORADIA

Nos capítulos I e II, tem-se o estudo de como foi o surgimento da parceria e o que mudou na relação entre patrão e empregado. Viram-se as leis trabalhistas e a tentativa do surgimento de uma política que contemplasse o trabalhador rural pela ETR. A partir da revisão das diversas relações de trabalho da região, pode-se constatar que a forma como o trabalhador foi explorado passava pelo controle do seu tempo. O trabalho na lavoura deveria ser realizado a qualquer momento e de forma abusiva pelo empregado, que recebia abaixo dos padrões legais.

No capítulo II, usaram-se imagens para abordar como eram as representações dos trabalhadores no sul da Bahia. As pinturas, o cinema e a literatura ajudaram a visualizar o lugar e a condição desses homens, concebidos como mercadorias e instrumentos de trabalho. Nas mais variadas imagens artísticas, quando se encontrava um trabalhador em destaque, geralmente era realizando algum serviço dentro da roça. O estereótipo da arte reproduzia esses homens em “cativeiros”, misturados à paisagem das plantações, reafirmando a premissa da grande produção dos frutos de ouro. O estudo da imagem fez-se importante para que se visse como a este processo deixou marcas no corpo do trabalhador — o corpo era para o labor, fora isso, nada importava, as formas de vestir e as atividades fora da roça. O que estava sendo impresso era uma forma de ser e de se comportar nas fazendas.

A principal discussão a ser empreendida neste capítulo diz respeito aos sentidos que o tempo assumiu na vida do trabalhador que se tornou meeiro. Seu tempo, antes tomado pelo labor na lavoura de cacau e ritmado pelo mando do patrão, agora lhe garante novos modos de se relacionar com o trabalho e com as outras atividades assumidas em seu cotidiano. Nesta direção, seus corpos passaram a adotar contornos estabelecidos por movimentos, posturas e ritmos ditados por este tempo, sobre o qual assumem o lugar de proprietários. Tornar-se dono de seu tempo significa decidir quando e quais ocupações farão parte de seu dia a dia e como serão realizadas. O endereço e a moradia saltam como condição de possibilidade para tal organização do corpo e do tempo, configurando-se como fundamental para os espaços de trabalho, ócio e lazer. Faz-se importante esclarecer que, para esta pesquisa, assumiu-se que a noção de endereço pode ser respondida a partir da pergunta “onde?”, e a de moradia, a partir da pergunta “como?”.

3.1. TEMPO DA RUA E TEMPO DA ROÇA

Tal como foi descrito nos capítulos anteriores a grande maioria dos meeiros eram ex-trabalhadores do cacau ou seus filhos que permaneceram trabalhando nas fazendas após a crise de 1989. No entanto, muitos meeiros foram morar na cidade, ou seja, tinham endereços fora do meio rural. A parceria agrícola familiar ressignificou a fazenda, transformou as relações sociais e de trabalho. Então, notaram-se dois modelos culturais convivendo na fazenda: o urbano e o rural. Para cada um deles existia um tempo, que regulava as ações e os comportamentos dos meeiros.

O tempo

[...] diríamos, designa simbolicamente a relação que um grupo humano, ou qualquer grupo de seres vivos dotado de uma capacidade biológica de memória e de síntese, estabelece entre dois ou mais processos, um dos quais é padronizado para servir aos outros como quadro de referência e padrão de medida (ELIAS, 1998: 40).

Essas referências podem ser acontecimentos da natureza, como a posição do sol, o movimento das marés etc. A invenção do relógio, instrumento de medição do tempo considerado mais preciso, poderia ser pensada como um mecanismo de regulação dos comportamentos. Assim, as ações, as técnicas do corpo, podem ser vistas como os fios que tecem o tempo na vida das pessoas.

Quando em estágios precoces da sociedade, fez-se sentir a necessidade de situar os acontecimentos e de avaliar a duração de alguns processos no âmago do devir. Adquiriu-se o hábito de escolher como norma um certo tipo de processos físicos, limitando-se aos fenômenos naturais, únicos, como tudo que decorre do devir. Mas seu reaparecimento posterior conformava-se a um modelo semelhante, quando não idêntico. Essas sequências recorrentes, como o ritmo das marés, os batimentos do pulso ou o nascer e o pôr do sol ou da lua, foram utilizadas para harmonizar as atividades dos homens e para adaptá-las a processos que lhes eram externos, da mesma maneira que foram adaptadas, em estágios posteriores, aos símbolos que se repetem no mostrador de nossos relógios. (ELIAS, 1998:8)

O tempo, como colocado por Norbert Elias (1998), tem uma relação com o devir, que está ligado ao hábito de escolher e de situar acontecimentos. O devir ou o vir a ser do grego significa o mesmo que mudança. Trata-se de um conceito que exprime o movimento da transformação do ser — aquilo que vem a ser. Os homens e seus imperativos desenvolveram

mecanismos para impor, através do tempo, o seu devir sobre outros homens. Ou seja, o tempo, na atualidade, tornou-se mecanismo de regulação dos comportamentos, servindo como uma forma de ação comunal de uma pessoa ou um grupo sobre outras.

Por muitos anos, como colocado no capítulo I, o trabalhador do cacau viveu sobre a imposição da vontade do patrão, através das relações de trabalho, e o seu tempo era pensado como moeda. Os acontecimentos do seu dia estavam moldados em um processo de realizar os comandos que lhe foram ordenados e, para que isso acontecesse, havia o cabo de turma, que se incumbia de vigiar e garantir ao máximo o tempo do trabalhador em prol da produtividade. O trabalhador se torna liberto quando seu tempo obedece ao seu devir, a sua forma particular de mudança. Se por um lado a crise impôs ao proprietário uma reestruturação no seu comportamento, para que a sua fazenda não fosse fechada, falisse ou virasse assentamento, por outro lado, os trabalhadores passaram a experimentar, com a parceria, a possibilidade de serem donos do seu tempo. O meeiro situa os acontecimentos da sua vida de acordo com a sua vontade. Uma conversa entre Osmar de Oliveira e Genivaldo dos Santos durante uma entrevista é ilustrativa.

Osmar – Eu prefiro continuar aqui mesmo na parceria, na diária eles querem prender o cara, não querem dar folga nem nos finais de semana.

Genivaldo – Aqui na parceria é bom, com um patrão desse que não é trançado ninguém vai embora, o camarada fica, o camarada fica mesmo. Não tem perturbação.

Emiliano – O que é patrão trançado?

Osmar – Patrão trançado é patrão enrolado.

Genivaldo – Patrão que quer passar a perna no pião, ele quer enrolar o cara.

Osmar – Exemplo: ele vende o saco de cacau mais caro e diz que foi mais barato.

A necessidade fez com que o patrão deixasse de ser o mandão para se tornar, no máximo, trançado, que seria um tipo de golpista, que busca, a partir de artimanhas, ganhar vantagens sobre os meeiros. Para estes, a “ficha” era simbolicamente a forma de perder a autonomia de escolher como regular a sua vida. Sem ela e com a parceria, o patrão não tinha mais o poder de ajustar a sua vontade sobre os outros.

O tempo na parceria foi dividido em duas categorias: a) o tempo da rua; e b) o tempo da roça. Esses tempos se articulam com o trabalho e por sua vez com técnicas corporais.

- a) O tempo da rua está associado a um modo de organizar a vida pautado no modelo cultural urbano. Trata-se de um tempo em que as horas dedicadas ao trabalho são os marcadores mais importantes. É mais comum entre os meeiros

que foram diaristas e agora moram na cidade e obedecem a um círculo mensal de pagamento de contas. Acostumados a trabalhar de acordo com o regime de CLT, apesar de, na prática, como diaristas, trabalharem bem mais, consideram que a dedicação ao trabalho deve perfazer oito horas por dia em dias de semana e quatro horas nos sábados. Neste contexto, a folha de ponto torna-se instrumento de registro, controle, medição e organização do dia.

- b) O tempo da roça configura-se como um tempo de autonomia, no qual uma rotina é criada a partir das necessidades do meeiro, podendo ser mutável de acordo com o imponderável. Este tempo é moldado pelo devir do meeiro que regula seu período de trabalho e descanso e por eventos naturais como o clima, chuvas, pragas e fungos. A ocorrência destes implicaria numa intensificação ou redução do trabalho na lavoura do cacau, impedindo ou permitindo a dedicação a outras atividades. Os meeiros mais afeitos ao tempo da roça têm a produção anual, a safra e quanto ganham no ano como importantes marcadores. O mês ou os horários de chegada e saída na roça tinham pouca importância.

Faz-se importante esclarecer que, nesta dissertação, todos os meeiros, independentemente de se guiarem pelo tempo da rua ou pelo tempo da roça, são avaliados como donos de seu tempo, na medida em que, ao aderirem à parceria, como já explorado anteriormente, deixam de ter suas vidas organizadas pelo mando para organizarem suas vidas como consideram mais viável. Assim, tanto seguir um tempo mais urbano quanto seguir um tempo mais rural estaria dentro de um leque de escolhas disponíveis para o meeiro.

Um dos entrevistados, ao ser questionado sobre a relação com o proprietário da terra, respondeu enfatizando a diferença de modelos de trabalho, os quais diferenciam o tempo da roça e o tempo da rua. Esta distinção regula as atividades e, conseqüentemente, os corpos desses meeiros.

Emiliano – E Bocais dá em cima de vocês?

Crispino – Não, ele deixa o camarada sossegado, não tem problema, não.

Emiliano – Mas tem dono de fazenda que dá em cima do serviço?

Crispino – Tem dono de fazenda que quer chegar às sete horas, e o camarada já tá trabalhando, pegar das sete horas e arriar às 12, e pegar uma e largar às 4. Querendo fazer do meeiro como quem trabalha na diária, mas aqui, Bocais, não. Se o cara falar assim “vamos pra roça” ou se o cara falar “não vou pra roça” pra ele tá bom do mesmo jeito, ele não se preocupa não. A meia é bom porque o cara fica descansado, o camarada não trabalha o dia todo, vai na roça a hora que quer, volta a hora que quer.

O entrevistado menciona duas possibilidades de relação com o tempo e o trabalho, demonstrando preferência para as circunstâncias em que pode tornar-se dono de seu tempo, em que os momentos de trabalho são definidos por ele mesmo e pelas fazendas nas quais os donos não querem fazer do meeiro um diarista. Ele não era “diarista” e não tinha obrigações de assumir um regime de trabalho moldado pela CLT — as normas da CLT foram moldadas de acordo com o trabalho na cidade, pensando no proletariado urbano e adaptadas para o rural. Os seus horários eram a “hora que quer”, o seu tempo era de acordo com sua intenção e vontade, que deveriam ser respeitadas pelo proprietário da terra.

Todas as relações de trabalho vistas no capítulo I servem para demonstrar como o poder era exercido através do controle do tempo. O entrevistado menciona como a relação entre o proprietário da terra e o parceiro é algo importante, pois ele tinha consciência de que existia uma diferença do que acontecia na diária e na meação. A sua condição dava a ele o direito de definir a hora, o seu querer, a sua vontade.

Essa noção de diária trazida pelos interlocutores parceiros, mesmo sem nunca terem sido “fichados”, corresponde ao período antes de 1989. Por isso, fez-se necessário entender como aconteciam essas relações, que eram vistas como formas de exploração e de “cativeiro”. Os capítulos anteriores servem para explicar quais as referências dessas pessoas para se colocarem como trabalhadores, sócios ou mesmo parceiros.

Prancha A - O tempo da roça

©Emiliano Dantas



A prancha A foi montada com vistas a explicitar a categoria *tempo da roça*, com o intuito de descrever algumas situações extralabor que evidenciem que a vida do meeiro não é mais para o trabalho. A prancha A ilustra essa liberdade do meeiro que se tornou dono do seu tempo. Trata-se de uma sequência que narra parte do cotidiano na fazenda, com relações familiares e entre meeiros. São imagens de atividades variadas, como assistir TV, ficar em família ou com outros meeiros conversando e simplesmente olhar o tempo passar pela janela. Essa primeira prancha é sobre homens e mulheres que tinham autonomia para usar o dia como quisessem. Eles davam ritmo às suas atividades de formas variadas, não existia um método a ser seguido ou norma que se repetia com espaços de tempo pré-determinados.

John Dawsey (1997) menciona que o trabalhador da cana-de-açúcar, o chamado “boia-fria”, que morava na favela, tinha suas características próprias para medir os acontecimentos diários.

Na favela, creio que o relógio diário era, em grande parte, o círculo de tarefas de algumas mulheres que permaneciam durante o dia na vizinhança, mantendo redes de reciprocidade e articulando os seus afazeres com as idas e vindas de pessoas que se encontravam em movimento entre locais de trabalho e moradia. Se, de um lado, essas mulheres davam forma a uma noção de tempo que Thompson chama de “orientação às tarefas” (task-orientation), por outro, esperava-se delas frequentemente o comportamento de um relógio. “Manoel Cavalo”, que trabalhava numa empresa, xingou a sua mãe na madrugada em que ela deixou de “funcionar” conforme esperado, fazendo com que o filho “perdesse a hora” e colocando em risco o seu emprego. Com o apoio de vizinhas, a mãe de “Manoel Cavalo” se defendeu: “Não sou despertador!”. Creio que o lado misterioso do cotidiano dessa experiência social tem a ver com a maneira com que concepções de tempo contrastantes se articulam, reificando-se nos movimentos corporais de mulheres. Trata-se de um mistério bastante cotidiano. (DAWSEY, 1997: 5).

Os comportamentos e os movimentos corporais das mulheres na pesquisa de Dawsey (1997) regulam o tempo, tornam-se referência para as várias tarefas cotidianas, medindo os acontecimentos diários da vida. Essa citação ajuda a pensar a maneira como o meeiro organiza suas atividades, com um tempo determinado para acontecer, sendo “experiências sociais” articuladas em movimentos e ações singulares do grupo. Assim, os ciclos de plantação e colheita do cacau, o momento de encontro dos companheiros da fazenda — seja para a labuta ou para o lazer — e os horários de refeição parecem se constituir importantes marcadores do tempo do meeiro.

O tempo da roça, dentre outras coisas, servia, no sentido maussiano, como fonte de reciprocidades, pois favorecia que os meeiros trocassem o tempo de trabalho. Eles se juntavam e iam realizar serviços para ajudar determinado parceiro da fazenda, e esse favor é

um código moral que deve ser retribuído. Ademais, para além de um momento de prestação de favor, esta ajuda gera situações de distração e companheirismo. Woortmann (1986), em uma etnografia, percebeu essa troca de tempo como código moral, em oposição a uma relação mercantilista entre sitiantes sergipanos.

Dentro dos sítios, as necessidades de trabalho são satisfeitas através da troca de tempo, para usarmos o termo local. Essa troca não é pensada como trabalho, mas como ajuda entre iguais, e que será retribuída. É uma atividade descrita mais como festa que como labuta; o que informantes enfatizam ao falar dessa troca era seu aspecto ritual. (WOORTMANN, 1987: 32)

A troca gera um sentimento de classe e ratifica os interesses em comum e a possibilidade de contar um com o outro para o trabalho. Neste sentido, o tempo da roça acaba por se constituir em uma atividade que aproxima e agrega integrantes que se identificam como sendo do mesmo grupo. Entretanto, a ideia de tempo da roça não se restringe a momentos de trabalho, inclui também o descanso, a conversa, o lazer e o ócio. Estes períodos de ócio, observados durante a pesquisa de campo, lembram que “o ser humano não quer ‘por natureza’ ganhar dinheiro e sempre mais dinheiro, mas simplesmente viver, viver do modo como está habituado a viver e ganhar o necessário para tanto” (WEBER, 2009: 53). Os meeiros vivem um ritmo no qual trabalham para suprir suas necessidades, eles fazem o necessário, junto com a sua família, para conseguir o sustento.

Na meia sempre dificulta mais para gente, porque é um negócio que é mais descansado, a gente vem a hora que quer, vai a hora que quer. Mas na diária o cabra tem que pegar 7h, fica até as 12h, almoça e depois vai até 4h e no sábado trabalha até às 11. A meia mesmo a pessoa não lucra muito, é mais descansado, e também o ganho vai indo, tem roça que produz mais e quando pega um de cacau bom a coisa entrona. (CRISPINO DE JESUS, Itajuípe)

No tempo da roça, as diversas atividades exercidas pelos meeiros não apresentavam conflitos. Parecia haver uma harmonia, na qual o ritmo do corpo ditava os horários. As famílias dos meeiros pesquisados trabalhavam em média seis horas por dia, as horas restantes eram dedicadas a atividades diversas. Daí vem a ideia de que a meia deixa o trabalhador “mais descansado”, mesmo que isso possa gerar um lucro menor.

Em uma conversa entre José Pereira (avô) e Crispino Santos (pai) sobre Rafael (filho), que estava afastado há dois dias da roça e do serviço, pode-se perceber como o foco de suas preocupações é distinto, deixando pistas em relação ao funcionamento do tempo da rua e do tempo da roça.

Pereira: Sim, cadê o menino? Hoje já é segunda-feira, rapaz!

Crispino: Rafael me subiu para buscar um CD, mas até agora não voltou.

Pereira: Rapaz, você dá um jeito no seu menino. Como é que o cara sai e vai numa distância daquela, rapaz, como é que pode?

Crispino: Né comigo não, né comigo não! Meus pião quem manda é eu, num tem um pião aí, eu quero ver eu vestir a calça e dizer bora esparramar na roça pra ver se num cai no guará, amanhã é dia de roça.

O avô era guiado pelo tempo da rua, demonstrava preocupação porque o neto tinha saído e era segunda-feira, dia de labor na roça. Por sua vez, o pai reage sem preocupação pela falta do filho naquele dia, mas sim pelo fato de que ele tinha que obedecer às suas ordens, que eram “esparramar na roça”, independentemente do dia.

Percebeu-se que o avô era acostumado ao tempo da rua, por isso não entendia como o neto não estava trabalhando na segunda-feira. O pai pensava e se comportava diferente, pois ele sempre foi meeiro e acostumou-se a viver no tempo da roça. Então, o que importava para o filho ser aceito na sua casa era a disposição para o trabalho, ou seja, “esparramar na roça”. O menino estava crescendo com a influência do tempo do pai, e não mais do avô, ex-trabalhador da roça, assalariado. O entrevistado explica o significado de esparramar, dando pistas sobre a não obrigatoriedade em relação ao cumprimento de horários: “Ah! Esparramar é: ‘Bora cair no mato? Bora!’. Aí sai pra roça. Pra não perder tempo. Vamos esparramar logo pra não perder tempo.” (CRISPINO DE JESUS, Itajuípe).

O trabalho no tempo da roça era fundamental, porque dele a família tirava sua sobrevivência, tendo como código principal a disposição para se “esparramar”. Esta disposição favorecia a integração ao grupo, contando com a participação de filhos, amigos ou qualquer outra pessoa que participasse da parceria. A expressão “se esparramar” acionava a troca de tempo e dizia que naquele momento era hora de se disponibilizar para o trabalho entre iguais. Quem dava seu tempo pertencia ao grupo de meeiros da fazenda como igual e deveria ser retribuído quando solicitasse o tempo do amigo.

O tempo da roça inseria o homem num processo de experiências sociais, que constituíam verdadeiros sistemas de solidariedade entre iguais em um dado contexto cultural. A forma de entender essa marcação de atividades não era por um relógio ou por uma folha de ponto, mas sim por um conjunto de técnicas corporais impregnadas de hábitos motores, gestos e falas que são reproduzidos dentro da fazenda e que se assemelha a uma comunidade de pessoas com “vinculação afetiva, originária e essencial” (DURHAM, 2004:219).

Prancha B - Técnicas do corpo

©Emiliano Dantas



3.2. O CORPO MEEIRO

As fotos feitas na pesquisa para “representar” os meeiros nas pranchas A e B introduzem uma visão do cotidiano relacionado ao tempo da roça, com ações rotineiras dentro da fazenda. Essas pranchas começam a localizar o corpo meeiro na roça, ou no meio rural, tendo em vista a forma de vestir-se, o descanso e o trabalho. Neste sentido, os meeiros percebem a si mesmos como diferentes dos “homens da cidade”, como pode ser detectado no trecho abaixo.

Genivaldo dos Santos – Roça mesmo só para eu mais Braz, que já tá tudo pegado, né não, Braz?

Crispino Santos – Nós é bicho do Sertão!

Genivaldo dos Santos – Bicho veio encroado do Sertão!

A associação do homem da roça a um “bicho” é uma forma de pensar a condição no meio rural, que exige um corpo endurecido por uma vida trabalhando em uma atividade árdua. O diálogo que segue é elucidativo.

Crispino: [...] tem muitas coisas que as pessoas da cidade não conhecem né! [...] Aqui pra gente da roça... E tem muitas coisas que a gente da roça não conhece que a da cidade conhece. Aí tem uma diferença bem grande. Oh, Dudu, que diferença tem da pessoa da roça pro da cidade?

Genivaldo: Rapaz... Tem muita diferença. Tem várias, se for reparar bem, tem várias, né! Várias diferenças que tem do povo da roça pro da cidade... Porque... Até o jeito de conversar, de andar... Né?! Tem várias diferenças: o jeito de conversar, de andar... Você pode ver que é diferente do povo da cidade pro povo da roça. O da cidade gosta de andar com muita pose, muita gíria, e o da roça anda normal por aí. O caipira mesmo. O caipira mesmo! Fala de todo jeito, anda de todo jeito, não tá nem aí... O da rua não, o da rua é todo tirado... Cheio de gíria, tal...

Crispino: É, né, todos que gostam de falar com as pessoas da roça, querem dar uma de... De boêmio, sem ser...

A partir deste trecho, pode-se perceber como os interlocutores da pesquisa se veem diferentes do homem da cidade, até mesmo em relação a seus corpos. O mencionado “jeito de conversar, de andar” constitui técnicas corporais que distinguem os modelos culturais urbano e rural. Bourdieu (2006) estudou as oposições entre urbano e rural vividas em uma sociedade camponesa que passa a sentir os efeitos das técnicas corporais urbanas penetrando no mundo rural. O autor salienta que entender as técnicas corporais não era o estudo dos “hábitos motores”, mas sim como o camponês “passa a perceber seu corpo como corpo cunhado pela impressão social, como corpo *empaysanit*, rude, carregando o traço das atividades associadas à vida camponesa” (BOUDIEU, 2006: 87). Em relação aos meeiros, podemos perceber esse

corpo *empaysanit*, que eles caracterizam “bicho do sertão”, como um corpo que é associado à vida rude das roças de cacau. Trabalhar na roça do cacau é ter consciência de que se vive “encruado” em uma vida de dificuldades.

Bourdieu (2006) relata que o camponês, quando toma consciência do seu corpo, por ser rústico e por ter uma condição social e econômica diferente do urbano, torna-se infeliz, na medida em que é atribuído um sentido pejorativo à condição camponesa de seu corpo. Nesse contexto, também pode-se observar o meeiro como alguém que toma consciência do seu corpo e vive essa tensão entre julgar os valores urbanos como sendo melhores ou seguir os modelos sociais de seu contexto. Neste percurso, o seu corpo passa a ser admitido por ele como uma condição irreversível e confundida à falta de oportunidade de outros trabalhos: “roça é só para quem não tem mais saída, pra quem já tá”. Assumindo, assim, um estereótipo que ele não quer que seus filhos tenham em seus corpos. O entrevistado comenta sobre sua relação com o campo e a consciência que faz da sua condição:

Gosto de roça, acostumei. Agora eu sempre falei com os meninos: vocês procura um emprego na cidade, porque só eu mesmo gosto de roça, tô acostumado. Agora vocês tão tudo novo, têm tudo pela frente, têm futuro pela frente, têm que procurar a cidade, procurar emprego na cidade para ir se virar. Roça né eu só mesmo gosto de roça, aí tem que ficar na roça. Agora “esses menino” de hoje tem estudo, tem que procurar um emprego. Pra estudar para ir pra roça não adianta, pra estudar pra puxar biscó, então, não adianta nem estudar, tem que procurar emprego na cidade (GENIVALDO DOS SANTOS, Itajuípe).

A educação escolar seria esse passaporte para sair da roça e ter a vida na cidade, uma condição social e econômica boa, ou melhor que no campo. O meeiro acaba por visualizar sua condição como de alguém sem alternativa, que vive “encruado”, com privação de bens materiais e de dureza do labor. Essa consciência fazia o meeiro se perceber na sua condição, por vezes infeliz, de um corpo *empaysanit*. Esses corpos, que se articulavam no tempo da roça e tinham as suas técnicas corporais comuns entre os iguais, se configuravam como “verdadeiros sistemas solidários a todo um contexto social” (BOURDIEU, 2006:85). Ou seja, ao constituir as técnicas corporais, constrói-se um sistema solidário que estrutura e organiza o grupo, mesmo que seja com uma visão de um corpo *empaysanit*.

Quando o pai tinha uma ligação sentimental e uma identificação com a vida na roça, ele, mesmo morando na “rua”, levava a família para a fazenda. A figura do pai possuía um prestígio que fazia com que ele exercesse certa influência sobre a mulher e os filhos, ocupando o lugar de uma pessoa a ser imitada, na forma como trabalhava na roça, como falava, andava e conversava com os amigos. Assume-se aqui o conceito de Mauss (2003) de

prestígio, de acordo com o qual imitamos porque observamos ações bem-sucedidas de pessoas que exercem autoridade sobre nós. Trata-se de um paradoxo pensar que um meeiro que se vê como um corpo *empaysanit*, ou “bicho do sertão”, e que diz para seus filhos não seguirem esse modelo, exerce um comportamento de influência sobre seus filhos para que se tornem também meeiros. O trecho abaixo é um exemplo de como estar atento e disposto a aprender o labor da lavoura é valorizado.

Aquele pequeno, o Mateus, é mais inteligente que o Rafael, porque o Mateus, se ele vê você fazendo uma coisa ali, ele tá de cá olhando, depois que você saiu, se você mandar ele fazer, ele faz. Mas já o Rafael não tem isso não, você tá mandando ele prestar atenção em uma coisa e ele tá prestando em outra coisa. Aí ele leva na brincadeira e tal e nunca aprende nada. (CRISPINO, Itajuípe)

Os comportamentos do pai eram observados pelo filho mais novo e, segundo o pai, ele não precisava nem ensinar, o menino aprendia olhando. Já o filho mais velho não, era considerado mais trabalhoso e disperso, porque não se interessava pelas ações do pai na roça. Na prancha B há uma sequência de Mateus e de Osmar de Oliveira trabalhando na barça, na qual pode-se perceber as posições e o jeito do corpo trabalhar. Na análise das fotografias, verificou-se que o jogo entre corpo e sombra mostrava o movimento, aproximando a imagem de duas pessoas de gerações diferentes.

Além de mostrar como são os movimentos de um barcaceiro, o objetivo de associar essas imagens foi demonstrar como existem técnicas corporais comuns, pois, vendo o pai ou o amigo trabalhar, as pessoas aprendem. Assim, o corpo vai se moldando e entrando em um tempo de atividades que está de acordo com a meação, a parceria. Quando questionado sobre o que gostava mais, se da roça ou da cidade, o entrevistado Mateus respondeu o seguinte:

Mateus: Eu gosto mais da roça do que da cidade, aqui eu posso ficar andando e na cidade eu fico preso, não posso sair, vou para escola depois tenho que voltar para casa.

Emiliano: O que vocês fazem durante o dia?

Mateus: De manhã, a gente vai para a roça e de tarde eu passeio, durmo, brinco. A escola eu parei, tava muito ruim de ir todo dia. Como passa um ônibus para Itajuípe, vou estudar lá. (MATEUS, 11 anos, Itajuípe)

O filho se identificava com a figura do pai, imitando seus comportamentos na roça, como ele também estava aderindo ao estilo de vida dos meeiros de trabalhar, descansar e se

divertir. Ele abandonou a escola na Ruinha²³ para entrar na escola de Itajuípe, porque não precisaria ficar morando na rua, na casa da avó. Com um transporte público que ia da fazenda para escola de Itajuípe, ele poderia morar na roça.

Por outro lado, o filho mais velho não gostava de trabalhar na roça, ele se interessava por outras coisas, queria ser policial e preferia a vida na cidade. Neste caso, temos o choque entre o meio rural e o urbano, no qual um dos irmãos prefere viver na roça, e o outro, na cidade. Aqui, pode-se salientar outro processo, no qual se experiencia a vontade de não viver a vida no campo, de possuir um corpo que se opõe ao “bicho brabo do sertão”, que seria o corpo “incamponeizado”, em oposição ao termo *camponeizado* encontrado em Bourdieu (2006). Incamponeizado seria o corpo que vivia na roça, mas que não se encaixava no estereótipo do camponês ou mesmo não queria viver no contexto rural. O termo *camponeizado* é a tradução literal de *empaisanné*, que consta no texto original de Bourdieu, no qual o autor faz uma menção ao sistema de atitudes corporais narrados por Mauss.

Outro entrevistado também passava pela mesma situação, pois tinha dois filhos, sendo que um “leva jeito”, e o outro, não. Os dois trabalhavam na parceria, mas apenas um deles tinha o contrato no seu nome, como comentado por pelo pai. “O mais velho leva mais jeito, o Leandro; o Maxuel não é chegado no trabalho no campo não, num é bem chegado não” (GENIVALDO DOS SANTOS, Itajuípe).

A ação prestigiosa pode acontecer pela influência da figura do pai, da mãe, de amigos ou de alguém da fazenda em quem a criança ou o jovem vai se espelhar. Mas muitos do grupo vão morar em casas nas cidades ou distritos próximos, o que vai expor a família ao mundo urbano e a outros modelos de referência. Quando isso acontece, aquela criança ou jovem pode passar a querer imitar tanto corporalmente como as indumentárias da cidade. O prestígio podia levar o corpo do filho do meeiro a seguir diferentes caminhos, bastava que ele se sentisse autorizado a imitar ou mesmo que tivesse uma identificação com a moda (MAUSS, 2003).

Nesta perspectiva, pode-se associar os meeiros ao corpo do camponês de Bourdieu (2006), pois ambos podem ser analisados como agentes com contradições, com subjetividades, estratégicos e envolvidos em movimentos de transformações e não em inércia de reproduções sociais. São corpos que agem e escolhem caminhos sem missões dentro de estruturas rígidas. O meeiro, assim como o camponês de Bourdieu (2006), tem corpo com paixões e com comportamentos transitórios, um corpo que age. Isso pode ser exemplificado

²³ Distrito de Itajuípe que fica a menos de um quilômetro da fazenda Luiza.

pela vivência dos integrantes das famílias que se adaptavam à roça ou apenas aguardavam uma chance para se emancipar do meio rural.

Os pais tinham um discurso da vida na roça como sendo dura, que não dava retorno financeiro, bens materiais ou conforto. Contudo, ao mesmo tempo, estavam constantemente questionando o comportamento do homem da cidade, como pode ser observado no trecho abaixo.

Genivaldo: Mulher bonita é na roça. Num é o quê? Tem cada moreninha bonita retada...

Emiliano: E elas preferem os caras da roça ou os caras da cidade?

Genivaldo: Bom, tem umas que preferem os caras da roça mesmo, e tem outras que não gostam de roça e que preferem os malandros da cidade. Ela gosta mais do cara da roça que é sério, porque o cara da rua só quer malandragem. Os caras novos da rua só querem malandragem com a dona da roça. Nada sério eles querem. Não é não, Brás? E o cara da roça, quando tá a fim de uma menina da roça, ele quer um negócio sério. Gosta de um negócio sério. E a maioria dos caras da rua é assim, é malandragem. O cara da rua quer a mulher pra usar e pronto.

Crispino: O cara da roça não, o cara da roça tem medo de se lascar na lata de leite ninho, de assumir o molequinho. O cara da roça tem um medo de justiça da disgrama, menino! É cadeia! Ele se lasca todinho pra assumir, pra num ir pra lá pra dentro. Porque é um negócio sério.

Na conversa, o homem da cidade é caracterizado como malandro, que não quer nada sério com as mulheres, somente usá-las, engravidá-las e abandoná-las. A menina da roça era vista como “moreninha bonita retada”, que gostava dos “caras” da roça quando eram sérios e comprometidos. Além destas características, em outros momentos de conversas no campo, os homens da cidade eram avaliados como arrogantes, que nem sequer falavam direito com o homem da roça.

Os dois parceiros do diálogo em questão podem ser vistos como de corpos *empaysanit*, rudes, fechados ao mundo moderno, que criavam estratégias para compor imagens negativas sobre o homem da cidade. Dessa maneira, podiam demonstrar seus valores e sua moral, além de reafirmar que seus corpos, na meação, eram “cunhados pela impressão social” (BOURDIEU, 2006: 87). Entretanto, mesmo com estes corpos, eles eram libertos, viviam no tempo da roça, não eram obrigados a viver dentro da fazenda à disposição do patrão, estavam na sua condição de autônomos para escolher como queriam se moldar e quais os modelos culturais queriam seguir.

Para esclarecer essa ideia do corpo meeiro, foi elaborada a seguinte classificação:

- a) O “camponeizado”, *empaysanit*, rude ou “bicho brabo do sertão” são os meiros

que têm o corpo “cunhado pela impressão social” da roça, que assumem o estereótipo de trabalhador rural rude. Aquele que vive e adota os modelos culturais do tempo da roça;

- b) O corpo “incamponeizado” é muito presente entre os mais jovens que estão tendo um contato maior com as cidades através da escola, televisão, passeios, etc. e começam a querer ter outra vida, diferente do meio rural;
- c) O “incamponeizado” ligado ao labor na terra se refere aos meeiros que moravam na cidade e mantinham uma relação de proximidade com a fazenda, seja sentimental ou mesmo física. Os corpos criavam estratégias para viverem os dois modelos culturais, urbano e rural.

Todos os casos citados vão se misturar no contato com a fazenda, o que dava ao meeiro um constante aspecto de transformação, mas também inseria a todos nas técnicas corporais do tempo da parceria. Até nos casos do “incamponeizado” e do “incamponeizado” ligado ao labor na terra — itens b e c da classificação acima —, que apresentavam confrontos de contextos culturais, a fazenda onde ocorria a parceria se configurava como um sistema solidário entre todos e, por isso, os participantes desenvolviam técnicas corporais comuns.

Rogers (2006) se refere, em sua dissertação, à percepção do corpo do camponês em Bourdieu a partir de uma perspectiva da qual a análise aqui empreendida busca se aproximar.

As estratégias matrimoniais nada têm a ver com um camponês *classe-objet*, fundamentado pelos teóricos das sociedades camponesas, mas com manobras, mudanças, ação de homens e mulheres embebidos por um jogo fascinante que é a vida e as vibrações dos corpos. Não se trata de um cumprimento da missão adâmica, proposta pelo ideário de uma literatura sobre sociedades camponesas, porém de negociações, de arranjos estratégicos à manutenção da *maison paysanne*. O corpo, em Bourdieu, não é desprezado, esquecido ou ainda silenciado, mas posto em jogo, posto a prova. Eis uma antropologia com o corpo e não sobre ele, em que o capital econômico e simbólico também conta como faceta do valorar (ROGERS, 2006:22).

Neste sentido, o corpo meeiro não é tomado aqui sob uma única lente, como linear, obedecendo à lógica causa e efeito ou como um todo congruente. O corpo meeiro é tomado como incompleto, em conflito, complexo e sempre passível de transformações. Trata-se de um corpo contextualizado, constituído simultaneamente como meio e com fim, como ferramenta e produto e, especialmente, como meio de estar no mundo. O corpo meeiro pode ser bruto ou negar o modelo do campo, preferindo o modelo urbano, mas chegou-se a uma

ideia de um corpo de “arranjos”, que joga o jogo das estratégias direcionadas por agentes “postos à prova” em um cenário de crise socioeconômica.

Um dos elementos fundamentais para colocar essas pessoas à prova em relação às suas escolhas era o seu endereço, se era dentro da fazenda ou na rua. Esse corpo ia ser moldado em espaços diferentes, negociando com modelos culturais distintos para, dentro de possibilidades por vezes contraditórias e limitações, assumir as técnicas corporais da parceria dentro da fazenda, constituindo um sistema solidário em prol da autonomia dos integrantes.

3.3. O ENDEREÇO E A FAMÍLIA NA ROÇA E NA RUA

Como visto no capítulo I, o contrato de parceria agrícola, em suas normas, favorece a permanência do parceiro na fazenda. Um dos motivos é que o parceiro (outorgado) tem o direito de receber uma casa para uso exclusivo com a família, caso não resida no meio rural. O parceiro (outorgante) deve dispor a residência higienizada para que a família possa morar, mesmo se este tiver uma “casa na rua”.

O endereço funcionava como um fator tão influente na vida dessas pessoas que optou-se por começar a estudar a família a partir dele. Assim será possível perceber os reflexos do estabelecimento da parceria na definição da moradia e, por conseguinte, nas configurações familiares. O contrato da parceria em si, de acordo com a ETR, é moldado para instalar a família no meio rural, criando benefícios que podem estimular a permanência de uma família que usufrui da terra. Nos comentários de um professor de direito, é possível perceber a manobra para fixar o trabalhador no campo:

Como é meação, esse trabalhador normalmente não trabalha sozinho, não podia trabalhar sozinho, ele tinha que ter alguém para trabalhar com ele, esse alguém para trabalhar com ele era a família e principalmente os filhos. A grande vantagem da meação é fixar a família no campo, porque o meeiro ia e levava a mulher, os filhos trabalhava, e essa renda era toda dele. (JOEL BRANDÃO, Itabuna).

Fixar a família seria uma forma de inserir todo o núcleo familiar como mão de obra necessária para uma gleba. O entrevistado, ao se referir à necessidade de “ter alguém para trabalhar”, quer dizer que as glebas eram grandes, e cada meeiro fica responsável por uma área que não foi projetada para o trabalhador individual. O fato de ter a família perto do local de trabalho é uma saída econômica e prática para períodos de grande demanda de produção. A

estrutura do contrato de parceria moldado para ter o trabalhador na fazenda e colocando-o à disposição junto com a sua família é antiga nas roças de cacau. A diferença foi que a crise transformou a administração da fazenda e agora quem tem autonomia para se organizar é o meeiro, que criou outras formas para interagir no (e com o) meio rural.

No estudo de Antonio Candido (1964) sobre os parceiros do Rio Bonito, há a percepção de que o sucesso da parceria não dependia só do parceiro (outorgado). Levando em consideração a produção por área, chegou à seguinte conclusão sobre o êxito da parceria:

A extensão da área cultivada por cada parceiro, bem como o êxito do trabalho dependem do número de braços com que podem contar cada um. Daí a importância econômica da família numerosa, que compensa o ônus representado pela infância e compensado a partir da puberdade. (CANDIDO, 1964: 90)

Se o parceiro contratasse outros homens, teria que pagá-los, e isto diminuiria sua renda. Para solucionar este problema, o parceiro teria que ser ajudado. A saída proposta por Candido (1964) é a participação da família no trabalho, que vem junto com a necessidade de moradia na roça. No entanto, nas situações pesquisadas nesta dissertação, os acontecimentos podem não se ajustar às normas estabelecidas pela ETR, e os parceiros (outorgados) muitas vezes preferem morar na rua, pois a crise ainda ronda o cacau e eles podem ter que passar pela boca do paradeiro.

Nesse sentido, essas necessidades, como de morar na rua, ou mesmo a falta de esclarecimento sobre as normas do contrato de parceria, foram consideradas como demandas que deveriam ser esclarecidas pelo sindicato. Viu-se no capítulo II como existia uma ausência dessa instituição que deveria funcionar como referência em instrução para os parceiros, mostrando um despreparo dessa instituição em relação a políticas específicas para este grupo. A seguir, constatou-se que o sindicato afirma indevidamente que o trabalhador rural tem preferência por viver na roça. Ver-se-á nas categorias sobre o endereço que essa postura do sindicato não condizia com as experiências do grupo pesquisado.

Neste contexto, as casas nas fazendas podem servir de moradia, bem como podem ser um ponto de apoio, ficando à disposição da família do parceiro. Das fazendas visitadas durante esta pesquisa, detectaram-se três tipos de moradia: a) endereço na fazenda; b) endereço na rua; c) endereço na rua e na fazenda. A partir de tais classificações, é possível analisar e descrever com quem moram e como são configuradas as famílias.

3.3.1. ENDEREÇO NA FAZENDA

Dentre os meeiros que moram nas fazendas, há aqueles que possuem casa própria na rua e os que não têm casa própria. Os que optam por residir na fazenda geralmente o fazem, porque ela fica muito distante da zona urbana, impedindo a volta para casa. No caso dos que não têm casa na rua, a fazenda acaba por ser uma opção de permanência, nem que seja temporária. Os que não adquiriram casa própria tinham como características em comum serem mais novos, com faixa etária em torno de 30 anos, e serem sempre parceiros, sem nunca terem trabalhado no regime de diária.

Alguns têm casa na rua, indo só nos finais de semana ficar com a família. Mas a maioria não tem casa e acaba por levar a mulher e os filhos para a roça. Esses são os que mais utilizam os benefícios da parceria, porque criam pequenos animais, consomem uma maior quantidade de frutos da fazenda e fazem pequenas roças de subsistência. Os residentes na fazenda que moravam com a família acabavam por levar todos para labutar na roça de cacau. Aqui é importante frisar que as mulheres participavam dos trabalhos com a mesma intensidade dos maridos. O comentário a seguir sobre essa relação da família com o trabalho é ilustrativo. “Rapaz no cacau agora não, essa colheita tá pouca e num tem precisão, mas na cortagem de mato é o jeito. Minha sorte é essa turma aí, se não fosse essa turma, não sei não.” (CRISPINO DE JESUS, Itajuípe)

A turma da qual o interlocutor se refere é a sua família, composta de mulher e filhos, que constantemente entravam na roça para trabalhar. Ao dizer que essa era sua sorte, ele destaca a dimensão da área que cuida e a quantidade de trabalho necessário para sua manutenção. Os seus filhos acabavam por ser prejudicados nos estudos, pois costumavam faltar às aulas para trabalhar na roça. A situação vivida por ele pode ser detectada entre outros participantes da pesquisa, como pode ser observado nos quadros e nas fotografias que seguem.

Quadro 10 – Os meeiros com endereço nas fazendas

Moradores das fazendas			
O casal	Filhos e parentes	Tempo de permanência na fazenda	Animais e horta de subsistência e renda com a parceria
Joel Henrique de Moura, 53 anos, e Joanice da Silva Santos, de 49. Estão casados há 35 anos. Os dois	11 filhos, dos quais 7 eram maiores de idade, dois trabalham na roça e são meeiros, nenhum desses mora com os pais. Os menores de idade ainda	Estavam na Morro Redondo (município de Barro Preto) há 3 meses. Moravam embaixo de uma barcaça sem luz e água encanada e não	3 vacas e 1 bezerro, 4 cabras e 8 galinhas. Plantavam macaxeira, coentro, cebolinha, batata-doce, inhame,

trabalham na roça. Não têm casa própria.	moram com os pais, são todas mulheres na faixa etária entre 11 e 16 anos. Vão para roça com os pais quando tem colheita. Junto com eles tem um dos irmãos da mulher, que vai para roça todos os dias. As filhas estudavam na escola pública de Barro Preto.	tinham contrato de parceria assinado. Aguardavam o proprietário chegar para resolver os problemas pendentes. Recebeu a roça 25 (A Morro Redondo tinha as glebas divididas em quadras) sem estar cuidada, cheia de mato.	maxixe e couve. Não tinha havido colheita, pois só conseguiram limpar a roça.
Crispino de Jesus Santos, de 34 anos, e Robelia Pereira dos Santos, de 40 anos. Ela é a segunda esposa de Crispino e não tem filhos. É a madrastra das crianças.	Os três filhos de Crispino são Rafaela de Jesus Santos, que mora na rua para tomar conta da avó que era separada do avô. Os meninos são Rafael de Jesus Santos, de 13 anos, e Mateus de Jesus Santos, de 11 anos. Todos eles estudam em um distrito de Itajuípe chamado Ruinha.	Estavam na fazenda Luiza, em Itajuípe, há três anos e moravam na casa do antigo administrador. Tomavam conta da roça do Feliz e tinham recebido a roça limpa e cuidada. Tinha contrato de parceria assinado, 50% na divisão dos frutos, e guardavam os recibos de venda de cacau. O nome da mulher não constava no contrato da parceria.	Plantavam cebolinha, maxixe, coentro e macaxeira. Criava 6 galinhas e um galo. Tinha dois cães e passarinhos. A sua colheita referente a 2012 foi de 120 arrobas, ficando 60 para ele, sua renda anual foi de R\$ 6.000,00, uma média de R\$ 500,00/mês.
Jackson Gonçalves dos Santos, de 41 anos, e Márcia Oliveira dos Santos, de 40 anos. Moram sozinhos na roça, e a família vai visitá-lo nos finais de semana.	As duas filhas têm 8 e 10 anos, não moram na roça e estudam na cidade de Itabuna. Elas não vão trabalhar no cacau.	Estavam na fazenda há um mês e não tinham contrato assinado, morava em casa de um antigo administrador sem luz e água encanada. O seu contrato não estavam batido e aguardava o proprietário para resolver essa questão.	Não criavam animais nem plantavam ainda, pois tinham pouco tempo na roça e ainda estavam trabalhando muito para limpar o mato que cobria o cacau. Não tinham colhido nada e não tinham renda.
Antônio Lira de Almeida, de 62 anos. Separado de Josefa Amâncio de Almeida, de 66 anos. Mora sozinho na roça.	Teve cinco filhos. Todos já atingiram a maioridade e moram sozinhos. Dois trabalham como meeiro em roças de cacau.	Estava na fazenda Serra Grande há seis meses, tomava conta da roça da Paca, a qual tinha recebido limpa e em condições de colheita. Tinha contrato assinado. Seu contrato era de 45% dos frutos colhidos.	Criava 8 galinhas e não tinha roça de subsistência. Tinha colhido no ano de 2012 (em seis meses), 50 arrobas de cacau, o que lhe rendeu 22,5 arrobas, gerando em média R\$ 375 por mês.

Prancha C - Família de Crispino de Jesus

Sequência I

©Emiliano Dantas



Sequência II



Sequência III



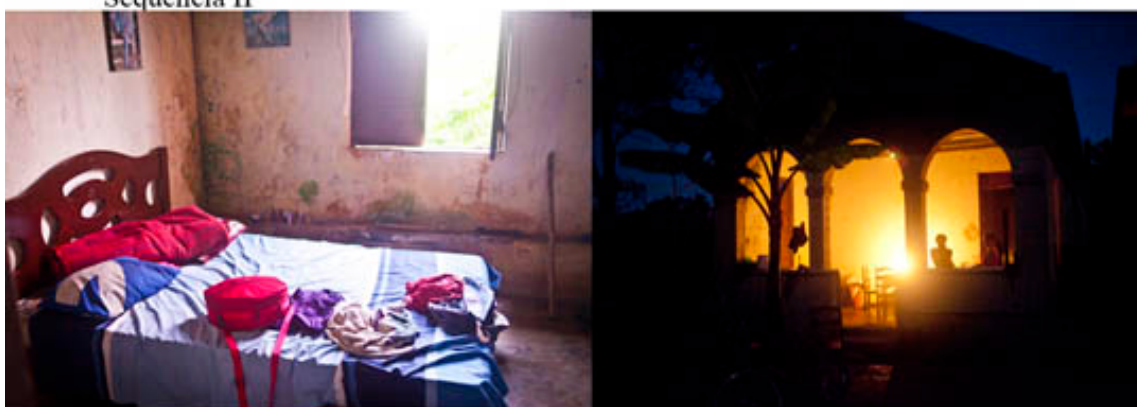
Prancha D - Família de Joel Henrique de Moura

Sequência I

©Emiliano Dantas



Sequência II



Sequência III



As fotos da sequência II das pranchas C e D abordam a estrutura física da casa. Morar nas fazendas pode significar ter que adaptar-se a casas sem encanamento, falta de luz e espaços reduzidos para famílias numerosas. O banho na fazenda Luiza, para os moradores, continua a ser no riacho, da mesma forma desde que a fazenda foi inaugurada, há mais de quarenta anos. A cozinha ou fica do lado de fora, em uma pequena cabana, ou dentro de casa, sendo que, quando é interna, as paredes ficavam todas manchadas com a fumaça.

As mulheres assumem as tarefas domésticas: elas arrumam a casa, lavam os pratos, fazem a comida e carregam lenha para o fogo. Tratam seus maridos com muito respeito, são recatadas e ficam mais tempo dentro de casa. Os homens transitam muito e acabam por ficar nas áreas comuns da sede da fazenda por muito mais tempo; a parte mais usada por eles na casa era a varanda. Eles também eram responsáveis por colher frutas e faziam pequenos consertos no lar. As crianças têm que encontrar um equilíbrio entre trabalho, estudo e brincadeira, o que não é fácil, pois constantemente elas têm que se encarregar de funções domésticas ou mesmo da roça, como ficar virando o cacau na barça ao lado da casa.

As sequências III das pranchas C e D foram relacionadas para mostrar a unidade da família e o trabalho. A casa representa o espaço onde pessoas tecem alianças, geram herdeiros, incorporam agregados, cunhados, primos, netos e demais parentes. Portanto, o espaço físico da moradia acaba por ser um lugar de pessoas com disposição para o trabalho — os que participam da casa têm que trabalhar na roça de cacau e/ou para o lar.

Nas famílias C e D, que constam nas fotos, puderam ser observados casos de reconfigurações domésticas. Na primeira da prancha C, a mulher não era a mãe biológica e sim a madrasta, esposa do segundo casamento. Além do cuidado com a casa, as roupas e a alimentação, ela assumia o papel de mãe das crianças. A maneira como a criança se refere à madrasta é elucidativa.

Mãe, ela faz tudo dentro de casa, ela lava roupa, faz comida, limpa a casa, passa pano. Ela cuida da gente, ela faz tudo e pai não faz nada. Na hora do banho tem que ferver água e destemperar com fria, porque ele não toma banho frio no rio não. E é mãe que faz tudo e prepara o banho dele. (MATEUS DE JESUS, Itajuípe).

Ao se dirigir à madrasta, o entrevistado a chama de mãe, pois é ela quem cuidava. A mãe biológica tinha se casado novamente com um homem da rua e antes disso abriu mão de cuidar dos filhos. O pai disse que a separação da ex-mulher ocorreu da seguinte forma:

Ô, moço, ela num guentou não o serviço. A vida na roça num é brincadeira não, ela vivia reclamando. Ai, rapaz, acordei um dia e a mulher tinha ido embora, fiquemos eu e os meninos. Foi quando arrumei essa mulher aí. (CRISPINO DE JESUS, Itajuípe)

As crianças ficaram com o pai, que continuou assumindo os filhos. A primeira mulher, segundo ele, foi para a rua, porque a vida na roça é difícil e “não dá nada a ninguém”.

No caso da prancha B, tinha um irmão da mulher do meeiro que perdeu o emprego e sofreu um acidente. Ele se juntou à família, porque encontrou a possibilidade de ter onde viver e trabalhar. A entrevistada narrou da seguinte forma a chegada do irmão:

Esse meu irmão levou uma queda do telhado e quebrou os dois tornozelos, agora ele tá melhor, vai ficar aqui com nós pra trabalhar. Ele num sabe não trabalhar na roça, nunca trabalhou, mas daqui a pouco ele aprende. (JOANICE DA SILVA, Barro Preto)

Nos dois casos, o da madrastra e o do cunhado, pode-se perceber um engajamento com o núcleo familiar pautado na solidariedade e cuidado mútuo, que extrapola o ambiente interno da casa para assumir contornos de pacto para o trabalho. Para ser aceito em casa, fazer parte da família, se integrar no grupo, tem que ir para a roça de cacau, o que significa entrar em uma rede de sociabilidade movida por solidariedade de trocas simbólicas que não são necessariamente mercantilistas — os novos integrantes das duas famílias não recebem dinheiro da venda do cacau, eles trabalham para a manutenção da casa.

A união dos meeiros pode ser analisada como um comportamento pautado na coletividade formada por pessoas morais. São chefes de família que participam de um “sistema de prestações totais” (MAUSS, 2003: 191), no qual as trocas não são bens ou presentes de indivíduo para indivíduo. Esse sistema se apoia no coletivo e o obriga a manter, através das famílias, um sistema de trocas e contratos. Essas trocas são de “amabilidades, banquetes, ritos, serviços militares, mulheres, crianças, danças, festas, feiras, [...]” (MAUSS, 2003: 191), e não necessariamente de objetos concretos. Entre os meeiros, pode-se detectar trocas de tempo, serviços, empréstimo de crianças para o trabalho, comida, vigia da produção para o outro e mulheres.

A ideia aqui pensada de disposição para o trabalho diz respeito a integrar-se a um grupo que tem uma ordem moral pautada na disponibilidade para o trabalho, podendo ser em uma família da casa e/ou em um grupo de meeiros da fazenda, pois, além das casas onde os meeiros residem, existe um sentimento de unidade e agregação de parentes e amigos. Ou seja, a fazenda pode desempenhar um papel de casa coletiva para todos, como comentado por um dos entrevistados.

O que vai acontecer é que tem fazenda, tem fazenda que a maioria dos trabalhadores não tem união um com o outro, tem essa também né. Vamos supor assim, aqui no caso tem eu e Braz, aí Braz chega e diz “Dudu, dá pra você quebrar cacau comigo?”. Aí eu digo “ah num vou não”. Da outra vez eu chamo ele, aí ele fala também num vou, aí num tem união. A gente faz o serviço todo e o lucro fica para um só do mesmo jeito. O problema é ter união, às vezes tem quatro, cinco trabalhadores na meia e não tem união de um para ajudar o outro nas horas de precisão (GENIVALDO CECÍLIO DOS SANTOS, Itajuípe).

O trecho da fala de Genivaldo dos Santos reivindica uma parceria entre os meeiros, uma espécie de pacto de união pelo tempo. Ele sabe que um trabalhador não é suficiente para conseguir realizar todos os serviços da roça. Esta é a mesma percepção de Candido (1964) ao dizer que o êxito da parceria dependia do número de braços da família do parceiro. A unidade do grupo na fazenda Luiza se estende para os meeiros, os braços se multiplicam em prol do benefício de um só e de todos ao mesmo tempo, um tipo de troca, pautada na solidariedade, que, visando o individual, gera o bem coletivo.

Nas fotos I das pranchas C e D, podem ser visualizados os momentos de lazer e de ócio, a hora em que todos conversam e ficam “sem fazer nada”, apenas “vendo o tempo passar”. Pode ser incompreensível ver trabalhadores parados sem trabalhar no turno da tarde, mas eles preferem descansar e realizar outras atividades.

3.3.2. ENDEREÇO NA RUA

Os que moram na rua conseguiram comprar uma casa em algum bairro da periferia da cidade mais próxima da fazenda. Todos os dias iam para a roça de bicicleta, carregando suas ferramentas, alguma comida e um cachorro, levando frutas para a família quando voltavam. A bicicleta e a moto era o meio de transporte diário da fazenda para a rua. O perfil era de homens com mais de 50 anos, aposentados, que trabalharam antes do fungo na diária e “fichados”.

Foi visto, nos capítulos anteriores, que a crise da vassoura-de-bruxa, em 1989, causou demissões. Os que eram “fichados” foram indenizados, usando esse dinheiro para comprar as suas casas. Foram encontrados também casos de meeiros que ganharam a casa de algum parente, como, por exemplo, de filhos que conseguiram uma condição econômica melhor. Nessas “moradias da rua”, é comum adaptar-se um negócio para ampliar a renda familiar, como bar, venda, lanchonete etc. Esses meeiros que estabeleceram suas moradias fora da

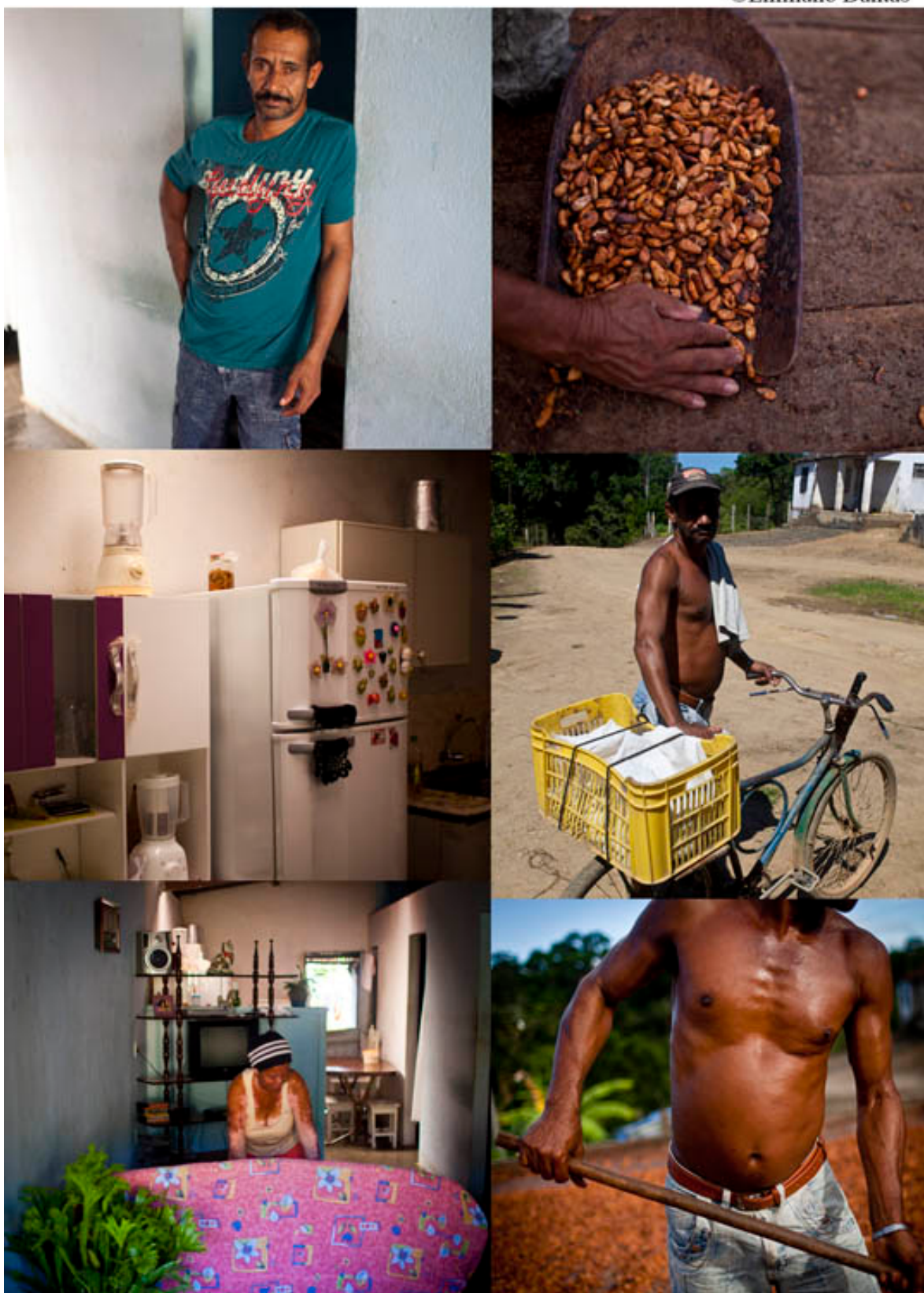
fazenda, na cidade, construíram uma relação mais estreita com o meio urbano, pois seus filhos não mais recebiam educação do meio rural, não iam mais para a roça, a mulher ficava em casa cuidando do lar e fazendo atividades extras, como lavar roupas, fazer faxinas e vender comidas para a vizinhança. A vida do trabalhador com moradia fora da roça, principalmente para esses ex-diaristas, ganhou um significado diferente no momento em que eles saíram da fazenda e foram morar na cidade, passando a viver no tempo da rua. Nestes casos, a família do meeiro não acompanhava o serviço na roça de cacau.

Quadro 11 – Os meeiros com endereço na rua

Morar na rua e trabalhar na roça			
O casal	Filhos e parentes	Tempo de permanência na fazenda	Horta de subsistência e renda com a parceria
Osmar Gomes de Oliveira, de 60 anos, mora com a mulher. Aposentado por tempo de serviço. Tem em sua casa, junto com a mulher, um pequeno comércio de venda de cerveja. A casa era própria no bairro Coração de Jesus, que fica na cidade de Itajuípe.	Tiveram cinco filhos dos quais nenhum era meeiro. Todos viviam e trabalhavam na cidade.	Osmar trabalha na fazenda Luiza há 8 anos, como meeiro. Tem contrato de parceria assinado, guarda as notas fiscais e recibos de venda de cacau. Recebe 50% dos frutos da parceria e o nome da mulher não era incluído no contrato da parceria.	Tem uma pequena horta de subsistência em casa. Planta maxixe, cebola, coentro, cebolinha e couve. Colheu em 2012, 211,45 arrobas de cacau, e teve um lucro de R\$ 881,04 por mês.
Clóvis Francisco dos Anjos, de 70 anos, é casado com a mesma mulher há 50 anos. É aposentado por tempo de serviço e tem uma casa própria em Buerarema.	Tiveram três filhos e nenhum trabalha na roça.	Trabalha na Fazenda São Bento há mais de 7 anos, com contrato de parceria assinado. Guardava as notas e os recibos de compra e venda de cacau. Seu contrato de parceria previa um lucro de 45% dos frutos produzidos na fazenda.	Não tem roça nem cria animais. Colheu, em 2012, 100 arrobas de cacau e teve uma renda média mensal de R\$ 375,00.

Prancha E - Osmar de Oliveira

©Emiliano Dantas



Prancha F - Clóvis Francisco dos anjos

©Emiliano Dantas



Nas pranchas E e F, temos sequências de fotos que, do lado direito, representam a casa, os bens de consumo e o trabalhador vestido como homem da cidade, além da mulher que cuida do lar e não vai para a roça. Essas representações visuais foram de meeiros ex-diaristas, homens que optaram por manter uma residência fixa na cidade, sem perder o contato com o meio rural, já que continuaram trabalhando neste meio. O fato de terem se tornado autônomos não os fez sair do tempo do trabalho assalariado, eles viviam de acordo com o tempo do empregado mensalista, categorizado mais acima como o tempo da rua.

Para Sigaud (1979), que fez um estudo com trabalhadores da cana-de-açúcar da década de 50 sobre a mudança de suas moradias dos engenhos para fora, a rua, quando os trabalhadores deixavam de morar nas sedes e iam para a rua, lhes proporcionava a liberdade da sua força de trabalho por dois motivos: o primeiro diz respeito a eles deixarem de estar disponíveis a qualquer momento que o patrão quera; e o segundo se refere a perderem suas “fichas” e tornarem-se livres, donos da sua força de trabalho, podendo vendê-la a quem quisessem.

A discussão desta autora sobre a moradia torna-se interessante para esta pesquisa porque os movimentos de saída dos engenhos também aconteceram nas fazendas de cacau. Muitos trabalhadores saíram das fazendas, nas décadas de 1960 e 1970, e foram morar nas cidades. A saída do trabalhador da fazenda causava um deslocamento do conjunto familiar. Antes o grupo vivia confinado em um universo rural, e depois passaram a viver a vida da cidade. Com o passar do tempo, os filhos dos trabalhadores do cacau acabaram por viver e assumir a vida na cidade.

Os meeiros das pranchas E e F passavam por isso. Suas famílias tinham adotado modelos culturais urbanos. Estes foram ex-diaristas, tinham os comportamentos corporais do trabalhador da cidade. Eles eram aposentados, mas continuavam o labor na roça, fazendo o que sempre fizeram e o que aprenderam ao longo de toda a vida: trabalhar com cacau. Assim, a opção pelo endereço na cidade congrega a manutenção do trabalho com o cacau, a convivência com as características assumidas atualmente pelas fazendas, a adoção do tempo da rua e um modelo de vida mais urbano.

Estes elementos passaram, então, a ser sopesados para avaliação daquele que é ou não um bom meeiro. Durante a pesquisa de campo, escutou-se mais de uma vez que era difícil conseguir um bom parceiro. O trecho abaixo, de entrevista com um advogado e ex-professor, traz essa ideia.

Uma dificuldade, não é fácil encontrar um meeiro bom agora, porque primeiro a família dele não mora mais no campo, ele não tem mais a

liderança com a família dele, nem hoje ele consegue segurar os filhos pra trabalhar com ele. Os filhos vão embora e acabou-se. Não ficam com ele, não querem ficar na roça absolutamente trabalhando, ele vem para cidade, ele estuda, às vezes faz um ginásio perto e não quer mais saber de roça. Então, o que que eles estão fazendo, é outra coisa: como é que o meeiro vai atender as suas necessidades se no fim do mês o patrão não adianta o ordenado? Ou o patrão adianta ou ele escolhe um aposentado. A história é toda essa, eu quero um meeiro, vou para um aposentado, porque o aposentado todo mês recebe uma aposentadoria, com isso ele compra também os mantimentos. (JOEL BRANDÃO, Itabuna)

O entrevistado traz a questão dos filhos do trabalhador vivendo na cidade, considerando que esses trabalhadores acabam por “perdê-los” como mão de obra familiar, já que eles escolhem outra condição fora do meio rural. O endereço salta como um fator determinante na vida desses meeiros, porque, quando saem da roça e vão para a cidade, a família é introduzida no cotidiano urbano e o trabalhador passa a ser uma mão de obra solitária.

Os ex-diaristas que viviam regulados pelo tempo do salário aprenderam a trabalhar na roça, mas seus filhos e mulheres não mais passam por esses ensinamentos, eles agora vivem na cidade. O pai não exerce mais uma ação prestigiosa na vida do filho. O trabalho e os comportamentos da roça não são mais imitados pela família. Acontece, então, um movimento contrário ao anterior: em vez de a família se inserir na roça, era o pai que, além de ser acostumado a viver no tempo do assalariado, passava a adotar a moda e os costumes da cidade.

O trecho de entrevista acima chama atenção também para as dificuldades financeiras dos parceiros, o que gera uma situação em que os aposentados são tidos como mais apropriados para o contrato de parceria, por já terem um salário mensal garantido. Assim sendo, o aposentado torna-se, na visão de muitos proprietários de fazendas, um “meeiro bom”, na medida em que, dispondo da aposentadoria, ele poderia se sustentar nos meses da boca do paradeiro e podia tirar dinheiro para investir na roça.

Por outro lado, os meeiros parecem ter uma visão diferente da apresentada na entrevista anterior — explorada acima — sobre o aposentado investir sua aposentadoria na roça.

A roça só não dá assim se você tiver um benefício para jogar dentro dela. Tem muitos aposentados que pegam uma roça de meia, aí o dinheirinho da aposentadoria vai comendo ali dentro. Quando chega o ano, ele não tirou nada e o que ele vai botar em conta, a aposentadoria deles ficou mais do que a roça deu ali dentro. Aí onde chama de prejuízo, é um negócio desse tem que tirar de dentro da roça para aplicar nele, no cara. (CRISPINO SANTOS, Itajuípe)

Não só o dinheiro da aposentadoria, mas o Bolsa Família ou qualquer outro benefício recebido, de acordo com o entrevistado, não podia ser colocado na roça. Eles ponderavam que adubo, herbicidas e fungicidas eram caros e podiam não render um aumento de produção que compensasse o investimento. Nos contratos de parceria, esses insumos são pagos de acordo com a porcentagem do lucro dos frutos das partes. Por exemplo, se o contrato foi de 55% para o proprietário da terra e 45% para o parceiro, a divisão de qualquer produto entra nessa porcentagem de pagamento. Entretanto, a mão de obra é de inteira responsabilidade do parceiro, que precisa de ajuda, e se ele for pagar por fora a alguém “da rua”, seu lucro vai diminuir muito. A dimensão dos gastos fez os integrantes da pesquisa avaliarem que a melhor saída era não investir na roça, mas mantê-la bem cuidada a partir do esforço individual e do grupo.

A ausência de famílias nas fazendas pode ter favorecido o surgimento dos esquemas de solidariedade entre as pessoas de uma mesma propriedade, como já analisado anteriormente, já que a ideia do sucesso da parceria se deve à quantidade de braços disponíveis para o trabalho na roça (CANDIDO, 1966). Um homem só dificilmente consegue realizar todos os serviços de uma gleba, ele precisa do apoio da família ou de outras pessoas. Além disso, os cuidados na plantação de cacau precisam ser intensos. Em resumo, um trabalhador dificilmente consegue realizar tudo sozinho.

Os dois meeiros das pranchas D e F, os quais foram representados entre a vida na cidade e a vida na roça, participam de uma forma de solidariedade que está de acordo com a ideia de disposição para trabalhar. Eles integram a unidade do grupo de parceiros da propriedade, sem a presença da família; eles participam das quebras dos demais e permutam dias de trabalho. Quando se faz necessária uma grande quebra de cacau nas suas glebas, os parceiros se juntam e trabalham em prol especialmente daqueles que não têm família presente. Eles atendem ao código de “esparramar na roça” e em benefício do coletivo, o que mantém uma unidade e a rede de solidariedade.

Então, a fazenda constitui um grande grupo, que tem um funcionamento próprio e no qual os moradores e trabalhadores desenvolvem técnicas corporais que se configuram como verdadeiros sistemas de solidariedade que envolvem os meeiros em um contexto. A unidade nas propriedades consistia no fato de adaptar-se aos códigos de funcionamento que podem ser exemplificados pela troca de dias de trabalho — quem é ajudado tem a obrigação moral de ajudar quando necessário. A disposição para o trabalho criou uma forma de resolver as necessidades do grupo. Com isso, integram-se os componentes que moram na cidade e os que

moram no meio rural, participando do pacto demarcado no ritual da quebra do cacau. No trecho abaixo, o entrevistado comenta sobre o funcionamento da parceria: “Aqui a gente faz uma parceria combinada, que é tudo concordado, você vai quebrar cacau, aí vai e ajuda aquele outro, toma conta da barçaça um do outro, é uma parceria combinada” (CRISPINO SANTOS, Itajuípe).

O “combinado” é o código que rege as solidariedades da parceria. Basta que os integrantes do grupo chamem para “esparramar na roça” que ocorre uma união em uma ação conjunta. Os meeiros das pranchas E e F, mesmo acostumados a trabalhar na diária, entraram no ritmo das fazendas que têm contrato de parceria. Nos lugares onde ocorreu a pesquisa, os interlocutores trabalhavam até as 13h em média, começando entre 6h e 7h da manhã. E mesmo esses parceiros que moravam na rua não trabalhavam o dia todo, ao meio-dia eles iam embora para suas casas para realizar atividades diversas que ajudam a manter sua renda mensal.

Na prancha E está representado o parceiro que saía da roça às 13h e ia cuidar do seu barzinho. Apesar de a roça estar sob sua inteira responsabilidade, ele se adaptou ao cotidiano da fazenda, ao ritmo de trabalho do grupo e às incertezas da vassoura-de-bruxa. O fungo podia provocar uma boca do paradeiro a qualquer safra. Então, o tempo dele trabalhar e a média da sua produção era compatível com o resto do grupo, mas o tempo do ócio, de conversar e descansar, não era igual ao dos moradores da roça, pois havia o trabalho no bar. O trecho abaixo ilustra esta diferença entre as rotinas de Osmar e Crispino.

Pai dorme a tarde toda, ele acorda para ver a novela, todo mundo vê a novela, nós vê todas as novela. Ele também fica conversando a tarde toda com Pereira, Dudu e Bocais, quem não fica é Mazão, ele acaba o serviço e vai logo pra casa. (MATEUS SANTOS, Itajuípe)

O entrevistado se referiu a Osmar de Oliveira, que está representado na prancha E, como Mazão, apelido pelo qual é conhecido. Nessa fala, o garoto relata um cotidiano na roça do qual Mazão não faz parte. A integração dos que moram na cidade ocorre pela harmonia com o grupo na adesão ao tempo de trabalho da fazenda. No contexto da fazenda, no qual a disposição para trabalhar acontece como um pacto de união, os integrantes trazem mais agregados da rua, que se juntam nos rituais da quebra de cacau. Da mesma forma que a família da prancha C tinha uma madrastra que se juntou com disposição para o trabalho na roça, os parceiros que moravam na rua também traziam gente de fora para se juntar nos períodos de quebra.

No caso desses agregados, reforça-se a ideia de união a partir da disposição para o trabalho. Tal disposição é capaz de (re)configurar famílias e/ou incorporar membros ao grande grupo das propriedades. A família ainda vivencia outro processo caracterizado pela troca de parentes, como, por exemplo, os netos que iam morar com os avós ou a inclusão de filhos emprestados na família para trabalhar na roça de outros meeiros.

3.3.3. ENDEREÇO NA CIDADE E NA ROÇA

Por último, há o caso dos que moram na cidade e usam uma casa da fazenda como ponto de apoio. Esses vão e voltam para a roça de carro ou bicicleta e levam as mulheres para ficarem na casa da roça durante o dia. Muitos são aposentados, e a casa da rua já era uma propriedade adquirida. Eles não tinham negócios nas suas residências, até mesmo porque preferiam passar o dia no meio rural. O que aparentemente proporcionava certa tensão eram os fatores climáticos que poderiam dar origem à boca do paradeiro.

Quadro 12 – Os meeiros com endereço na rua e na roça

Morar na rua e na roça			
O casal	Filhos e parentes	Tempo de permanência na fazenda	Animais e horta de subsistência e renda com a parceria
Genivaldo Cecílio dos Santos, de 47 anos, casado com Renilda Bispo dos Santos, de 45 anos. Eles têm uma casa na rua e uma casa na fazenda.	Os filhos são Maxwell Bispo Cecílio dos Santos e Leonardo Bispo Cecílio dos Santos. Além de morar com o pai, eles são meeiros e dividem uma roça na fazenda Luiza, a mesma do pai.	Estava trabalhando na fazenda Luiza há dois anos. Tem contrato de parceria assinado e guarda os recibos e notas de venda de cacau. Sua porcentagem no contrato é de 50% dos frutos colhidos na fazenda. O nome da sua gleba é roça do Gerson.	Não tem horta de subsistência, cria cachorro e galinhas. Sua renda em 2012 foi de 274,60 arrobas, na qual teve direito a metade. O seu lucro anual ficou em torno de R\$ 1.144,16.
Maxwel Bispo Cecílio dos Santos, de 21 anos, e Leonardo Bispo Cecílio dos Santos, 22 anos, filhos de Genivaldo. Não são casados, moram na casa da “rua” do pai e na casa da roça.	Não têm filhos.	Estavam trabalhando há um ano na fazenda Luiza e dividiam uma roça e um pedaço de outra com outro meeiro. Eles tinham uma gleba e meia. O contrato de parceria estava no nome de Leandro, o nome de Maxwell não constava.	Leandro tinha uma pequena roça de subsistência e não criava animais. Os dois juntos colheram em 2012 um total de 82,66 arrobas de cacau. Tiveram direito a 50% desse total e ficaram com lucro de R\$ 344,41 por mês.

		Eles tinham direito a 50% dos frutos colhidos e guardavam notas e recibos das vendas de cacau.	
José Pereira dos Santos, de 77 anos, é casado com Iraci Maria de Jesus. Tem casa na rua, mas vive na roça. Quem cuida da casa na rua é uma neta. Ele era aposentado.	Teve nove filhos e todos trabalharam na roça. Cinco são meeiros. Um deles era Crispino de Jesus Santos.	Estava na fazenda Luiza há 1 ano e dividia uma gleba com outro meeiro. Não pegava a roça toda por ter já uma idade avançada. Tinha contrato assinado de parceria e recebia 50% dos frutos colhidos.	Tinha uma horta com macaxeira, cebolinha, maxixe, coentro e batata-doce. Não criava animais e tinha colhido, em 2012, um total de 63 arrobas. Essa produtividade gerou uma renda R\$ 262,5 por mês.
Magno de Souza Oliveira, de 48 anos, e Maria Senhora Martins Dias, de 52 anos. Casados há cinco anos. Eles têm uma casa no bairro de Califônia que está no seu nome e da sua mulher. O nome dela não consta no contrato de parceria. Eles têm uma casa na roça na qual os dois iam diariamente.	Não têm filhos juntos, mas Magno tem 5 filhos, e Maria Senhora tem seis filhos de outros casamentos. Magno e Maria tinham filhos trabalhando na roça de cacau como meeiros.	Magno estava na Fazenda Serra Grande há cinco anos, sua gleba era chamada de Órfão. Tinha contrato assinado e recebia 45% dos frutos colhidos.	Tinham galinhas na fazenda. Em 2012, ele colheu 120 arrobas, o que lhe rendeu R\$ 500,00 por mês.

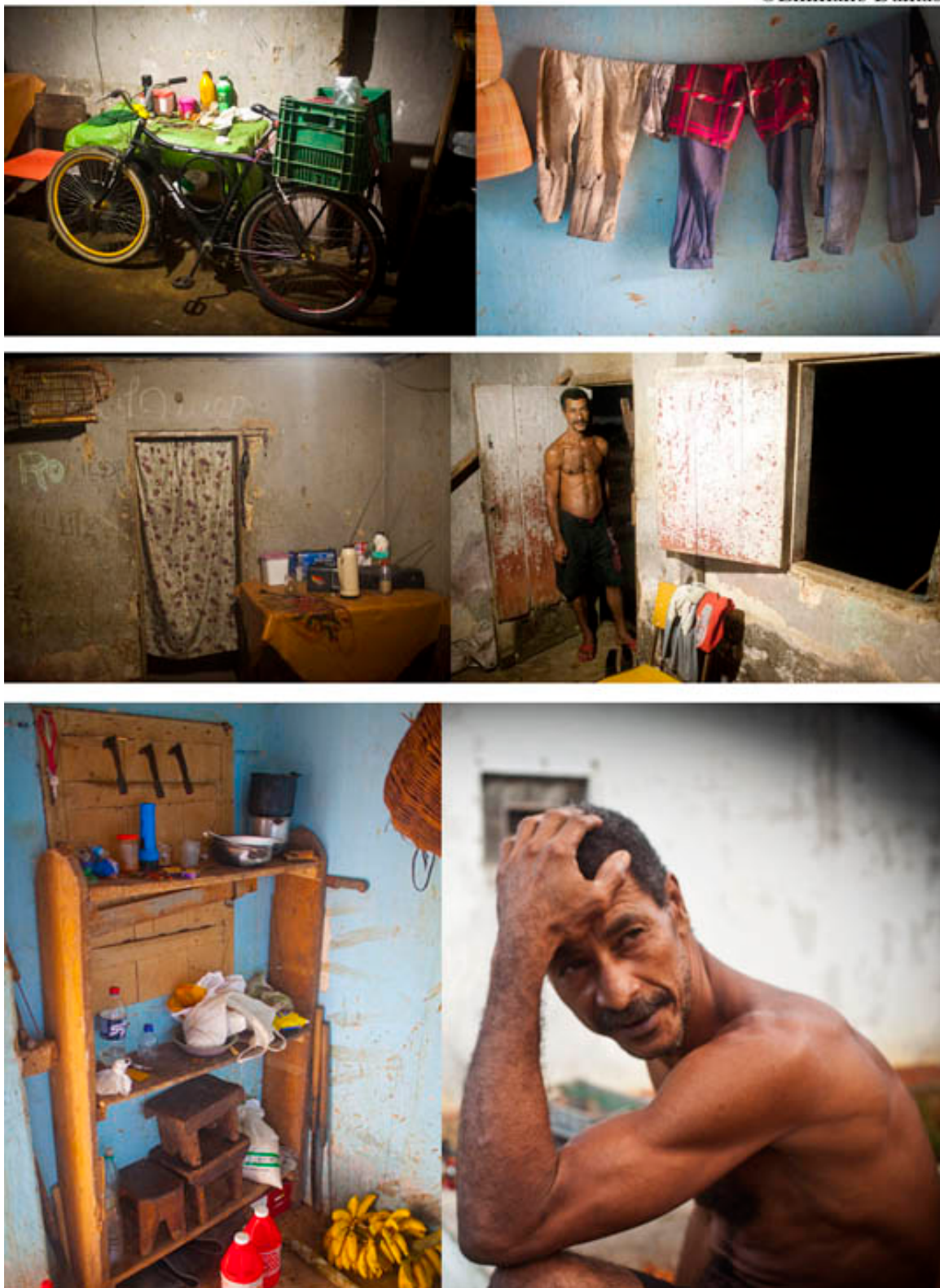
Prancha G - Família de Genivaldo Cecílio dos Santos

©Emiliano Dantas



Prancha H - Família de Genivaldo Cecílio dos Santos

©Emiliano Dantas



Prancha I - Família de José Pereira dos Santos



©Emiliano Dantas



Prancha J - Família de José Pereira dos Santos

©Emiliano Dantas



As pranchas G e I mostram as casas da rua, usadas para dormir ou como base quando precisam resolver algum problema na cidade. Os integrantes da pesquisa, que também foram ex-trabalhadores rurais “fichados”, compraram essas casas para ter um imóvel próprio, e comprar uma casa em uma zona periférica da cidade pode ser mais barato do que uma casa na roça. Uma outra vantagem apontada é que a casa na cidade permite uma articulação com parentes, porque, se vários parentes morarem no mesmo bairro, há a possibilidade de manutenção de reciprocidades que vão da rua até a roça. Ou seja, é possível manter uma rede de apoio e solidariedade na rua.

A família da prancha E, de Genivaldo dos Santos, era um exemplo dessa agregação. Todos moravam no mesmo distrito de Itajuípe, chamado Ruinha. Neste lugar estavam os primos, irmão e amigos que, com disposição para trabalhar, atendiam ao chamado para “esparramar na roça”. Trata-se de um “sistema de prestações totais” que envolve um grupo chefiado geralmente pela figura dos pais. Mas acontecia também de estarem unidos para “esparramar” em alguma atividade de cuidado e suporte da família, chefiados pela mãe nestas situações. “Naquela quebra tinha um mutirão de gente, porque minha família é tudo unido. É desse pessoal que na hora da precisão vem me ajudar, meus cunhado, tudo que é parente, e cunhada todo mundo vem” (GENIVALDO DOS SANTOS, Itajuípe).

Enfim, existia a união dessas famílias para se ajudarem na roça e na rua, pela disposição para trabalhar e disponibilidade para dividir tarefas, visando a melhoria da produção do meeiro. Neste sentido, as ideias de Candido (1966) podem ser vislumbradas no caso de Genivaldo, em que o sucesso da parceria dependia dos braços para realizar o serviço: quando os parentes da rua integraram-se na roça, ele colheu o dobro da maioria dos meeiros da fazenda.

Nas pranchas H e J estão representadas as casas da roça, que são mais simples do que as da rua. De modo geral, a estrutura das casas e os bens eram muito humildes. No entanto, não foi percebido qualquer discurso de incômodo com esta situação. A impressão é de que eles se acomodavam com facilidade às circunstâncias. Além disto, eles tinham um código moral entre os amigos que conviviam na roça que permitia que frutas e outros insumos ligados à terra pudessem ser distribuídos sem rigor.

Os meeiros analisados nesse contexto, mesmo tendo uma casa na rua, não se acostumavam a viver fora da roça. Mesmo os interlocutores que foram “fichados” que viveram por anos sendo assalariados com casa na rua tinham uma preferência pelo meio rural. Eles se acostumaram à reconfiguração das relações de trabalho após 1989, estavam integrados

e seus comportamentos eram de acordo com o grupo. Eles só saíam da fazenda para dormir e, às vezes, dormiam lá mesmo. O entrevistado comenta como se sentia na cidade e no campo:

Não gosto não de ir na cidade, eu passo mal. Veja só, sábado e domingo eu tô aqui, e época de São João eu tô aqui, tô aqui de boa, eu não gosto da cidade, passo mal mesmo. Eu gosto mesmo é da roça (GENIVALDO DOS SANTOS, Itajuípe).

Existiam nesses interlocutores uma relação de identificação com a vida na roça, e o fato de haver mudanças de relação de trabalho, a passagem do “fichado” para o “meeiro”, talvez tenha intensificado o vínculo deles com a terra. Nesse grupo, perceberam-se algumas questões que podem ser pensadas como ligação entre o meeiro e a terra. Esse, adaptando-se às transformações, pode ter resinificada a sua identidade.

CAPÍTULO IV

4. TERRA, AUTONOMIA E TRABALHO NA ROÇA

Nos primeiros capítulos, tem-se o trabalhador com uma única opção de autonomia, a venda do seu tempo. A mão de obra negociada entre patrão e empregado envolvia um baixo salário e dedicação exclusiva. Essa relação tornava a terra um lugar de “cativeiro”, os trabalhadores tinham que estar à disposição do serviço sempre que o patrão mandasse. A terra era o lugar de plantar cacau; este, por sua vez, como visto anteriormente, não podia ser consumido, o trabalhador não podia nem chupar um fruto. Onde se labutava, não se tirava o alimento; nesse lugar, o cabo de turma vigiava para que o cacau desse o máximo de lucro para o proprietário.

A parceria promoveu um (re)encontro do meeiro com a terra. Onde antes foi um lugar de “cativeiro”, agora era um espaço para ser administrado por ele livremente. Um contrato de parceria garantia a exploração dessa terra e direito aos frutos produzidos. O cacau passou a ser do meeiro também, que podia usá-lo conforme a sua vontade e da sua família. Mesmo que não fosse suficiente a produção cacaueira para a subsistência, a terra dava também frutos para serem vendidos na feira, comidos e dados como presentes.

O objetivo deste capítulo é mostrar possíveis leituras sobre terra, autonomia e trabalho na roça, articulando essas categorias para analisar como os meeiros se relacionavam com a terra, entre si e suas formas de autonomia.

Foi a partir da terra que o meeiro passou a adquirir sua identidade de parceiro, desde seu nome na gleba até as relações sociais entre os tempos da rua e da roça, passando pelo seu corpo meeiro, posto à prova por causa de uma crise aguda. Quando a terra não dava o suficiente para seu sustento, era o momento de partir para a rua, mas aqueles que eram ligados a ela voltavam e se conectavam novamente no tempo da roça.

Na terra, através do trabalho, aprendiam-se, ensinavam-se e imitavam-se (MAUSS, 2003) os comportamentos dos pais, filhos e/ou de amigos. Na terra de labor, as técnicas do corpo eram aprendidas. A gleba, como lugar de trabalho e de relação entre o grupo, era o palco de uma cerimônia de reciprocidades e de sentimentos, já que as quebras de cacau simbolizavam a união de parentes e amigos da rua e da roça para beneficiar um meeiro e seu grupo.

4.1. TERRA

O ex-trabalhador assalariado, “fichado”, quando passa a ser parceiro, autônomo, dono do seu tempo e sócio do proprietário, atribui um novo sentido à terra, uma terra em condições diferentes daquela enquanto eram diaristas. Se antes a terra significava o “cativeiro”, o local da venda de trabalho e exploração, com a crise, isso muda, e a terra passa a ser vista como sua. “[...] nós trabalha livre no que é nosso, na meia precisa ter o cuidado de cultivar o cacau, se não o pé não bota cacau [...]” (MAGNO DE OLIVEIRA, Ilhéus).

A terra passa de “cativeiro” para um espaço de confraternização da quebra do cacau. Como visto no capítulo II, as fazendas onde antes existia o labor para o patrão que mandava e regulava o trabalho pelos vigias chamados de cabos de turma — impondo longas jornadas que, se não fossem cumpridas, causariam punições ao trabalhador —, passou a existir um lugar de liberdade.

Woortmann (1987) traz no texto *Com Parente Não se Neguceia* um paradoxo que consiste na ideia de liberdade para os camponeses. O liberto seria o pai, que manda na terra, controla seu trabalho e seu tempo, encontra-se na sua condição máxima de liberdade, que seria garantida pelo sítio, a sua “cápsula protetora”. Por outro lado, o sítio o prende dentro da tradição do parentesco — a terra é um patrimônio e como tal deve permanecer na família de geração em geração. Os casamentos eram pensados em família, não de forma individual. No estudo de Woortmann (1987), o camponês era liberto e preso, diferentemente dos meeiros, que tinham um chefe de família ligado à terra, dono do tempo, sem ser preso pelas alianças matrimoniais arranjadas, já que o seu patrimônio, quando existia, não era a terra para plantar, mas sim uma casa na rua.

Dawsey (1997) analisou a forma como o boia-fria tinha quebrado o vínculo com a terra, situação vivida também por vários trabalhadores das roças que viraram meeiros, sendo que, mesmo com uma casa na rua e inseridos no mundo urbano, eles optaram por delinear novos significados e relações com a terra.

O tempo de comer do “boia-fria” ocorria no espaço do trabalho, mas esse espaço não era “terra de morada”. “Boias-frias” comiam sob a vigilância de um turmeiro ou fiscal. A comida fria sinalizava a distância física, corporal e emocional entre casa e trabalho; dramatizava a quebra de vínculos com a terra. (DAWSEY, 1997: 85)

O morar na terra é algo que vincula o trabalhador ao campo. Este pode ser visto como um dos motivos pelos quais os meeiros querem ter uma casa na fazenda. Se antes de 1989 existia o cabo de turma vigiando o tempo para o trabalhador de cacau comer e voltar ao labor,

em 2013 isso não existia mais para esses meeiros. Eles acabam o trabalho na hora que bem entendem, voltam para suas casas e comem a comida quente feita pela mulher. Em 2013, o vínculo entre família e terra estava restabelecido, o corpo estava presente físico e emocionalmente.

Mas o sucesso da parceria não depende só de uma família numerosa ou de um grupo “unido” em uma fazenda. Há um segundo fator determinante para este sucesso: é a qualidade da gleba. Segundo os meeiros, “se a terra é boa, o cara fica”; quando não é, logo ocorre o êxodo. A gleba de um dos entrevistados era considerada a melhor da propriedade, o que significava uma produtividade maior. Os aspectos para que isso acontecesse eram variados, como: a quantidade de vegetação nativa, a posição do solo, os pés de cacau existentes etc.

Um caso de troca de gleba encontrado durante a pesquisa por um dos interlocutores foi quando ele deixou o Cacetamento pelo Chifre²⁴.

O Cacetamento é uma roça safreira e, como a gente tem bastante despesa, daqui que esse cacau sai... Dificulta muito e a roça de cá é bem melhor que a de lá, teve uma oportunidade tem que abraçar. Agora é um lugar mais difícil, é serra, é mato maior que lá embaixo, mais perigoso, em compensação é mais lucrativo. (JAMILSON DE OLIVEIRA, Ilhéus)

Ao apresentar os seus motivos para troca, o entrevistado deixa claro que prefere uma gleba que produza cacau em épocas diferentes do ano, ao contrário da “safreira”, produtora de cacau em períodos específicos. Mesmo com condições adversas de vegetação e relevo, ele considerava a nova como “boa”.

A cabruca é um sistema de plantação que tem influência nessa ideia de ser “boa” ou “ruim”, pois ela consiste na plantação de cacau embaixo da sombra das árvores da Mata Atlântica. O plantio de cacau na cabruca pode favorecer, em conjunto com o clima, o ataque de fungos como a vassoura-de-bruxa nas plantações de cacau, o que prejudica a produção (BLANES et al., 2004). Desde o século XIX, planta-se cacau na cabruca, e a plantação convive com uma parte da vegetação nativa, o que é bom para o solo, que está sendo alimentado com os nutrientes da mata, e ruim, pois a roça fica mais úmida, o que ajuda a proliferar o fungo da vassoura-de-bruxa.

A roça considerada “boa” acabava por incorporar o nome da pessoa, como “a roça de Gelson”. Mesmo quando ia embora por diferentes motivos, era tão significativa a ideia de roça “boa” que o nome perdurava até ser substituído pelo novo parceiro. Como mostra o comentário abaixo: “Essa roça num vai mudar de nome nunca, vai sempre ser a roça de

²⁴ A troca de uma roça por outra.

Gelson. Pode mudar o meeiro e num adianta, sempre vai ser a roça de Gelson” (CRISPINO DE JESUS, Itajuípe).

A pessoa que consegue se inserir em uma gleba que tem uma boa produção passa a ter o seu nome associado a ela. A terra passa a ser um lugar de identificação, estabelece-se um vínculo com a terra e ela simbolicamente passa a ser “sua”.

Essa ligação do homem ou da mulher com a terra era algo tão forte que a maioria dos meeiros, mesmo tendo uma casa e família na cidade, preferiam a fazenda. Era comum, então, que ele permanecesse na fazenda e, com o tempo, levasse o restante da família. Um dos interlocutores tinha uma casa no bairro de Itabuna chamado Califórnia, mas ele preferia estar constantemente com a mulher na fazenda. O casal ia e voltava todos os dias, eles chegavam às 6h e às 14h, ele voltava da roça para ficar com a mulher na casa da fazenda e regressar às 18h para sua casa na rua. A mulher ficava cuidando da pequena lavoura de subsistência, conversava com as amigas, fazia comida e, de tarde, quando o marido chegava, ficavam juntos no tempo do ócio, do descanso e das conversas.

Garcia Jr. (1989) estudou o campesinato no Nordeste e trouxe a ideia de liberto sem a condição ou obrigatoriedade de ser dono da terra de labor — o camponês poderia ser um arrendatário e gozar da condição de liberto. Adquirir a moradia, a casa, uma pequena propriedade, era uma forma de prática associada à condição de liberto. Essa ideia de liberto sem ser proprietário corrobora o que vem sendo argumentado em relação aos meeiros. Garcia Jr. (1989), ao trazer a moradia, o “chão de casa” como sendo uma prática da condição de liberto, ressalta a importância para o trabalhador de conquistar sua casa. Relacionando com a situação aqui pesquisada e ampliando essa dimensão da moradia, temos dois aspectos: o primeiro é a casa dentro ou fora do meio rural; o segundo é que a casa ajudava na renda da família como sendo um lugar de produzir novos recursos. Ela funcionava como um bar, venda ou qualquer outra atividade que gerasse renda. Assim, a moradia era um ponto-chave na liberdade, pois ela operava economicamente como importante recurso para a conquista da autonomia para os meeiros.

4.2. AUTONOMIA

Grande parte da literatura sobre campesinato desenvolve a tese de que, quando o trabalhador conquista a terra, consegue ter acesso aos meios de produção, torna-se liberto,

porque é dono da sua força de trabalho e conquistou sua propriedade, o que garante sua autonomia.

O grupo não tinha na terra um ideal de propriedade a ser perpetuada pela família e que garantiria sua autonomia. O meeiro, como foi visto, tinha um corpo “vibrante” que era fruto de um constante conflito entre o urbano e o rural. Os incamponeizados desejavam sair daquela realidade, e os camponeizados viviam de acordo com o que conseguiam produzir na terra. No entanto, nos dois casos, eles tinham que produzir extraplantação, já que a produtividade era baixa, os fatores climáticos podiam assolar e a boca do paradeiro se abater sobre eles.

O armazém acabava por ser estratégico na sobrevivência à época da boca do paradeiro, ou mesmo de entressafra, pois tinha um funcionamento semelhante a um banco, que emprestava dinheiro e garantia uma renda para o meeiro.

Então, a gente, como a gente tem um sistema tipo um banco né, no paradeiro do cacau a gente faz alguns adiantamentos de uma arroba, no máximo duas arrobas, para eles ir se virando. E esse adiantamento que a gente dá, a gente transforma em cacau, quando o cacau começa a circular, eles começam a pagar a gente. (MARCOS PAULO, Itajuípe)

Sobre esses adiantamentos, o entrevistado salientou que, de uma forma mais geral, essas empresas de atravessamento de cacau compravam adiantado algumas arrobas do produto, por um preço muito abaixo do mercado, gerando um juro muito alto pelo empréstimo para os parceiros.

No grupo estudado, o adiantamento do armazém não era visto como algo lucrativo e interessante. Era mais interessante conseguir um trabalho temporário na rua. Mas os empréstimos dos armazéns poderiam ser uma forma de conseguir dinheiro rápido em uma necessidade. Assim, não tinha um processo uniforme de autonomia, tudo era contraditório, mutante e negociado. A terra e o cacau eram os principais meios de suporte econômico, a autonomia passava pelo esforço de trabalhar na roça.

Em busca de compreender como se dá a autonomia para o meeiro, desde o conceito de camponês até o de proletário rural, foram percebidos como importantes aliados para entender como era a relação da força de trabalho e a autonomia.

A definição de camponês de Prado Junior no texto de Velho (1969) dizia que, para ser dessa classe, o homem tinha que ser dono da sua terra e “empresário da sua própria produção” (VELHO, 1969:97). O mesmo autor problematiza a definição clássica de Prado Junior ao analisar o que seria a “campesinidade” máxima, em um grupo de camponeses em Marabá, que

fica em São João do Pará. O autor identificou um tipo de *homestead*, que foi implantada em 1964, com objetivo de garantir a um determinado sujeito com sua família a posse de 100 hectares de terras devolutas que deveriam ter benfeitorias feitas por cada um dos beneficiados. A posse garantia os direitos à terra sem que o proprietário pudesse vendê-la. Mas o autor diz que esses trabalhadores, mesmo autônomos, não viviam apenas da sua propriedade. Eles, nos períodos de safra, se tornavam catadores de castanha e passavam a receber salários, o que rompe com a ideia clássica de camponês. No outro extremo do conceito de camponês, estaria o trabalhador “proletariado”, que vende a sua mão de obra, como, por exemplo, os trabalhadores da cana-de-açúcar em Pernambuco.

Velho (1969) observa, no caso dos agricultores/catadores do Marabá, um *continuun* camponês–proletário. Essa percepção do autor demonstra que a terra não era a única fonte de renda para esses trabalhadores, já que, em determinados períodos do ano, eles se tornavam assalariados. O *continuun* entre “camponês” e “proletário” demonstra que a conquista da autonomia pode não ser exclusivamente através da terra.

Os meeiros do cacau do sul da Bahia têm uma forma diferente do ideal do camponês de pensar liberdade e autonomia. Para eles, a casa tem uma importância igual ou maior do que a terra para plantar. Eles não têm um discurso de liberdade associado à posse da terra, ou mesmo de que não seria positivo realizar outros serviços além do labor na roça.

Durante uma entrevista, foram destacadas as dificuldades de ser meeiro, as oscilações no lucro e, por conseguinte, nas condições financeiras do trabalhador, mas, ao mesmo tempo, referenda a parceria como uma alternativa que pode ser gratificante, não apenas em relação ao retorno financeiro, mas especialmente em relação a ser “mais descansado” este tipo de trabalho.

O cara disse que a maioria só anda atrás de roça de meia, porque a meia mesmo a pessoa não lucra muito, só que é mais descansado e também o ganho vai indo, que tem roça que produz mais e ganha mais. Quando pega um ano bom de cacau mesmo, a coisa melhora. Tem meeiro aí que eu conheço, muito deles comprou carro, moto com roça de meia. Tem até casinha toda arrumada (CRISPINO DE JESUS, Itajuípe).

O meeiro diz que, mesmo na dificuldade, quando ocorre um lucro com uma roça boa, ele consegue comprar uma casa, carro e moto. Na percepção de Crispino, quando o meeiro consegue uma gleba lucrativa, em um ano bom, ele investe na casa junto, no carro e/ou na moto, que permitem a mobilidade para que o meeiro possa trabalhar, se deslocando, fazendo

todas as suas atividades. Notou-se que a compra de uma terra nunca foi mencionada por eles como um plano ou desejo.

Crispino, na boca do paradeiro, vende frutas na feira com toda família, corta árvores. Além disso, tinha uma pequena oficina de bicicletas em casa. Aqui, é importante lembrar que ele não tem uma casa na rua, mora com sua família na roça, desfrutando da casa que tem direito com a parceria. Mesmo sabendo que ganhava menos, era dono do seu tempo. A parceria, em oposição à diária, era “mais descansado”. Assim, a estruturação da sua vida passava por ter uma casa e um carro e não uma terra e ser um camponês. A autonomia vinha como fruto do trabalho, seja na roça ou fazendo outros bicos para viver.

O gráfico abaixo ilustra o modo de organização dos meeiros para suas atividades na roça e extrarroça.

Quadro 13 – A organização das atividades dos meeiros durante o dia

Meeiro	Horário na roça	Trabalhos extrarroça e renda auxiliar
Magno de Souza Oliveira	06:00 até 14:00	Trabalhava como ajudante de pedreiro. Quando aparecia serviço, largava a roça por alguns dias para realizá-lo.
Genivaldo Oliveira Santos	06:00 até 14:00	Fazia trabalhos diversos na rua.
Jamilson Jesus de Oliveira	06:00 até 13:00	Tinha um trabalho de vigia noturno que conciliava com a roça.
Antônio Lira de Almeida	06:00 até 14:00	Era aposentado e não realizava outras atividades.
Crispino de Jesus Santos	07:00 até 13:00	Consertava bicicletas e vendia frutas e verduras na feira. Recebia o bolsa família dos filhos.
Osmar Gomes de Oliveira	07:00 até 13:00	Tinha um barzinho adaptado em casa, além de vender bebida na feira pela manhã. Era aposentado e a mulher vendia roupas em casa.
Maxwell Bispo Cecílio dos Santos	06:00 até 13:00	Pegava emprestada uma moto de um amigo para fazer serviços de mototáxi no turno da tarde e noite.
Leonardo Bispo Cecílio dos Santos	07:00 até 13:00	Fazia serviços diversos na sua comunidade como ajudante de pedreiro etc.
Genivaldo Cecílio dos Santos	06:00 até 14:00	Vendia frutas na feira quando necessário.
José Pereira dos Santos	06:00 até 14:00	Vendia frutas na feira e tinha uma aposentadoria.
Jackson Gonsalves dos Santos, de 45 anos	07:00 até 14:00	Também era pedreiro, fazia serviços nos finais de semana.
Joel Henrique de Moura	05:00 até 14:00	Sua atividade além da roça era cuidar dos seus animais.
Clóvis Francisco dos Anjos	06:00 até 14:00	Sua mulher vendia doces em casa, era aposentado, e a parceria era sua segunda renda.

Como se vê no gráfico, a autonomia era um processo que envolvia ter tempo disponível para outras atividades que geravam renda além da roça. O meeiro trabalhava o suficiente para viver, como ensinado por Weber (2009). Talvez se a roça rendesse o suficiente

para isso, esses homens não realizassem atividades paralelas. Também tinham os auxílios dados pelo governo, como Bolsa Família ou mesmo a aposentadoria.

O comportamento de trabalhar o necessário para viver não era bem entendido pelas pessoas que negociavam com cacau, os proprietários da terra, atravessadores etc. A autonomia dos meeiros entrava constantemente em conflito com os valores culturais urbanos, de acordo com os quais o corpo tem que trabalhar no tempo da rua. Essa visão sobre os meeiros foi percebida na entrevista de Marcos Paulo Vasconcelos, um dono de armazém de compra e revenda de cacau para multinacionais, também proprietário de terra que produz na parceria.

Eu acho que toda essa dificuldade da mão de obra hoje em dia se deve muito a essa questão desse... desses auxílios do governo. Não sou contra, tem muita gente que fica refém disso aí, acha que aquilo ali basta para viver. Hoje você tem maior dificuldade de achar trabalhador de roça e até meeiro tá difícil, e os meeiros que você encontra, principalmente os mais jovens, são os piores que tem, eles não querem trabalhar, eles querem simplesmente colher o cacau e ir embora, e isso contribui muito para uma baixa produtividade da área, porque a roça de cacau, se você trabalha na roça, dá manutenção nela, dá os tratos naturais que ela precisa, ela responde com produção. Mas a maioria hoje, o cara quer ficar dentro de casa, colher o cacau, vender, gastar o dinheiro e ficar ali de braço cruzado. São poucos que realmente dão duro mesmo para os tratos que a roça realmente necessita, os meeiros que fazem têm produções melhores, isso é uma verdade. (MARCUS PAULO, Itajuípe)

Os meeiros, na maioria, passam de 6h até no máximo 8h por dia trabalhando com o cacau. As lavouras costumam ficar encobertas pela mata, deixando-os sujeitos a picadas de cobra e muitos tipos de insetos. O labor diário na roça exige um preparo físico para subir boqueirões, aguentar cortar mato, carregar caçua cheio de cacau, catar cacau no chão etc. O esforço físico é intenso e longas jornadas de trabalho são sacrificantes.

A despeito disso, os meeiros são comumente vistos como preguiçosos ou que não davam “duro”. Também se “culpavam” os auxílios do governo, que ajudavam a classe a ser autônoma. Aqui se considera que a liberdade e a autonomia estão relacionadas a poder escolher trabalhar o suficiente para viver. Assim, o tempo da meação passava por esse constante confronto entre modelos culturais, padrões, políticas públicas e a agência dos meeiros.

4.3. TRABALHO NA ROÇA

O trabalho do meeiro na roça de cacau era feito por tarefas durante o ano. De janeiro até dezembro, criava-se uma série de atividades que tinham função preventiva, de estímulo a plantar, colher, limpar e quebrar os frutos. Tudo isso acontecia dentro da cabruca, em glebas com muita mata e durante alguns períodos com muita chuva. Para o meeiro, com seu conhecimento em relação à natureza, o ciclo da safra e entressafra do cacau funcionava da seguinte forma:

Emiliano – Como é essa relação com a lua?

Crispino – Tem a quadra da lua é isso, na cheia aí é a produção mesmo da roça, que começa em novembro.

Emiliano – Explique como é a influência da lua na roça durante o ano.

Crispino – A roça começa a produzir aqui e soltar cacau em fevereiro, aí vem a cheia de fevereiro, a cheia de março, a cheia de abril, a cheia de maio, e a cheia de junho, e a cheia de julho. A cheia que nós num tem muita confiança aqui é a cheia de agosto, que sempre é a quadra de lua mais fraca pra cacau. Aí quando chega em agosto, a gente sabe que não vai produzir mais a roça, aí ela vai ficar esperando o refohamento e o lançamento de folha, essa folha velha dela cai toda e vem folha nova, pro floramento acompanhar aquilo ali.

Emiliano – Quais os meses caem as folhas?

Crispino – Setembro e outubro.

Emiliano – Qual a principal lua para a safra?

Crispino – Maio, junho e julho. Os três meses que nós tem pra soltar cacau mesmo. Se dentro desses três meses a roça não soltar cacau, nós sabe, nós sabe que não vai ter safra. Tem ano que dá muito temporão²⁵ e ano quando o temporão é fraco, a safra dobra, que a turma chama de cacau do bacalhau, só não vejo meeiro secando cacau e nada de comprar esse bacalhau.

A partir dessa fala de Crispino, tentou-se organizar um calendário com as atividades de labor do meeiro durante o ano, levando em consideração “as luas”, que, segundo os meiros, causam influência direta na produção do cacau.

Quadro 14 – O calendário do meeiro

Mês	Atividade	Lua e folhagem
Janeiro	Limpar a roça, retirando o mato da plantação.	
Fevereiro	Limpar a roça e desbrotar.	Primeira lua dos birros ²⁶ do “cacau do bacalhau” ²⁷ .
Março	Início da colheita.	Segunda lua dos birros do “cacau do bacalhau”.
Abril	Colheita e secagem do “cacau do bacalhau”.	Terceira lua dos birros do “cacau do bacalhau”.
Maio	Colheita e secagem do “cacau do bacalhau”.	Primeira lua dos birros do cacau da safra.

²⁵ Os frutos que vêm antes do tempo próprio do calendário da lavoura.

²⁶ Birro era a forma como os meiros identificavam os brotos da planta.

²⁷ A lavoura de cacau produz uma pequena quantidade de frutos no mês de abril.

Junho	Limpar a roça, retirando o mato da plantação.	Segunda e principal lua para os birros do cacau da safra. Os meeiros aguardam com muita expectativa essa lua.
Julho	Início da colheita.	Terceira lua para os birros do cacau da safra.
Agosto	Colheita e secagem do cacau da safra.	Término dos birros.
Setembro	Colheita e secagem do cacau da safra.	As folhas começam a cair.
Outubro	Colheita e secagem do cacau da safra.	Início da nova folhagem.
Novembro	Término da safra.	As folhas estão crescendo.
Dezembro	Início da manutenção de limpeza da roça.	

Prancha L - Limpando a roça | Ferramenta biscó

Sequência I

©Emiliano Dantas



Sequência II



Sequência III



Prancha M - Limpando a roça | Ferramenta bisco

Sequência I

©Emiliano Dantas



Sequência II



Sequência III



Sequência IV



4.3.1. AS TAREFAS DO MÊS DE JANEIRO

As pranchas L e M são referentes às tarefas do mês de Janeiro, quando o meeiro começava a limpar as roças, retirando todo o mato que fica nas plantações. A limpeza é feita sempre com o biscó, uma espécie de facão com um cabo de madeira adaptado para aumentar o tamanho da ferramenta, como demonstrado na prancha L, na sequência I.

A família tinha a rotina de acordar cedo e entre 6h e 7h sair para o trabalho, independentemente da tarefa a ser realizada na roça. As crianças não participavam quando estavam na escola. No entanto, para eles, era mais frequente o trabalho do que o estudo, principalmente porque o horário de “esparramar na roça” chocava-se com o do colégio.

A sequência II da prancha L auxilia a reflexão sobre as técnicas do corpo. Nessas fotos, pode-se ver uma família indo para a roça. Percebemos a forma como as pessoas andam, como seguram o biscó, as roupas usadas. Estas maneiras de se portar constituem-se como técnicas do corpo, já que existe uma educação do andar, das posições das mãos etc. (MAUSS, 2003). Para Mauss, através desse comportamento corporal, da forma como se foi educado, pode-se perceber como os costumes variam nas culturas, sobretudo com as convivências, modas e prestígios.

Bourdieu (2006) afirma que “[...] o *habitus* corporal consiste naquilo que se vive como mais natural, aquilo sobre o que a ação consciente não tem controle” (BOURDIEU, 2006: 86). Na interpretação de hábitos de Mauss (2003), pode-se extrair o prestígio do pai meeiro sobre o filho e a mulher, a forma como ele influencia e autoriza a imitação das suas ações. A ideia de *habitus* de Bourdieu (2006) serve para perceber, como ilustrado na fotografia na prancha L, como se torna “natural” o jeito de andar e a forma de segurar a ferramenta, um movimento repetido inconscientemente. Ambas as noções — *habitus* e hábitos — auxiliam a compreensão do corpo meeiro dentro da sua cultura e principalmente em relação ao labor.

Ainda na prancha L, na sequência III de fotos, observam-se os preparativos, que envolvem amolar o facão e beber água. Os meiros levam a água em garrafas, e os copos são improvisados com as folhas. Eles tinham uma série de procedimentos e de conhecimentos dentro da roça, como quais as plantas que queimavam a pele, a montagem de pequenas cabanas para chuvas intensas, o amolar e o preparo das ferramentas. Todos comportamentos e saberes que se constituíam nos conhecimentos empíricos do meeiro.

O convívio prático como forma de ensinamento e aprendizado visual já foi mencionado por outros pesquisadores de trabalhadores rurais. Como salienta Sigaud (1979):

E isso no sentido de que inúmeras tarefas exigem um aprendizado relativamente longo no uso de diferentes ferramentas (instrumentos de trabalho), na aquisição das técnicas do corpo e nos princípios do “saber fazer”. O fato de esse aprendizado dispensar ensinamentos formais e ser inculcado através da família [...]. (SIGAUD, 1976:63)

O conflito entre o aprender com o pai na roça a profissão e ajudar na sobrevivência da família ou ir para a escola em busca de uma educação tradicional era uma constante. O termo “saber fazer” é mais uma categoria daquelas que servem para entender como o prestígio operava dentro da roça. Com ela compreendia-se que o sujeito que detinha o conhecimento era alguém a ser seguido. O saber também passava por entrar e sair da roça sem se machucar, preparar as ferramentas, identificar frutas que pudessem ser comidas.

O “saber fazer” acontecia de modo prestigioso, transmitido em um processo de aprendizagem através da experiência. Aprendia-se e ensinava-se vendo e através das conversas entre os mais velhos e os mais jovens. A narrativa era alimentada pela memória dos que detinham o saber, os mais velhos. A noção de experiência de Benjamin (2008), que se configura em um anel transmitido oralmente do mais velho para o mais novo, torna-se aqui uma importante aliada. A experiência em si é a matéria da tradição, transmitida pelo narrador tanto na vida privada como pública.

Nesse sentido, propõe-se uma integração entre esta noção de experiência, que referenda a experiência oral do narrador, as conversas que se configuram como um conhecimento tradicional, com as técnicas do corpo, pois, para Mauss (2003), o conceito de técnica está ligado à tradição, “ato tradicional e eficaz”, no qual a experiência vai conferir prestígio aos mais velhos, que, por conseguinte, devem ensinar e servir como modelo aos mais novos. Assim os conhecimentos vão sendo transmitidos no trabalho da roça.

Na prancha M, chegou-se à ideia de aprendizado pelo prestígio do pai sobre o filho. Ao analisar cuidadosamente as sequências I, II, III, percebeu-se uma forma que era compatível entre Crispino, o pai, e Mateus, seu filho mais novo. A forma de segurar no bisco, o tronco relaxado, as mãos e os braços que seguravam a ferramenta não eram tensionados. Os músculos pareciam estar no movimento sem muita contração. Crispino e Mateus tinham um ponto em comum nas suas técnicas corporais que era o braço solto na hora de cortar o mato. O membro os acompanhava livremente, dando um equilíbrio ao tronco e deixando um serviço que exige esforço físico com uma aparência mais leve — existia uma leveza no corte dos dois.

Ao passo que Rafael, filho mais velho de Crispino, na sequência IV, apresentava um braço junto ao corpo, demonstrando uma postura mais contraída. Essa postura poderia ser

para concentrar a força no braço que cortava o mato ou mesmo como uma proteção para não se cortar com o bisco. A sua mão e o seu antebraço estavam tensionados, a mão e os músculos estavam rígidos e firmes. Em uma mesma tarefa, nota-se, portanto, técnicas diferentes.

Retomando a fala de Crispino sobre o filho Rafael, exposta mais acima, pode-se notar que o primeiro se refere ao segundo como disperso, que não prestava atenção, não queria levar as coisas a sério, ao contrário de Mateus, que era “mais inteligente”, pois aprendia olhando e conseguia reproduzir os movimentos do pai. Mateus, na sua fala, dizia que gostava da roça, e Rafael, pelo contrário, não gostava, queria ser policial. Assim, pode-se dizer que Mateus seguiu sua tradição, assumindo técnicas corporais inspiradas naqueles que tinham prestígio. Já Rafael, ao aspirar outras experiências, mais afeitas ao tempo da rua, era considerado entre seus familiares como “sem jeito” e disperso.

Emiliano – Os meninos que levam jeito para a roça continuam trabalhando na roça?
Crispino – Rapaz, acontece que tem muitos que continuam na roça, mas quando surge uma oportunidade fora, aí ele já abandonou aquele serviço de roça e vai partir para aquele outro serviço. Tudo tem que ter oportunidade, e tem deles que tem oportunidades que num sai fora, que gosta! É eles gosta! (CRISPINO, Itajuípe)

O pai incentivava Mateus, dizendo que ele era “inteligente”, conversava com ele, mostrava as plantas, passava a sua experiência pela tradição oral e narrada em casa e na roça. Mateus gostava da roça e queria ser meeiro, ele crescia no tempo da roça e aderiu à ideia de camponezado. Enquanto Rafael pensava em ser policial, tinha o cabelo da moda, uma unha pintada, a do dedinho, não conversava muito com o pai e preferia ficar na rua, caracterizando-se como incamponezado.

Prancha N - Desbrotando | Ferramenta facão

©Emiliano Dantas



Prancha O - A roça: comer e beber

© Emiliano Dantas



4.3.2. AS TAREFAS DOS MESES DE FEVEREIRO E MARÇO

A prancha N retrata o desbrotamento, que era a retirada dos brotos que nasciam próximos ao solo no tronco principal da planta. Se esse trabalho não fosse feito, os brotos “tiravam a energia da planta”, e o pé de cacau não produzia uma boa quantidade. Esse serviço era realizado com um facão, que também servia para podar os pés, retirando os galhos com pragas, ou mesmo para manter o tronco principal da planta como a matriz, sem concorrência de outros galhos.

As fotos da prancha N estão dispostas em sequência de imagens que se juntam em *frames* seguidos, trazendo um pouco do movimento e da dinâmica do serviço na roça. Percebe-se como o corpo se movimenta, relacionando-se com o espaço e executando o serviço. Dentro da roça, a mata adensada, na qual as botas quase somem em um chão coberto de folhas, é difícil a locomoção.

Nesse período, entre fevereiro e março, quando ocorre a limpeza do mato, alguns meeiros aplicam herbicidas nas roças. No entanto, isso não é comum. Durante a pesquisa, só se teve notícia de um meeiro que aplicou herbicida, porque o produto foi comprado pelo proprietário. No geral, não se aplicava nem herbicida nem fungicida nas plantações. Também não foram encontradas plantações de mudas ou adubações, pois esses processos demandavam gastos que os meeiros não queriam, pois, para eles, era arriscado fazer esse investimento e não conseguir ter uma lucratividade correspondente aos gastos.

Se Bocais desse o adubo, a gente adubava né, mas pra a gente comprar não compensa. Porque a gente não tem condições de comprar, se por acaso ele fosse comprado pra gente ir ajeitando, aí tudo bem. A gente não tem condições de comprar e jogar na roça. Bom é adubo tipo A, esse faz a roça carregar, a ureia faz a roça enfolhar, fica bonita. (OSMAR DE OLIVEIRA, Itajuípe)

Se por um lado a mata dava um trabalho maior para a limpeza das roças, por outro era bom porque os pés de cacau recebiam os nutrientes de matéria orgânica da mata e dos animais. Existia uma biodiversidade que garantia um solo com uma boa qualidade para as plantas, esse era um dos aspectos que resguardavam os meeiros de ter que adubar o solo sempre.

A prancha O mostra uma forma de se relacionar com a terra de trabalho, na qual o meeiro pode usufruir dos frutos e do que mais tem dentro da gleba. Se antes da parceria o trabalhador não podia tocar em nada, como comentado por Crispino no trecho explicitado na

página XX, agora o meeiro, além de colher as frutas, podia abrir o cacau, chupá-lo, usá-lo como copo etc.

A terra não era mais só um lugar de venda de trabalho, de ser vigiado ou punido por não usar o tempo em prol do lucro do patrão. O meeiro podia atender o telefone sem ser incomodado, mostrar pelo celular o filme com a sua neta, colher laranjas e bananas para levar para casa. O meeiro passava a estabelecer com a terra uma relação de “dono” do que ela produzia. Os seus produtos, os frutos, podiam ser levados e vendidos ou consumidos.

As fotos da prancha O mostram o cacau, colhido e aberto, nas mãos do meeiro, a laranja sendo descascada e a banana que acabara de ser colhida. Todas essas atividades são feitas com o facão. Para colher, descascar, desbrotar, cortar e limpar, ele é a principal ferramenta do meeiro. Uma ferramenta versátil usada para trabalhar e para se defender de algum animal. Geralmente é carregada presa na cintura pelo cinto e dentro de uma bainha de couro. Se o meeiro estiver carregando na mão, é um tipo de código para dizer que está à procura de trabalho. O facão na região é um símbolo do meeiro e do trabalho na roça de cacau. Usado antigamente também como arma, em situações de briga, parece travestir quem o carrega com atributos de coragem, masculinidade e virilidade.

Prancha P - Colher com podão

©Emiliano Dantas



Prancha Q - Bandeirar | Ferramenta podãozinho



©Emiliano Dantas



4.3.3. AS TAREFAS DO MÊS DE ABRIL

As fotografias da prancha P e Q são referentes às atividades do mês de abril, nas quais os meeiros colhiam e bandeiravam o cacau. Essa era considerada a primeira colheita do cacau, uma pequena safra chamada pelos trabalhadores de “cacau do bacalhau”. Dependendo de como fosse a safra, essa colheita poderia render até o mês de maio ou junho.

Na prancha P, o meeiro estava colhendo o cacau com um podão, uma ferramenta de aço, com uma lâmina com um ângulo de 90° em relação ao cabo. Presa a um longo cabo de madeira que possibilita o alcance da lâmina nos locais mais altos do pé de cacau. O cacau tem um pequeno talo que fica entre o fruto e o caule e é nesse local que o podão deve cortar, para que o fruto seja colhido. Acertar o podão no lugar errado pode machucar o fruto, o que seria prejudicial, porque, depois de colhido, quando no chão, ele pode levar alguns dias para ser quebrado e recolhido para a barçaça. O machucado no cacau por uma poda malfeita acelera o processo de apodrecimento do fruto. Essa ferramenta também serve para retirar a vassoura-de-bruxa de locais onde o facão não alcança. O meeiro tem que ficar atento para retirar partes infectadas da planta, seja na hora da limpeza, quebra ou colheita.

A prancha O mostra a segunda etapa após a colheita, que é a tarefa chamada de “bandeirar” o cacau. Trata-se de uma atividade feita com um instrumento chamado “podãozinho”. Ele é muito semelhante ao podão, sendo que em escala reduzida.

Após a colheita, o cacau fica todo espalhado no chão, lugar cheio de folhas e mato onde existiam cobras e outros animais peçonhentos. Essa ferramenta, como contam os meeiros, foi feita para que não se apanhasse o cacau recém-colhido do chão com a mão. Mas, antes da parceria, os trabalhadores do cacau, segundo eles, bandeiravam com a mão, para que os frutos não se danificassem com um pequeno corte.

O meeiro passava pelos pés de cacau e recolhia os frutos do chão para colocá-los em um caçua preso nas suas costas, como consta na prancha O. Eles levavam o caçua cheio para um local estratégico, despejando-o e formando amontoados de cacau chamados de “bandeira”.

Prancha R - Quebra do cacau | Ferramenta bodogó

Sequência I



Sequência II



Sequência III



© Emiliano Dantas

4.3.4. AS TAREFAS DO MÊS DE ABRIL

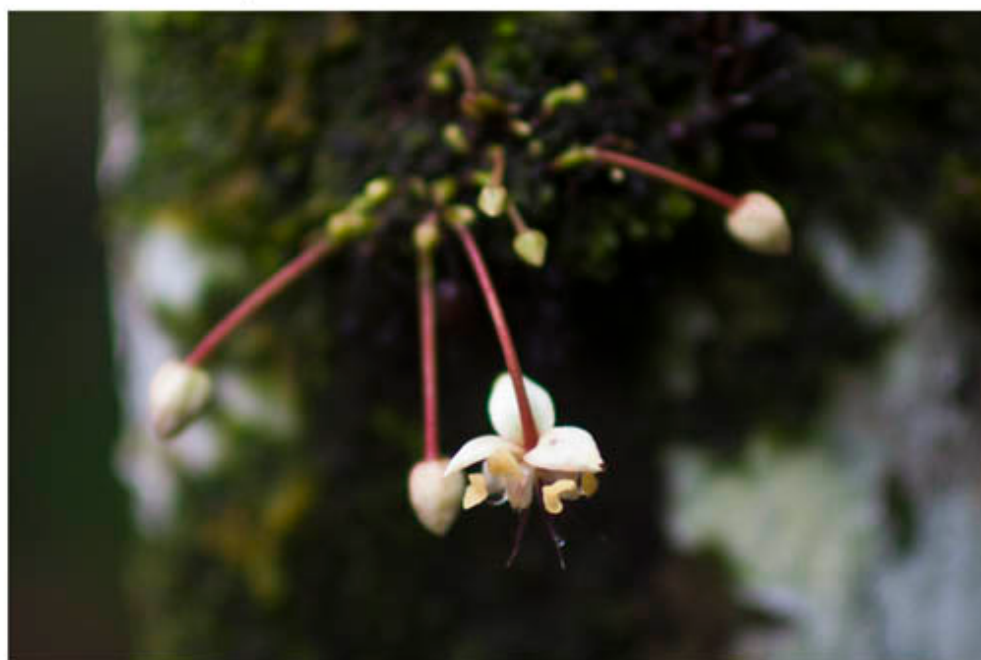
As imagens da prancha R são referentes à quebra do cacau. Após ser colhido e agrupado em pequenos montantes, ele vai ser quebrado. A quebra é feita em dupla: um quebra o fruto com o bodogó, e o outro descaroça, retirando as sementes com polpa de dentro da casca. O bodogó é um pequeno facão, como consta na sequência II. Muitas vezes os meeiros cortavam as pontas desta ferramenta para diminuir os riscos de acidentes na hora da quebra. Os dois homens, trabalhando juntos, tinham que conseguir colher e quebrar em menos de oito dias, já que, se passasse disso, o cacau começava a apodrecer ou perdia peso.

A quebra e o descaroçamento são feitos em cima de uma caixa de madeira, a qual pode ser vista na sequência III. A caixa que aparece na foto tinha capacidade para uma arroba de cacau, que corresponde a 16 kg. Tendo ciência dessa medida, o meeiro podia controlar a quantidade da quebra, mesmo sem saber ler e escrever. Depois de a caixa estar cheia, o cacau era colocado em uma lona plástica e deixado na plantação aguardando o tropeiro. Tropeiro é o meeiro que se encarrega de catar o cacau na mata e levá-lo em cima de um burro até a barçaça.

Esse trabalho de colheita e quebra e de tropeiro era também realizado por apenas um meeiro na sua gleba, se fosse em quantidade pequena. Antes de fazer tudo, ele tinha que avaliar se conseguiria realizar as tarefas em menos de oito dias, para não correr o risco de estragar o cacau. Essa pequenas quebras realizadas por um único meeiro nunca aconteciam na safra, porque era muito difícil um único homem fazer tudo sozinho. E mesmo nas colheitas pequenas, eles costumavam se organizar em duplas ou com a família. “Nós troca dia aqui de hora em quando, principalmente quando é uma terminação de serviço que tá logo querendo terminar, bora ali, aí nós vai.” (OSMAR DE OLIVEIRA, Itajuípe)

Como comentado por Osmar, “terminação de serviço” era a hora de colher e quebrar o cacau. Nesse momento, em especial, as reciprocidades de troca de tempo se manifestavam. Como comentado por Genivaldo, era a “união” do grupo em prol de um trabalhador.

Prancha S - Birração



© Emiliano Dantas



4.3.5. AS TAREFAS DO MÊS DE JUNHO E JULHO

A prancha S é sobre a birração, que eram pequenos brotos, dos quais saíam flores que geravam o cacau. Em média, do birro até o amadurecimento, o fruto durava de três a quatro meses na planta. No mês de julho, existia uma grande ansiedade por parte dos meeiros à espera da lua que “soltava a floração”.

Nessa época, também era importante fazer a manutenção de limpeza da roça, porque o cacau estava crescendo e precisava-se evitar que a vassoura-de-bruxa atacasse com muita intensidade os pés de cacau. O mato também estava crescendo, pois a principal limpeza da roça aconteceu em janeiro/fevereiro. Limpar novamente era uma forma de prevenir predadores nos frutos e facilitar o serviço na quebra.

Prancha T - Ritual da quebra do cacau | Família



©Emiliano Dantas



Prancha U - Ritual da quebra do cacau | A união do grupo



©Emiliano Dantas



Prancha V - Ritual da quebra do cacau | A união do grupo



©Emiliano Dantas



Prancha W - Ritual da quebra do cacau | A união do grupo



©Emiliano Dantas



Prancha X - O mel de cacau



©Emiliano Dantas



Prancha Y - O mel de cacau



©Emiliano Dantas



Prancha Z - O mel de cacau



©Emiliano Dantas



4.3.6. O RITUAL DA QUEBRA DO CACAU NOS MESES DE JULHO, AGOSTO E SETEMBRO

Quando chega a safra do cacau é a época em que o meeiro precisa de ajuda para realizar a colheita e a quebra do fruto. A colheita acontecia muitas vezes com três meeiros, que trocavam dias de trabalho. Mas a quebra, na safra, não podia acontecer dessa forma, era necessário um número bem maior de meeiros. Então, ou todos os meeiros e agregados se juntavam, com disposição para trabalhar, ou as famílias da roça e da rua uniam-se em um processo de coesão social circunscrito na ordem moral de que tempo não era dinheiro. O trabalho não era recompensado com pagamento em moeda, nem em bens materiais.

O ritual da quebra do cacau, quando acontecia em uma roça, como a de Genivaldo, considerada uma gleba “boa”, com uma safra abundante, era um momento de formulação de uma identidade coletiva que se expandia da roça para a rua. Os parentes ou amigos que moravam na cidade passavam por um processo de inserção no tempo da roça que os fazia coesos com os meeiros por partilharem dos mesmos símbolos. Assim, o meeiro assumia a liderança em relação aos da rua e reforçava sua identidade. “Logo cedo chega todo mundo aí na sede, aí vamos, cada um pega sua caixa, biscó, bodogó e aí já disparou no meio do bolo. Vamos cair fora pro gerais brabo, e aí espalhando.” (CRISPINO DE JESUS, Itajuípe)

A grande quebra de cacau acompanhada nessa pesquisa foi a de Genivaldo, um evento que teve a participação dos seus parentes da rua e de seus filhos que eram meeiros na mesma fazenda. Houve a participação da família de Crispino, de amigos da rua e Osmar, também meeiro da roça. Um grande grupo se uniu comandado por Genivaldo, que, com muita educação, respeito e gentileza, coordenava tudo. Ele não dava ordens, nem precisava, pois os participantes sabiam como proceder, e, quando alguém queria fazer alguma coisa, perguntava antes a Genivaldo, mas se fosse algum procedimento mais corriqueiro, não era necessário, bastava fazer.

A liderança dentro da roça “boa” por parte do meeiro pode ser percebida em um momento específico: o preparo do mel de cacau e a partilha dele com o grande grupo. O mel de cacau era uma bebida que dificilmente se encontrava para vender em lojas, supermercados e outros estabelecimentos. Ela tem a característica de fermentar muito rápido, o que torna seu manuseio delicado. Nas grandes quebras de cacau, o mel, visto como energético, ao ser servido para o grupo, sinaliza uma forma de gentileza e reconhecimento do esforço de todos em prol daquele a quem o cacau pertencia. A união acontecia no gesto de tomar uma bebida que ligava o grupo ao meeiro, à terra e ao tempo da roça. O mel de cacau passava a ser o símbolo dessa união, como uma bebida de integração entre os da rua e os da roça. Por fim,

todo mel de cacau que sobrasse durante a quebra era distribuído pelo meeiro para os participantes.

O “esparramar na roça”, associado à disposição para o trabalho, ressignificava a ideia de que a roça é um lugar sem perspectiva, onde o homem passa por privações e onde impera a falta de oportunidades em relação ao tempo da rua. O meeiro, aliado a um código moral de apoio e reciprocidades, passava a ser visto, nestes momentos, como alguém que deveria ser respeitado, ajudado e que mantinha a coesão dos parentes.

O grande grupo, depois de sair da sede da fazenda, partia para o local das “bandeiras”, conversando e fazendo brincadeiras uns com os outros. As brincadeiras eram uma forma de disputa de quem realizava a quebra do cacau mais rápido. Também eram comuns piadas com teor sexual ou o questionamento quanto à virilidade de determinados integrantes do grupo. As brincadeiras eram um combustível para incentivar o trabalho, tornando o labor mais ameno e ajudando a passar o tempo. Quem menos participava era Genivaldo, que comandava o trabalho.

Naquele momento, não se vislumbrava o drama social do tempo da roça, pejorativo do meeiro camponeizado. O que se percebia era o contrário. A roça se tornava o ambiente para que o meeiro fosse valorizado, o ritual assumia uma função de fortalecimento da identidade do meeiro que partilhava o seu modelo cultural com outros.

A quebra do cacau selava um pacto de igualdade entre aqueles que a partilhavam. Pensar em iguais dentro de um modelo rural associado ao urbano parece um paradoxo, que é dissolvido à medida que todos trabalham em prol de uma família. Nesse momento, a parceria encontra o sucesso, pois mesmo em um cenário de pobreza, privações e falta de bens materiais, os trabalhadores conseguem adaptar-se e se (re)inventar, garantindo a sua sobrevivência e a da sua família.

O mel de cacau era extraído com uma prensa manual feita na raiz de uma árvore. Os meiros quebravam o cacau e logo colocavam na prensa para extrair o mel. Rapidamente aparece um líquido com aparência de um suco. Os meiros colocavam-no em garrafas de refrigerante para armazenar. Geralmente, havia um grande grupo na quebra e um pequeno na extração do mel. Eles se revezavam nas tarefas e tinham momentos de conversas e descanso bebendo mel.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para além de uma leitura perpassada por estereótipos ligados à exploração, pobreza e desigualdade, a presente dissertação teve a intenção de abordar os atuais meeiros, ex-trabalhadores da lavoura cacaujeira, a partir de um olhar menos complacente e mais atento às tensões e às complexidades surgidas a partir da assunção desta nova categoria de trabalhador. Com isto, assumiu que a meação deu origem a novas relações trabalhistas, novas relações entre trabalhador e proprietário da terra, entre trabalhador e terra, entre trabalhador e trabalho e de trabalhadores entre si. A partir delas, foi possível entender várias dimensões das relações sociais do grupo pesquisado, como a mudança de empregado para parceiro e os significados dessa transformação. Tratou-se de um processo de estranhar o discurso social que envolvia as pessoas estudadas, para situar seus corpos e encontrar os significados de ser e de se tornar meeiro.

Para entender dimensões das relações sociais do grupo pesquisado, como a mudança de empregado para parceiro e os significados dessa transformação, foram abordadas elementos tais como as leis, a parceria, os contratos, além de outros fatores que exerciam influência sobre a vida do grupo. Os direitos trabalhistas, pelos quais tantos anos comunistas, sindicalizados, camponeses e trabalhadores do cacau brigaram para serem formulados e cumpridos, mudaram.

Em 1988, quando a constituição foi homologada, quando a CLT deveria ser fiscalizada e as políticas públicas postas em prática, veio a vassoura-de-bruxa, e um ano depois, em 1989, o regime de trabalho assalariado acabou. Começou-se a prática da parceria, regida pelo direito civil, com novos códigos a serem aprendidos por proprietários e parceiros. Pode-se concluir que todo o percurso de lutas iniciado pelos comunistas e continuado por trabalhadores que reivindicavam esclarecimento, atendimento das demandas e aquisição de direitos estava partindo de um novo início. O Estatuto da Terra foi averiguado e associado às vivências do grupo pesquisado nas propriedades, o que trouxe à tona reconfigurações informais das normas. Notou-se que as leis não eram postas em prática e as partes não cumpriam a legislação, faziam adaptações por conveniência.

Neste sentido, o ano de 1989, quando foi registrado o início da proliferação da vassoura-de-bruxa, apareceu como um divisor de águas entre um longo período de fartura para poucos e de aprisionamento para muitos, e um período de reestruturação, no qual fez-se necessária uma adaptação às novas condições de produção do cacau. O período pós-crise

demarcou o surgimento de novos significados para tudo aquilo que costumava ser a grande forma de identificação de um território — a região cacauieira.

As referências das pessoas envolvidas na parceria estavam ligadas ao cacau enquanto símbolo de uma região. Esse fruto criou uma tradição que deixou marcas na fundação das cidades e na memória das pessoas. Um exemplo desse passado era o tratamento dado pelo patrão ao empregado, relatado até por quem nunca viveu como diarista na época das grandes safras do cacau. Foi preciso rever esse passado para entender todo um imaginário latente nas vidas desses meeiros que carregam o discurso da liberdade como marca de aceitação da parceria.

A opção por contar a história de precursores na parceria teve como intento apontar o início de uma realidade que se reproduziu em propriedades por toda a região. Essas experiências precursoras serviram como referência para estruturar e disseminar um novo modelo de produção de cacau em uma localidade com mais de duzentos quilômetros de extensão, que teve, em quase todos os municípios, a implantação da parceria agrícola familiar. A narrativa sobre os primeiros meeiros deu o tom da análise das singularidades dessa proposta de exploração da terra.

Pôde-se observar que, ao longo da mudança imposta pela vassoura-de-bruxa, muitos dos “ajustes” nos contratos de parceria estabelecidos no início da década de 1990 se devem ao fato de estar em jogo naquele momento a sobrevivência de empregados e propriedades semiabandonadas. No entanto, com o passar do tempo e com a popularização da figura do parceiro, essas alterações informais, que não eram benéficas para os dois lados — proprietário e parceiro — continuaram a ser uma prática comum. Como ambos já vinham de um sistema com desigualdades acentuadas, a adesão ao contrato de parceria, na maioria das vezes, mantinha o proprietário em situação de vantagem em relação ao ex-funcionário, atual parceiro. Neste sentido, notou-se que, quando o dono da fazenda cumpria as obrigações contratuais, o parceiro conseguia ter uma produção de melhor qualidade e, por conseguinte, um lucro mais justo. Isso foi compreendido, nesta pesquisa, como um processo, produzido pelo grupo de meeiros, de potencialização do trabalho, e não de aumento deste.

Tenho em vista a emergência da meação, avaliou-se como pertinente saber qual a imagem social do ex-trabalhador para elaborar uma leitura sobre como era a construção da imagem de quem labutava na roça. Para tanto, selecionaram-se fotografias, documentos, pinturas e esculturas feitas por artistas e intelectuais antes de 1989, que ajudaram a consolidar estereótipos incorporados no modelo rural de trabalhador. Essas imagens constituem sociogramas que serviam para a elite do cacau demonstrar como era grandiosa a produção de

cacau. O homem que lá estava representado imagetivamente não passava de um figurante de uma cena que contava sobre riqueza, abundância e prosperidade — reafirmando a condição de poder dos proprietários.

As fotografias das sedes das fazendas antes da crise também se constituíam como sociogramas; nelas estava toda a estrutura de produção do cacau e de sobrevivência dos trabalhadores. As sedes eram o lugar onde o grupo se relacionava e elas eram tão grandes que reproduziam pequenas vilas para suprir as necessidades dos trabalhadores. Mas a imagem que ora serviu para afirmar e contextualizar um esquema de abundância serve agora para exibir a ruína de valores, de famílias, da monocultura e do poder que o dono tinha sobre os empregados.

Ainda foi possível notar, em expressões artísticas, propagandas turísticas, discursos políticos e conversas de bar a referência ao cacau, às fazendas, aos coronéis e a todos os elementos que faziam com que a região fosse considerada como próspera. Os sentidos encontrados nestas referências vão desde um lamento e uma revolta até certo júbilo e menção à lei do eterno retorno. O fato é que a situação em que a antiga região cacaueira se encontra atualmente parece assinalar a crônica de uma crise anunciada. A despeito de alguns investimentos pontuais, o que se viu é um cenário de decadência cingido pela precariedade na educação e postos de trabalho, reduzidas opções de lazer e cultura, bem como uma falta de percepção sobre outras alternativas capazes de alavancar a região.

Foi neste contexto que surgiram e vivem os meeiros, acomodados e satisfeitos por terem se tornado donos de parte da produção que restou do cacau e donos de seu tempo, mas, por outro lado, seduzidos pela possibilidade de aquisição de alguns bens de consumo e desejosos de oportunidades diferentes para as novas gerações. Esta pesquisa observou que os meeiros vivem a tensão entre a valorização e a desvalorização de seu trabalho e desfrutam, com maestria e autoridade, da conquista de seu tempo livre.

Optou-se por falar em conquista do seu tempo, na medida em que, onde antes vigorava o trabalho exaustivo e vigiado, no qual toda produção e tempo pertenciam ao patrão, agora rege a autonomia. A realização do trabalho, as relações com os outros trabalhadores e as horas dedicadas ao labor passaram a ser definidos pelos meeiros de acordo com sua disposição e os elementos naturais ligados à lavoura. Este foi julgado um dos principais fatores para que os meeiros considerassem de modo positivo sua atual condição. Eles avaliam que o trabalho é “mais descansado”, realizado quando bem entendem e possuem também liberdade em relação à produção. Poder chupar e presentear o cacau e beber e distribuir o mel do fruto se constituíram importantes demarcadores dos sentidos assumidos pelo cacau na vida do meeiro.

Desta forma, a reflexão sobre autonomia levantada nesta dissertação se referiu ao domínio do meeiro sobre seu tempo e a produção de cacau, antes inexistente e impensado. Foi, então, a partir desta autonomia que se delinearam seus atuais endereços e adesão a um ritmo de vida mais urbano ou rural. Assim, destacou-se que no tempo da roça e no tempo da rua há espaços para o trabalho na lavoura de cacau, para outros trabalhos que deixam o meeiro precavido caso ocorra a “boca do paradeiro” e há espaços para o ócio, a conversa, o descanso e as brincadeiras. Dimensões que os fazem avaliar como positiva a adesão ao contrato de parceria agrícola.

Na pesquisa, detectou-se que, a partir do estabelecimento do contrato, da definição do tempo e do endereço, o meeiro organizou o modo de realização do seu trabalho. Para tanto, ele precisava saber com quem podia contar, desde os familiares, até os amigos e outros meiros. Assim, a partir da disposição e disponibilidade para o trabalho, foram delineadas as configurações familiares dos meiros e os códigos de reciprocidades de uma fazenda. Neste ínterim, a quebra do cacau pôde ser analisada como um ritual de renovação e fortalecimento do contrato entre o meeiro, seus familiares e companheiros de meação, bem como da identidade do meeiro.

A conquista do tempo trouxe à tona a forma como o meeiro organizava seu dia e seus movimentos, ligados ao surgimento de um corpo que respondia a uma conquista de independência para fazer o que quisesse. O corpo meeiro surgiu para afirmar uma sociedade, uma ordem, seus fundamentos e sua moral. Os interlocutores da pesquisa tinham noção de que estavam vivendo dois modelos culturais, o urbano e o rural. Eles faziam distinções, elegiam qualidades e apontavam defeitos vinculados a um ou outro modelo. Em seus discursos eram construídas e reproduzidas imagens de si e crenças estereotipadas.

Estes foram pontos de vista tão marcados que levaram ao estabelecimento de duas categorias distintas: o camponeizado e o incamponeizado, as quais traziam valores sociais demarcados pelas tradições e tempos distintos, o tempo da roça, ligado à vivência e aos costumes do campo, e o tempo da rua, relacionado à vivência e aos costumes urbanos. Entenderam-se esses tempos como reguladores de ações e movimentos estampados em corpos que se sentiam autorizados a imitar e reproduzir comportamentos de cada um desses polos, que, portanto, não devem ser vistos como opostos.

Neste estudo, o pesquisador se deparou com uma teia emaranhada nas certezas, nas realidades e nas ficções criadas e oferecidas no campo. Descrever os dados foi como tecer uma colcha de retalhos. Esses retalhos eram as relações sociais, caracterizadas pelas

contradições dos modelos culturais que se uniam dando o tom da disposição para trabalhar. O discernimento dessa colcha foi além dessa consciência objetiva expressa pela imagem que o grupo fazia de si. O que estava por trás, além da superfície dos comportamentos, era o corpo meeiro, regido pelo *habitus* corporal que não era percebido pelo grupo. Nele saltava uma unidade de sociedade capaz de perpetuar-se através das crises e das contradições dos modelos culturais, porque seus integrantes tinham a capacidade de adaptar-se ao novo, expresso pela parceria.

Para burilar a ideia sobre o corpo meeiro, a fotografia foi uma importante aliada, pois ela possibilitou (re)acessar o campo, mesmo no momento mais voltado à escrita. As imagens permitiram uma análise visual dos corpos, o que ajudou a perceber como as “técnicas” são transmitidas de geração em geração, criando uma tradição com base na experiência prática da vida dos meiros. As técnicas do corpo apontaram uma tradição que surgia na meação, mas que coexistia com outras tradições, vindas da rua e da roça. Assim, as técnicas se perpetuam, se enraízam e podem mudar, principalmente por prestígio ou por moda.

Para analisar essas tradições em confronto, seguiu-se a ideia de Benjamin (2008), de acordo com a qual a fotografia funciona como um inconsciente ótico, que pode ser (re)visitado e trazer a percepção do mundo nos seus detalhes. Esta seria, portanto, uma das maiores riquezas da fotografia: a capacidade de guardar informações dos acontecimentos que não podem ser captados a olho nu. Em um paralelo, se para Mauss (2003) as técnicas precisam de comunicação, destaca-se que fotografia é comunicação visual. E, como foi dito, a educação no meio rural era visual, se aprendia observando ações consideradas bem executadas.

Se toda sociedade, segundo Bourdieu (2006) citando Durkheim, tem nas cerimônias uma função de reanimar o grupo, confirmando assim a sua unidade, foi ao analisar as fotos da quebra do cacau que se pôde ver a confirmação de que a meação constitui uma sociedade na qual existem códigos morais, valores, reciprocidades e solidariedades. Como as contradições deixam marcas e põem à prova o corpo, os meiros reafirmam e fortalecem a unidade com o ritual de quebra do cacau, que consente a união da rua com a roça, dos meiros entre si e das famílias. Selado pelo mel de cacau, o ritual torna todos iguais. A bebida é oferecida como dádiva e deve ser recebida como honra, por ser uma especiaria vinda do fruto que significou riqueza e prosperidade. Beber o mel de cacau é uma forma de selar o pacto no qual a honra e a moral que sustentam a sociedade se renovam e se unificam.

Assim sendo, esta dissertação pretendeu contribuir para os estudos sobre trabalhadores rurais, sem perder de vista as particularidades encontradas entre os meiros do sul da Bahia.

Tais particularidades apontaram para uma relação diferenciada com a terra, sem ser perpassada pelo desejo de posse, e uma satisfação na condição de meeiro, atravessada por noções de autonomia e controle sobre seu próprio tempo. Entretanto, a riqueza do tema pesquisado pôde ser reconhecida e considera-se que abordar os parceiros proprietários das terras, ex-coronéis do cacau, também seria pertinente e traria outras análises para uma situação tão complexa. Além disso, estudos de caso de trabalhadores do cacau que já estavam nas propriedades antes da crise e permaneceram nelas trariam uma visão aprofundada e carregada de teor histórico em relação às transformações da região.

A crise, instalada no final da década de 1980, abalou a identidade atrelada ao cacau. A região, antes chamada de cacaueira, assumiu a nomenclatura de microrregião Ilhéus-Itabuna. O cacau e os fazendeiros deixaram de ser os protagonistas, declinaram sobre os efeitos da vassoura-de-bruxa. Ocorreram êxodos, surgiram favelas, índios reivindicaram suas terras, assentados buscaram autonomia e a região começou a conviver com várias classes distintas, com demandas próprias e que lutavam por espaço. O território da antiga região do cacau, atualmente, se reconstrói física e ideologicamente. Agora os símbolos são outros, os valores e as preocupações, o cacau figura na paisagem esperando um remédio tardio para a vassoura-de-bruxa.

Por fim, vale ressaltar que o material produzido nesta pesquisa discorre sobre transições. Existiam modelos em conflito, como o rural e o urbano, o passado e o presente, riqueza e pobreza, patrão e parceiro etc. Contudo, todos esses aspectos foram vistos como fronteiras que eram transpostas e/ou que retornavam. Estas foram vistas como questões antropológicas por estarem presentes em uma cultura que deu origem a novas relações trabalhistas, novas relações entre trabalhador e proprietário da terra, entre trabalhador e terra, entre trabalhador e trabalho e de trabalhadores entre si. Se antes os trabalhadores eram subjugados e pouco levados em consideração, agora assumiram um papel de destaque: o meeiro estava livre por ser dono do seu tempo.

6. REFERÊNCIAS

- ACHUTTI, L. E. R. *Fotoetnografia da biblioteca jardim*. Porto Alegre: Editora da UFRGS/Tomo Editorial, 2004.
- ADONIAS FILHO. *Sul da Bahia: chão de cacau*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.
- AFONSO L. E.; FERNANDES, R. Uma estimativa dos aspectos distributivos da previdência social no Brasil. *Rev. Bras. Econ.* vol.59 n.3 Rio de Janeiro July/Sept. 2005.
- AMADO, J. *O país do carnaval, Cacau, Suor*. São Paulo, Livraria Martins Editora. 1970.
- ALARCON, D. F. Pioneiros, índios ou encantados: de quem é a terra? Narrativas em um contexto de disputa territorial no sul da Bahia. *Cadernos do LEME*, Campina Grande, vol. 4, nº 2, p. 40 – 53. Jul./Dez. 2012.
- ALMEIDA, R. A. *O trabalhador rural no município de Ilhéus na década de 1960*. Monografia apresentada ao colegiado de história da UESC. Ilhéus, Bahia. 2001
- ALVES, A. B. *Os reflexos da crise no cotidiano dos trabalhadores rurais do cacau*. Monografia para título de especialista em história regional, Universidade Estadual de Santa Cruz-UESC Bahia, 1996.
- AGORA. *Itabuna*, Ano VII, n. 309, p. 6-7 a 13 dez 1998.
- ANGROSSINO, M. *Etnografia e observação participante*. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- BACELLAR, C. A. P. Os compadres e as comadres de escravos: um balanço da produção historiográfica brasileira. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*. São Paulo, julho 2011.
- BANKS, M. *Dados visuais para pesquisa qualitativa*. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- BATESON, G. *Naven: um exame dos problemas sugeridos por um retrato composto da cultura de uma tribo da Nova Guiné, desenhado a partir de três perspectivas*. São Paulo. Ed. da Universidade de São Paulo. 2008.
- BAUER E ARTS. A construção do corpus: um princípio para coleta de dados qualitativos. *In* BAUER E GASKELL. *Pesquisa qualitativa com texto imagem e som*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- BIAVASCHI, M.B. *O Direito do Trabalho no Brasil – 1930/1942: a construção do sujeito de direitos trabalhistas*. Tese submetida ao Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas para obtenção do título de Doutor em Economia Aplicada. Campinas, São Paulo/SP. 2005
- BENJAMIN, W. Magia e técnica, arte e política. *Obras escolhidas*. Ed. Brasiliense, 2008.

BOURDIEU, P. O camponês e seu corpo. *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, 26, p. 83-92, jun. 2006.

CAMPOS, J. S. *Tradição da Bahia*. Salvador, secção de Artes Graphicas da Escola de Artífices, 1936.

CÂNDIDO, A. *Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. Rio de Janeiro, Editora José Olimpo, 1964.

CASAL, A. D. *Chorografia brasílica*. Introdução de Caio Prado Junior. Rio de Janeiro, imprensa nacional, 1945. V.1. Fac-simile da edição de 1817.

CATELLI, R. A jovem cidade. Salvador, Sani Filmes: 1967. In *Cinema, educação e propaganda na imprensa de Ilhéus e Itabuna entre 1920 e 1960*. UESC, Itabuna: 2010 (disponível em DVD pela UESC).

CALDEIRA, C. *A fazenda de cacau na Bahia*. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, Serviço de Informação da Agricultura. 1954.

CARVALHO, J.M. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: Uma discussão conceitual. *Dados*. vol. 40 no. 2 Rio de Janeiro 1997.

CEPLAC. *O mercado mundial do cacau: o que esperar para 2013*. Disponível em <http://www.ceplac.gov.br/site/?p=4358>. Acessado em 10/11/2013.

_____. *Parceria agrícola*. Ilhéus, CEPLAC/CENEX. 24 p. 1997.

_____. *Diagnóstico socioeconômico da região cacaueira: mão de obra e elementos de relações de produção*. CEPLAC: Bahia, 1976.

_____. *A evolução da produção brasileira de cacau*. Disponível http://www.ceplac.gov.br/radar/mercado_cacau.htm. Acessado em 02/12/2013.

_____. Witches' broom disease of cocoa in Bahia: attempts at eradication and containment. *Crop Protection*, 1996. Volume 15 Number 8.

COSTA, J. F. *Conjectura cacaueira do sul da Bahia*. Salvador: Bureau, 1992.

COSTA, J.F. ; SATURNINO. A. Cacau. *Correio da Bahia*, Salvador, 28 ago. 2006. *Correio especial*, p. 1-16. 2006.

CRUZ, R.L. *Conflitos e tensões: conquistas de escravizados e libertos no sul da Bahia, 1880-1900*. Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", como pré-requisito para a obtenção do Título de Mestre em História, Franca, 2011.

DAWSEY, J.C. "Caindo na cana" com Marilyn Monroe: Tempo, espaço e "bóiasfrias". *Rev. Antropol.* vol.40 n.1 São Paulo 1997

DILSON, A. *O nó: ato humano deliberado*. Salvador, Órion, Voo Audiovisual e Tupinambá: 2012 (disponível em DVD).

D'INCAO, M. C. "*Bóias-frias, desafio para o sindicato rural*". Lua Nova, São Paulo: Cedec, vol. 1, nº 4, jan./mar. 1985

DURHAM, E. R. *A dinâmica da cultura: ensaios de antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2004.

ELIAS, N. *Sobre o tempo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1998.

ESTATUTO DA TERRA. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D59566.htm . 1966. Acessado em 17/09/2013.

FALCÓN, G. *Os coronéis do cacau*. Salvador: Ianamá/Centro Editorial e Didático da UFBA, 1995.

FERREIRA, J. L.; TREVISAN, S. D. P. Novas relações sociais na agricultura: o sistema arista. Salvador: UFBA. *Anais do primeiro Congresso Estadual de Ciências Sociais*, 1995.

FERNANDES, B. *O caso de uma civilização*. Carta Capital, 12 de abril de 1996.

FETAG-BA. *Histórico*. Disponível no site <http://www.fetag-ba.org.br/fetag.php?pg=content&id=186>. Acessado em 22/08/2013.

FREITAS, A. *Os donos dos frutos de ouro*. Dissertação para obtenção de mestrado em ciências sociais da Universidade Federal da Bahia, Salvador, UFBA. 1979.

FREITAS, A. F. G. e PARAISO, M. H. B. *Caminhos ao encontro do mundo: a capitania e a princesa do sul – Ilhéus, 1534 – 1940 – Ilhéus*: Editus, 2001.

GARCEZ, A. N. R. *Mecanismos de formação da propriedade cacaueira no eixo Itabuna/Ilhéus – 1890 – 1930 (um estudo de história agrária)*. Salvador/BA. Dissertação de mestrado Ciências Humanas da UFBA, 1977.

GARCIA, J. *O sul: caminho do roçado – estratégia de reprodução camponesa e transformação social*. São Paulo: Marco Zero; Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1989.

GIBBS, G. *Análise de Dados Qualitativos*. Porto Alegre: Artmed, 2009

GOLDMAN, M. *Como funciona a democracia: uma teoria etnográfica da política*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006.

GURAN, M. *Linguagem fotográfica e informação*. 3.ed. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 2002

_____. Considerações sobre a constituição e a utilização de um corpus fotográfico na pesquisa antropológica. *Discursos fotográficos*, Londrina, v.7, n.10, p.77-106, jan./jun. 2011

_____. *Documentação fotográfica e pesquisa científica notas e reflexões*. http://www.labhoi.uff.br/sites/default/files/doc_foto_pq.versao_final_27_dez.pdf. 2013. Acessado em 05/02/2014.

HOMBEING, P. *Ensaio de Geografia humana Brasileira*. Livraria S. Paulo, 1940.

IBGE. In <http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?uf=29&dados=29>. 2010. Acessado em 14/09/2013

_____. In <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=291480>. 2000. Acessado em 13/01/2013.

IANNI, O. Relações de produção e proletariado rural. SZMRECÁNSKI, T.; QUEDA, O. (org). *Vida rural e mudança social*. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1979.

LARA, S. H. *Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil*. Proj. História, São Paulo, (16) fev. de 1998.

LIMA, S.R.R. *Terra, trabalho e autonomia*. Tese apresentada ao programa de pós-graduação em sociologia, da Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2011.

LINS, M. S. *Os vermelhos na terra do cacau: a presença comunista no sul da Bahia (1935-1936)*. Dissertação de Mestrado defendida na UFBA, 2007.

BLANES, J. et al. Associativismo, Sistemas Agroflorestais e Produção Orgânica: uma estratégia para conservação e desenvolvimento no contexto rural da região cacauzeira da Bahia. In UZEDA, M.C. (org). 2004. *O Desafio da Agricultura Sustentável – alternativas viáveis para o Sul da Bahia*. Editus. Ilhéus. 130p.

MAHONY, M. A. “Instrumentos necessários”. *Escravidão e posse de escravos no sul da Bahia no século XIX, 1822-1889*. *Afro-Ásia*, 25-26(2001), 95 – 139.

_____. A past to do justice to the presente collective memory historical representation and rule in Bahia's cacau area. In GILBERT, J. et. eds. *Reclaiming the political in Latin American History*. Duke University Press. And Mary Ann Mahony. The World cacao made. PhD dissertation. Yale University. 1996. 485-525.

_____. Um passado para justificar o presente: memória coletiva, representação histórica e dominação política na região cacauzeira da Bahia. *Cadernos de Ciências Humanas - Especiaria*. v. 10, n.18, jul. - dez. 2007, p. 737-793

MARINHO, P. Exportação de cacau, crescimento e desenvolvimento regional no sul da Bahia (1965-1980). *Economia*, Curitiba, v. 28/29 (26-27), p. 7-25, 2002/2003. Editora UFPR. 2003.

MARGUES, M. *Contos e casos que o passado contou*. Itororó-Bahia. Tribuna Popular Editora. 2012.

MARTINS, J. S. *O cativo da terra*. São Paulo: Liv. Ed. Ciências Humanas, 1979, p. 18.

- MAUAD, A. M. Através da Imagem: Fotografia e história interfaces. In: *Revista Tempo*, no. 2, pp. 73 - 98, Rio de Janeiro, 1996
- MAUSS, M. *Sociologia e antropologia*. São Paulo: Cosac e Naify, 2003.
- MAXIMILIANO, Príncipe Wied Neuwilo. *Viagem ao Brasil*. São Paulo: Ed. Nacional 1940.
- MOREIRA, R. F. C. *Impacto da vassoura-de-bruxa no cacau*. (chat técnico em 4 set. 2006). 2006.
- NASCIMENTO, F.R. (coord.) *A Crise da Lavoura Cacaueira: Sua Natureza e Soluções*. Brasília: IPEA, 1994.
- PRADO JR. C. *O que é liberdade*. 15 ed. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- PIMENTA, A.C.M. *A crise na região cacaueira da Bahia*. São Paulo: Folha de São Paulo, 2000.
- RIBEIRO, S. Rincões dos frutos de ouro. *Conto regionais da Bahia*. 2 edição revisada e ampliada. Ilhéus: Editus, 2005.
- ROCHA, L. B. *A região cacaueira da Bahia – dos Coronéis à vassoura-de-bruxa: Saga, percepção, representação*. Ilhéus: Editus 2008.
- ROGER, P. *Os afectos mal-ditos: o indizível das sexualidades camponesas*. Dissertação de mestrado do programa de antropologia da Universidade Federal de Brasília, 2006.
- SANTOS, J. Em campo contra o inimigo vermelho: a igreja católica na disputa pela sindicalização dos trabalhadores rurais no Ceará. *Saeculum* - revista de história [26]; João Pessoa, jan./jun. 2012
- SARTI, C. A. Parentesco e família. *Com Ciência*, revista eletrônica de jornalismo científico. 2009. <http://comciencia.br/comciencia/?section=8&edicao=52&id=653>. Acesso em 03/09/2013.
- SCHUELER, A. F. M.; MAGALDI, A. M. B. Educação escolar na primeira república: memória, história e perspectivas de pesquisa. *Tempo*. vol.13 no.26 Niterói 2009. Acessado em 30/09/2013. http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-77042009000100003&script=sci_arttext
- SIGAUD, L. *Os clandestinos e os direitos: Estudo sobre trabalhadores da cana-de-açúcar de Pernambuco*. São Paulo: Duas Cidades, 1979.
- WEBER, M. Classe, Status, Partido. In. VELHO, O. G.; Palmeira, G. S.; Bertelli, A. R. *Estrutura de Classes e estratificação social*. Rio de Janeiro: Zahar. 1973.
- WEBER, M. *A ética protestante e o “espírito” do capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras. 2004.

WOORTMANN, K. "Com Parente Não se Negueia". O campesinato como ordem moral. *Anuário Antropológico/87*. Editora Universidade de Brasília/Tempo Brasileiro, 1987.

WOORTMANN, E. *Herdeiros, parentes e compadres*. São Paulo-Brasília: EDUNB, 1995.

VELHO, O. G. A. C. O conceito de camponês e sua aplicação à análise do meio rural brasileiro. *América Latina* (Rio de Janeiro), v.12, n.1, p.96-104, 1969.